

# Problemas

REVISTA MENSAL DE CULTURA POLÍTICA

Diretor: DIÓGENES ARRUDA

## SUMÁRIO

**NOSSA POLITICA** — Prestes defende uma candidatura popular à presidência da República

— LUIZ CARLOS PRESTES

Preste dirige-se a Convenção do P. T. B.

— LUIZ CARLOS PRESTES

O povo brasileiro luta contra a ditadura americana

— LUIZ CARLOS PRESTES

As idéias de Lênin no Brasil  
Sobre as eleições municipais de São Paulo

— LUIZ CARLOS PRESTES

— DIÓGENES ARRUDA

### MENSAGENS AO IV CONGRESSO

Do Partido dos Trabalhadores do Viet-Nam

Do Partido Comunista da Bolívia

Pelo Glorioso Caminho do Socialismo

— K. E. VOROCHILOV

### FIGURAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Alvaro Cunhal

— SECRETARIADO DO C.C. DO P.C.P.

Maio-Junho de 1955

67

Preço: Cr\$ 5,00

# ÍNDICE

## Nossa Política

|                                |  |    |
|--------------------------------|--|----|
| LUIZ CARLOS PRESTES            | — Prestes defende uma candidatura popular à presidência da República                 | 1  |
| LUIZ CARLOS PRESTES            | — Prestes dirige-se à Convenção do P.T.B.  | 5  |
| LUIZ CARLOS PRESTES            | — O povo brasileiro luta contra a ditadura americana                                 | 9  |
| LUIZ CARLOS PRESTES            | — As idéias de Lênin no Brasil   | 19 |
| DIÓGENES ARRUDA                | — Sobre as eleições municipais de São Paulo  | 25 |
| Mensagens ao IV Congresso      | — Do Partido dos Trabalhadores do Viet-Nam   | 27 |
|                                | — Do Partido Comunista da Bolívia  | 29 |
| K. E. VOROCHÍLOV               | — Pelo Glorioso Caminho do Socialismo  | 31 |
| M. ALPATOV                     | — Nova etapa na elaboração do Problema da transição do mundo antigo para Idade Média | 41 |
| K. OSTROVITIANOV               | — O que nos ensina a Economia Política   | 61 |
| SIUE MU-KIAO                   | — A ação da lei do valor na economia nacional da China                               | 73 |
| Figuras do Movimento Operário  |  |    |
| SECRETARIADO DO C.C. DO P.C.P. | — Alvaro Cunhal  | 83 |



# EXPEDIENTE

Número avulso — Cr\$ 5,00  
Número atrasado — Cr\$ 7,00

## ASSINATURA ANUAL

Brasil ..... Cr\$ 55,00  
Exterior ..... Cr\$ 130,00

Diretor-Responsável:  
**Victor M. Konder**  
Av. Rio Branco n. 257,  
6.º andar — sala 613  
RIO DE JANEIRO -- D.F.

PROPRIEDADE DA EDITORA L VITÓRIA LTDA.

# PRESTES DEFENDE UMA CANDIDATURA POPULAR À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O grande líder do povo brasileiro Luiz Carlos Prestes, diante da campanha eleitoral para a presidência da República, concedeu aos órgãos da imprensa popular a seguinte entrevista:

**Pergunta** — Com o lançamento da candidatura do sr. Juarez Távara, qual a sua opinião sobre a campanha pela sucessão presidencial?

**Resposta** — As grandes massas populares ainda aguardam os nomes de candidatos à presidência e à vice-presidência da República que possam merecer sua confiança e que pela plataforma eleitoral que apresentem possam efetivamente interessá-las, trazer-lhes esperanças de melhores dias. Os três candidatos até agora proclamados são típicos representantes da minoria reacionária que infelicitou o país, são tradicionais representantes dos mesmos interesses egoístas dos latifundiários e grandes capitalistas intimamente ligados aos monopólios norte-americanos. Para o povo brasileiro, Juscelino Kubitschek e Etelvino Lins sintetizam a negociata e a violência a serviço dos monopólios norte-americanos que querem a total colonização do Brasil. Justamente por isto lançaram agora o nome do sr. Juarez Távara, na esperança de conseguir enganar o povo com o seu passado — muitas vezes traído — de ex-tenente revolucionário e com a sua pretensa austeridade. É evidente que a Standard Oil ainda supõe possível por trás de tão esfarrapada cortina de «austeridade» apossar-se do petróleo brasileiro. Mas está equivocada. O povo está alerta e sabe que de todos os atuais conchavos entre os políticos reacionários qualquer nome que saia,

por mais enfeitado e dourado que seja, será sempre o de alguém que, no fundo, não passa de vinho da mesma pipa. As grandes massas trabalhadoras que sofrem sob a atual situação querem candidatos diferentes e já começam a compreender que fazendo uso do direito de voto podem colocar na presidência da República um homem que se comprometa a realizar uma política em benefício do povo.

**Pergunta** — Crê ainda possível o aparecimento de uma candidatura popular à presidência da República com reais possibilidades de vitória, apesar da posição já tomada pelo P.T.B. de apoio à candidatura do sr. Kubitschek?

**Resposta** — Perfeitamente. O próprio lançamento da candidatura do sr. Juarez Távora põe a nu a divisão que lavra no campo da reação, onde as diversas camarilhas lutam tôdas pela posição decisiva que lhes permita a posse do Tesouro e do Banco do Brasil. Que representa o lançamento da candidatura do sr. Távora senão a necessidade que tem a dupla Café Filho-Jânio Quadros de conservar a posição alcançada que lhes permite colocar a cornucópia das graças à disposição de negociastas, como Olavo Fontoura, Moura Andrade, Chateaubriand, etc., e de grandes banqueiros como Whitaker? A divisão reinante entre os senhores da reação facilita a vitória de um candidato independente, de um verdadeiro candidato do povo. Quanto à posição já tomada pelo P.T.B., não devemos nos esquecer de que há uma grande diferença entre o que desejam os dirigentes e o que farão de fato seus comandados. Especialmente quando os dirigentes cometem um erro político tão evidente como foi a decisão tomada pela última Convenção do P.T.B. dificilmente poderão ser obedecidos. Naquela Convenção não chegaram a compreender a importância política da proposta do Partido Comunista e não quiseram por isto tomar conhecimento de minha carta, mas o mesmo não acontece com as massas trabalhadoras, com os trabalhadores getulistas que não esquecem as palavras da carta de Vargas. Como harmonizar com os termos da carta de Vargas a política francamente pró-ianque em todos os terrenos, inclusive no da exploração do petróleo brasileiro, do sr. Juscelino Kubitschek? Afinal, que ganhou o P.T.B. com o

apoio à candidatura sem nenhum futuro do sr. Kubitschek? E não se torna cada dia mais claro que com o apoio das grandes forças democráticas e patrióticas poderia o P.T.B. eleger um de seus dirigentes à presidência da República? Nós, comunistas, continuamos dispostos a apoiar um tal candidato desde que aceite a plataforma mínima que apresentamos na minha carta à Convenção do P.T.B. Sabemos que errar é dos homens. Quando se trata dos interesses do país e do povo jamais é tarde para se corrigir um erro.

Pergunta — Julga possível ainda o lançamento de um nome do P.T.B., como candidato à presidência da República?

Resposta — Sim, isto ainda é possível. Mas não é só no P.T.B. que se podem encontrar nomes de homens íntegros e capazes de lutar pela vitória do povo nas urnas de 3 de outubro. Quero mesmo fazer um apêlo aos dirigentes do P.S.B., do P.S.P., do P.R.T. e demais partidos, correntes de opinião e movimentos e organizações que ainda não deram seu apoio aos candidatos até agora proclamados. O Partido Comunista dará seu inteiro e entusiástico apoio ao candidato de frente única das forças populares, democráticas e patrióticas que se comprometa a lutar em defesa da soberania nacional, contra a entrega do petróleo brasileiro à Standard Oil, em defesa dos interesses dos trabalhadores e da indústria nacional, por uma política de paz e de respeito à Constituição e por medidas eficientes contra a carestia da vida. Em tórno de tal plataforma e com a escolha de dois patriotas dignos e honrados para candidatos do povo à presidência e vice-presidência da República será possível organizar uma amplíssima coalizão democrática que terá tôdas as condições para ser vitoriosa nas urnas a 3 de outubro. A grande experiência do povo da Capital de São Paulo, onde se organizou uma poderosa coalizão de forças democráticas para eleger o prefeito e o vice-prefeito da cidade, comprova a saciedade que é possível criar esta amplíssima coalizão democrática. Nosso dever de patriotas e democratas consiste, pois, em lutar para que seja apresentado candidato à presidência da República o nome de um patriota, popular e independente, e tudo fazer

para organizar a poderosa coalizão democrática eleitoral de tôdas as fôrças que aspiram ao progresso e à emancipação do Brasil. A união das correntes políticas democráticas tem tôdas as condições para ser vitoriosa. Unidas poderão realizar uma poderosa campanha eleitoral de massas — única maneira de lutarmos contra tôdas as ameaças de golpes de Estado e militares e de exigir eleições livres a 3 de outubro. Esta é a hora de impulsionar o poderoso movimento patriótico pela imediata apresentação de candidatos independentes à presidência e vice-presidência da República.



# PRESTES DIRIGE-SE A CONVENÇÃO DO P.T.B.

LUIZ CARLOS PRESTES, Secretário Geral do Partido Comunista do Brasil, enviou à Convenção Nacional do P.T.B. a seguinte carta:

"À CONVENÇÃO NACIONAL DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO:

Srs. Convencionais:

**A**S eleições presidenciais de 3 de outubro próximo constituem acontecimento político da maior relevância que preocupa a todos os cidadãos conscientes neste momento grave da vida nacional. Especialmente as massas trabalhadoras, que tanto se comoveram com o desfecho trágico da vida do sr. Getúlio Vargas e receberam sua carta-testamento como base programática para a luta contra o opressor estrangeiro e em defesa de suas conquistas sociais e democráticas, esperam de vossa Convenção uma atitude conseqüente na defesa dos princípios contidos naquele documento.

O Partido Comunista do Brasil cumpre um dever patriótico e traduz as aspirações de milhões de brasileiros ao vos propor a ação comum contra as tentativas reacionárias daqueles que querem perpetuar-se no poder, impedindo a realização do pleito presidencial ou transformando-o em mera farsa eleitoral em torno de um candidato único, ação comum que tem todas as possibilidades de elevar à Presidência da República um compatriota honrado e digno através dos sufrágios da maioria da Nação.

O momento exige a união de todos os patriotas. Agrava-se dia a dia a miséria das grandes massas trabalhadoras e os generais fascistas, que assaltaram o poder a 24 de agosto e governam por trás do sr. Café Filho, insistem em levar adiante sua política de entrega de

nossas riquezas aos monopólios norte-americanos e de completa submissão do Brasil aos governantes de Washington. O povo brasileiro unido pode impedir que êsses senhores se perpetuem no poder. Unido, nosso povo pode derrotar nas próximas eleições as forças da reação e do imperialismo norte-americano e elevar à Presidência da República um homem que mereça sua confiança, capaz de realizar as medidas reclamadas pelos interesses e necessidades populares e nacionais.

A união de todos os patriotas e democratas brasileiros e, em primeiro lugar, de todos os trabalhadores, é necessária e inadiável. Já por diversas vezes os acontecimentos nos colocaram no mesmo terreno de luta e uniram trabalhistas e comunistas na ação comum contra nossos inimigos comuns — os imperialistas norte-americanos e seus agentes brasileiros. Lutamos juntos nas campanhas pelo envio da F.E.B. à Europa, pela anistia de 1945 e pela Assembléia Constituinte; juntos lutamos em defesa do petróleo, contra sua entrega à Standard Oil; foi principalmente a ação conjunta de comunistas e trabalhistas que tornou vitorioso o movimento pela elevação de cem por cento nos salários-mínimos em todo o país; unidos marchamos nas greves gerais do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e de São Paulo. Comunistas e trabalhistas lutaram juntos nas manifestações de 24 de agosto em todo o Brasil e juntos derramaram o seu sangue. Juntos, temos lutado enfim, trabalhistas e comunistas, em defesa dos sindicatos, da previdência social, da legislação trabalhista, em defesa das liberdades e da Constituição, contra as ameaças de golpes de Estado e militares.

Na batalha eleitoral pela sucessão presidencial essa unidade é igualmente possível e indispensável para o bem de nosso povo. Ao propô-la estamos certos de traduzir as aspirações de milhões de patriotas, de milhões de trabalhadores especialmente, de operários e camponeses, que gemem sob a crescente opressão dos monopólios norte-americanos e da política de preparação para a guerra e de traição nacional, de miséria e reação do governo do sr. Café Filho. Propomo-vos organizar imediatamente a ação comum em defesa da Constituição, pela realização de eleições livres e pelo registro dos candidatos, contra tôdas as tentativas de golpes de Estado ou militares, e, à base de uma plataforma eleitoral comum, em entendimento com outras forças patrióticas e democráticas, escolher e designar os



candidatos à Presidência e à Vice-Presidência da República que correspondam às aspirações do povo brasileiro. A aliança de trabalhistas e comunistas facilitará a aglutinação das mais amplas forças populares que poderão constituir uma poderosa coalizão democrática de caráter patriótico, capaz de realizar uma grande campanha eleitoral e de conquistar a vitória nas urnas.

O Partido Comunista do Brasil reivindica apenas que na plataforma eleitoral comum sejam incluídas a defesa intransigente da paz e da soberania nacional, a defesa do petróleo brasileiro e demais riquezas nacionais, a proteção à indústria nacional, a defesa da Constituição e da legislação trabalhista, medidas práticas contra a carestia de vida, visando a melhoria efetiva da situação dos trabalhadores das cidades e do campo. Quanto aos candidatos, reivindicamos apenas a escolha de homens que, pelo seu passado e pelos compromissos assumidos diante do povo, possam contar com a confiança do povo.

Srs. Convencionais:

O ódio de nosso povo ao opressor norte-americano torna-se dia a dia mais consciente e constitui poderoso e invencível fator de unidade, que isola cada vez mais o reduzido número de traidores da Pátria. Se é verdade que em semelhante situação costumam sempre aparecer os aventureiros, os generais golpistas, os demagogos, com pretensões a "salvadores", que se oferecem para esmagar o movimento operário e patriótico e submeter o povo ao jugo escravizador dos incendiários de guerra norte-americanos, é certo também que o povo unido poderá defender vitoriosamente suas conquistas democráticas e, através da criação de uma ampla coalizão democrática, impedir a eleição à Presidência da República de um político reacionário, serviçal dos imperialistas norte-americanos. O povo unido pode colocar na curul presidencial um patriota que mereça sua confiança, realize uma política externa de relações pacíficas com todos os países, proteja o petróleo brasileiro da voracidade da Standard Oil, combata as negociatas e os escândalos administrativos, cumpra a Constituição e garanta o respeito aos direitos dos cidadãos, defenda a indústria nacional contra os assaltos dos monopólios norte-americanos, que tome enfim medidas eficazes contra a miséria e as crescentes privações dos operários, dos camponeses, dos artesãos, dos empregados, dos intelectuais e dos estudantes.

O povo unido pode ser vitorioso nas urnas em 3 de outubro próximo. O povo brasileiro exige de seus dirigentes políticos que tudo façam pela unificação das mais amplas forças patrióticas e democráticas e não compreenderá que interesses pessoais ou questões secundárias possam impedir ou dificultar a realização dessa unidade em poderosa coalizão democrática. Esta, igualmente, nossa opinião e o principal motivo desta carta.

Recebei nossas saudações patrióticas e democráticas.

(Ass.) LUIZ CARLOS PRESTES



# O POVO BRASILEIRO LUTA CONTRA A DITADURA AMERICANA

LUIZ CARLOS PRESTES

**O**S círculos dirigentes dos Estados Unidos, já habituados a fazer e desfazer governos nos diversos países da América Latina, começam a sentir que algo de novo está a surgir no Continente, que não lhes permitirá prosseguir com a relativa facilidade de antes no caminho da intervenção aberta nos negócios internos dos povos latino-americanos.

Causaram-lhe a maior surpresa o vigor e a unidade das manifestações populares que se estenderam a todos os países do Continente contra a intervenção armada na Guatemala. "Lições da Guatemala", é o título do artigo do "New Leader" em que os senhores do dólar reconhecem que o fato mais significativo da guerra civil na Guatemala foi a epidemia de manifestações a favor do país centro-americano". E acrescentam: "O significado destas manifestações é claro: expressaram a convicção universal de que a Guatemala lutava por sua independência nacional contra o "colosso do norte". Ficamos sabendo que para muitos latino-americanos o inimigo principal não é o comunismo, mas o "imperialismo ianque".

A essa "lição da Guatemala" seguiu-se a não menos convincente "lição do Brasil". As vigorosas manifestações populares de 24 e 25 de agosto contra o golpe de Estado que determinou a queda de Vargas e a sua morte foram praticamente dirigidas contra o imperialismo norte-americano e seus representantes no Brasil. "Deve ser uma surpresa para a maioria dos norte-americanos — confessa o "New York Times", de 26 de agosto — o ler notícias como as que estamos recebendo nestes dias do Brasil. Por estas notícias fica-se sabendo que a Embaixada norte-americana no Rio de Janeiro e alguns de nossos consulados em outras cidades foram atacados por turbas de brasileiros. Instalações comerciais norte-americanas sofreram a mesma sorte. Não obstante, todos os conhecedores de nossas relações

com o estrangeiro sabem que o Brasil foi nosso aliado e lutou na segunda guerra mundial, é fonte das nossas maiores importações de café e, de modo geral, é considerado o nosso melhor amigo da América Latina".

Não deixa de ser oportuna essa recordação da luta do povo brasileiro ao lado de tropas norte-americanas na guerra contra a Alemanha hitlerista. As grandes manifestações de rua contra a intervenção aberta da Embaixada norte-americana nos negócios internos do Brasil correspondem às tradições de luta do povo brasileiro pela liberdade e a independência e muito vivamente recordam as grandiosas manifestações de massa com que exigiu em 1942 do governo da época a imediata declaração de guerra à Alemanha hitlerista. A política agressiva dos círculos dirigentes de Washington determina o ódio crescente dos povos latino-americanos que, orientados e dirigidos pelos Partidos Comunistas de seus respectivos países, unem-se cada vez mais em torno da classe operária e constituem a grande força que tanta surpresa causa aos opressores e exploradores norte-americanos. Esta força, no Brasil, torna-se cada dia mais poderosa e a própria queda do governo de Vargas, de um lado, põe a nu a intervenção norte-americana nos negócios internos do Brasil, de outro, mostra a rapidez com que os governos serviais dos imperialistas norte-americanos perdem sua base de massas, tornam-se impopulares e imprestáveis a seus próprios patrões norte-americanos.

As forças mais esclarecidas do povo brasileiro estão cada dia mais convencidas de que, assim como foi possível, em 1942, colocar o Brasil ao lado dos povos que lutavam contra o nazismo, será agora possível deslocar o Brasil do campo da guerra e do imperialismo para o campo da paz, da democracia e do socialismo, libertando-o do jugo opressor dos imperialistas norte-americanos. As grandes manifestações abertamente antiianques de 24 e 25 de agosto o comprovam.

## II

No rápido desenvolvimento dos acontecimentos que precederam e determinaram o golpe de Estado de 24 de agosto, foi, sem dúvida, de grande significação a publicação e difusão do projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil. O Programa de nosso Partido aponta as causas básicas da difícil e dolorosa situação em que se encontram as diversas classes e camadas do povo brasileiro, desde

o proletariado até a burguesia nacional, e indica a solução necessária e justa — a organização de uma frente democrática de libertação nacional, capaz de libertar o Brasil do jugo dos imperialistas norte-americanos, de entregar a terra dos latifundiários aos camponeses, de pôr abaixo o governo de latifundiários e grandes capitalistas e substituí-lo pelo governo democrático de libertação nacional. Concentrando seu fogo contra os imperialistas norte-americanos e contra o então governo de Vargas, o projeto de Programa do P.C.B., lançado em janeiro de 1954, muito concorreu para o crescente desprestígio e impopularidade de tal governo, assim como ajudou ao povo a ver no imperialismo norte-americano a causa e origem de seus maiores sofrimentos.

Em poucos meses a situação do Brasil agravou-se de maneira sem precedentes. A carestia de vida aumentou de modo espantoso. Forçado pelo vulto do movimento de massas, o governo viu-se na contingência de decretar novos níveis de salário-mínimo, mas esta medida serviu de pretexto para novos aumentos de preços, antes mesmo que fôsse efetivado o decreto do governo. A inflação monetária alcançara ritmos jamais conhecidos no país. Em meio à crescente miséria das massas, a política de entrega do Brasil aos monopólios norte-americanos tornava-se cada dia mais evidente para as grandes massas populares. Os imperialistas norte-americanos renovaram com audácia crescente sua exigência para a entrega do petróleo brasileiro e demais jazidas minerais do país. O denominado "Acôrd" Militar Brasil-Estados Unidos, começara a ser aplicado com o funcionamento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, chefiada pelo brigadeiro fascista Eduardo Gomes. A política externa do Brasil, orientada segundo uma linha de humilhante submissão à política agressiva e guerreira dos Estados Unidos, tornava-se cada vez mais contrária aos sentimentos das grandes massas populares, como no caso do apoio à agressão norte-americana à Guatemala, no da vergonhosa posição da delegação brasileira na Conferência de Caracas, no da atitude dos delegados brasileiros do Conselho de Segurança da ONU de meros porta-vozes do Departamento de Estado norte-americano.

No país inteiro, avolumou-se rapidamente o descontentamento popular que, graças em parte aos esforços dos comunistas desmas-carando a política de traição nacional, de fome e reação do governo de Vargas, determinou o desprestígio e a impopularidade considerável de tal governo. As massas lançaram-se à luta com ímpeto que nada

pôde deter, nem as promessas demagógicas, nem a violência ou o terror policial. A partir da grande greve de abril de 1953 em São Paulo, em que lutaram juntos tecelões, metalúrgicos, vidreiros, gráficos e marceneiros, num total de cerca de 300 mil trabalhadores, e da greve nacional dos marítimos, em que se levantaram 110 mil trabalhadores, o proletariado passou a movimentos cada vez mais amplos. Realizaram-se greves gerais de todo o povo contra a carestia da vida em âmbito estadual, como sucedeu em junho no Estado de Minas Gerais e logo no mês seguinte no Estado do Rio Grande do Sul. Quanto aos camponeses, que já tinham realizado em 1953 a sua I Conferência Nacional, preparavam agora nova Conferência, de muito maior repercussão no país inteiro. Os movimentos grevistas dos assalariados agrícolas pela aplicação do salário-mínimo no campo tendiam a desenvolver-se. Torna-se, assim, cada vez mais evidente que as lutas das cidades ameaçavam estender-se também aos campos. Mas o descontentamento lavrava entre outras camadas da população. As lutas estudantis, chegavam a grandes greves e movimentos de caráter político de repercussão nacional em defesa das liberdades democráticas. Outras camadas da pequena burguesia lutavam por melhor remuneração, como por exemplo os jornalistas e os médicos, chegando estes a deflagrar movimento grevista de grande repercussão. Através do ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, conhecido agente dos monopólios norte-americanos, a pretexto de saldar a crescente dívida comercial do país com os Estados Unidos, foi posta em prática uma política financeira de violenta desvalorização da moeda nacional e de novas e maiores restrições à importação de matérias-primas e de máquinas indispensáveis ao desenvolvimento e, mesmo, à própria vida e conservação da indústria nacional. O monopólio norte-americano do comércio exterior do Brasil agravava mais ainda a situação, quando já se tornava notório que o livre estabelecimento de relações comerciais com todos os países e, em especial com a U.R.S.S., bem como com a China Popular e demais países de democracia popular, seria consideravelmente benéfico aos interesses nacionais. Neste ambiente, de descontentamento crescente e generalizado, realizou-se, convocada por amplas forças patrióticas e democráticas, a Convenção da Emancipação Nacional, que contou com o apoio de numerosos oficiais superiores e generais das forças armadas, assim como de personalidades e patriotas de tôdas as condições e tendências. A Convenção aprovou uma Carta de Emancipação, que levanta abertamente a neces-

sidade da luta pela libertação do Brasil do jugo do imperialismo norte-americano, e fundou a Liga da Emancipação Nacional, cuja organização teve início imediatamente no país inteiro, através da luta em defesa do petróleo brasileiro, dos minerais radioativos, em defesa dos patriotas da Guatemala, etc. Por sua vez, o movimento popular em defesa da paz, que já impedira ao governo enviar soldados brasileiros para a Coréia, dificultava cada vez mais a realização da política de preparação para a guerra do governo de Vargas e de seus patrões norte-americanos.

Tornou-se claro, assim, aos círculos dirigentes dos Estados Unidos que o governo de Vargas não seria capaz de impedir o rápido ascenso das lutas populares, não seria capaz de conter o progresso crescente do processo de organização e unidade da classe operária e das amplas forças democráticas e patrióticas, que o governo de Vargas sofreria, enfim, uma esmagadora derrota no pleito eleitoral marcado para o dia 3 de outubro. O "New York Times", ao examinar a situação do Brasil, ao mesmo tempo que culpava a Vargas pela força crescente do Partido Comunista do Brasil, afirmava que "Vargas provocou o descontentamento nos círculos dos Estados Unidos. Provocou uma situação de insegurança e instabilidade". E concluía: "O Brasil é um país muito grande e importante para permitir-se que nesse país se conserve tal situação".

A sentença contra o governo de Vargas estava assim lavrada. Tratava-se apenas de encontrar o pretexto e a oportunidade mais favorável para substituí-lo por um novo governo. Queriam os norte-americanos no Brasil um governo que melhor pudesse enganar as massas e esmagar o movimento operário e popular; um governo que pusesse fim ao crescente movimento de libertação nacional. Após algumas tentativas, inclusive de "impeachment", levantado pelos politiquês da "oposição" no Parlamento, o assassinio de um oficial da Aeronáutica — o chamado atentado da Rua Toneleros — serviu de pretexto para uma intensa campanha dirigida pelos políticos da U.D.N. (União Democrática Nacional, partido reacionário que tem por chefe o brigadeiro fascista Eduardo Gomes) e pela imprensa reacionária, exigindo a imediata renúncia de Vargas. Tudo indica que foi a própria Embaixada norte-americana no Rio de Janeiro quem organizou e dirigiu o referido atentado, de que saiu ileso o jornalista Lacerda, conhecido policial e agente norte-americano, e realizado no clássico estilo americano, já empregado em vários outros países. Os

próprios jornais brasileiros a serviço dos círculos dirigentes norte-americanos no Rio de Janeiro não ocultaram a presença na capital do país de técnicos ianques em golpes de Estado.

### III

O Partido Comunista assinalou a tempo que lutaria contra qualquer golpe contra a Constituição e as liberdades democráticas, viesse de onde viesse. Alertou o povo, chamando-o à luta em defesa das liberdades e de suas conquistas sociais. Denunciando o golpe, apontou-o como de inspiração norte-americana, mostrando que o perigo principal, na ocasião, vinha não diretamente de Vargas, mas da direção da U.D.N. e do grupelho de generais fascistas da Escola Superior de Guerra, tendo à frente Juarez Távora, Eduardo Gomes e outros.

Os acontecimentos culminaram com a "renúncia" de Vargas e seu conseqüente "suicídio", sob violenta pressão dos referidos generais e demais agentes diretos da Embaixada dos Estados Unidos, que foi efetivamente o quartel general organizador e dirigente do golpe de Estado. Na rápida evolução dos acontecimentos, tornou-se evidente a preocupação dos golpistas no sentido de evitar a divisão das forças armadas e qualquer possibilidade de guerra civil, procurando por isso dar ao golpe de Estado a aparência constitucional, de mera substituição de Vargas pelo seu sucessor legal, o vice-presidente Café Filho. A carta testamento deixada por Vargas confirma inteiramente a análise feita pelos comunistas e revela a forte pressão exercida sobre seu governo pelos monopólios norte-americanos, contra os quais incita o povo à luta.

Ao ter notícia do golpe fascista e da morte de Vargas, as massas ganharam a rua e mostraram compreender e aceitar a interpretação dos acontecimentos feita pelo Partido Comunista. As manifestações assumiram um nítido caráter antiamericano, contra os generais e brigadeiros fascistas e contra os dirigentes e jornais da U.D.N. O P.C.B. soube dirigir as ações das massas e as lutas espontâneas. As massas lutaram sem armas contra forças da polícia, do exército, da aeronáutica e até de desembarque da marinha. Em alguns municípios do interior, diante da fuga das autoridades com medo do povo revoltado, êste chegou a eleger prefeitos nas ruas. As organizações do Partido Comunista não estavam, no entanto, suficientemente preparadas para enfrentar semelhante situação.



O Partido Comunista soube, porém, colocar-se à frente do povo e dirigir a luta em defesa da Constituição e das liberdades democráticas. Dando ao golpe de Estado um aspecto constitucional, e colocando no poder o vice-presidente Café Filho, pensaram os generais fascistas poder isolar o Partido Comunista das massas para mais facilmente golpeá-lo. Foi o que não conseguiram, graças à justeza da política do Partido, ao acêrto com que dirigiu as lutas populares, sabendo salvaguardar a unidade da classe operária e impedir qualquer atitude esquerdista, ou qualquer gesto extemporâneo e aventureiro. As lutas de massas, especialmente nas grandes cidades, revelaram o ódio popular ao opressor norte-americano e forçaram os generais fascistas a uma posição de cautela, impedindo-os de realizar a principal tarefa que tinham em mira — esmagar o movimento operário e popular e golpear de morte o Partido Comunista. A grandiosa greve geral do proletariado e do povo de São Paulo, no dia 2 de setembro, movimento em defesa do salário-mínimo, por elevação de salários e pelo congelamento de preços, revelou, uma semana após o golpe, a unidade da classe operária e do povo, assim como sua disposição de lutar até o fim contra o atual estado de coisas no país. Revelou ainda o crescente prestígio do Partido Comunista entre as massas.

## IV

Os círculos dirigentes dos Estados Unidos não conseguiram no Brasil o que almejavam com a deposição violenta e a morte de Vargas. O golpe de Estado foi dado, mas os generais fascistas se vêem forçados a falar em democracia, a declarar que defenderão a Constituição e que não tocarão nas conquistas sociais dos trabalhadores. Na verdade, o governo de Café Filho ataca o movimento operário e ameaça seriamente a legislação social existente. Tenta dissolver as Comissões Intersindicais e os Pactos de Unidade Sindical do proletariado, através dos quais vai sendo unificado no país o movimento sindical. A instituição da previdência social está seriamente ameaçada. Visando arrefecer a luta por aumento de salários, que ganha cada dia novos setores profissionais e já movimentava igualmente os funcionários públicos, os militares, os jornalistas, médicos, etc., o governo lança mão de manobras demagógicas ao mesmo tempo que em nome do combate à inflação tudo faz para descarregar nas costas das grandes massas

trabalhadoras as conseqüências da difícil situação financeira que atravessa o país.

Os generais fascistas não dispõem de qualquer base de massas e o atual governo, que subiu ao poder odiado pelo povo e derramando o sangue do povo, não está em condições de realizar com sucesso as tarefas reacionárias que lhe são impostas por seus patrões norte-americanos. Não lhe foi possível impedir a realização das eleições de 3 de outubro e, apesar das violências empregadas, visando principalmente impedir a participação dos comunistas no pleito e a livre manifestação da vontade popular, com o apoio declarado do Partido Comunista foram eleitos alguns deputados federais e estaduais, além de diversos prefeitos e vereadores.

O sr. Café Filho, em discursos que fêz procurando justificar as medidas reacionárias tomadas contra a legislação social e a previdência social, viu-se obrigado a confessar: "Vejo nas minhas audiências públicas a síntese viva de um Brasil desajustado e aflito, clamando por soluções. Como fonte de tão angustiados anseios, avulta o pauperismo agravado pela elevação do custo de vida cujos efeitos se fazem sentir, sobretudo, nas classes obreiras do país". E o general Juarez Távora, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, que se apresenta como o teórico da reação, ao defender a idéia da participação dos operários nos lucros das empresas, termina uma de suas conferências com as seguintes palavras: "O fundamental é que encontremos, com esta ou com outra fórmula, uma alternativa aceitável para o unilateralismo comunista, com que se pretende remediar o egoísmo capitalista. Se não a encontrarmos, em tempo, pouca esperança restará de que o desespero e a frustração das massas trabalhadoras não nos arrastem e a elas próprias, sem remissão, para o totalitarismo marxista".

A situação da ditadura americana de Café Filho é insustentável. Sentem-no os próprios imperialistas norte-americanos e seus agentes no país, que procuram fazer face a situação difícil em que se encontram articulando novos golpes de Estado. O governo de Café Filho é um governo muito mais fraco que o de Vargas. É um governo condenado à morte próxima. O terror empregado pelos governantes do Brasil jamais quebrou a vontade de luta do povo brasileiro, que continuará lutando nas novas condições com mais vigor, fortalecendo sua unidade.

## V

O Partido Comunista é a força que dirige essa luta pela unidade da classe operária e das mais amplas camadas do povo brasileiro, pela formação da frente democrática de libertação nacional. A luta pela unidade da classe operária assumiu depois dos acontecimentos do mês de agosto um vigor e um ímpeto maiores e novas condições surgiram que muito facilitam a unidade dos trabalhadores comunistas com todos aqueles que ainda se achavam sob a influência da política demagógica de Vargas. "Dirigimo-nos particularmente aos trabalhadores getulistas, nossos irmãos" — diz o C.C. do Partido Comunista em seu manifesto de 1º de setembro. "O momento exige que trabalhistas e comunistas — continua o manifesto — se dêem fraternalmente as mãos e que juntos lutemos em defesa das leis sociais já conquistadas". Este apêlo teve profunda repercussão entre as massas getulistas e constituiu importante passo na atividade do Partido Comunista no sentido de ganhar massas de milhões para o Programa do P.C.B.

A luta do P.C.B. dirige-se agora no sentido de reforçar e ampliar: 1º) a unidade e organização da classe operária; 2º) o movimento camponês, cujo desenvolvimento já se prenuncia com a aplicação das resoluções da II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas e Camponeses, realizada em São Paulo, de onde saiu a União dos Lavradores e dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil; 3º) o movimento de emancipação nacional, que já conta com a Liga da Emancipação Nacional, que agrupa os patriotas em torno de um programa, encarnação das aspirações de nosso povo na luta para libertar o Brasil do jugo colonizador dos Estados Unidos. Com a inclusão em massa dos operários e camponeses no movimento de emancipação nacional, a eles se juntarão os elementos da pequena burguesia e da burguesia nacional e então surgirá no Brasil um poderoso movimento nacional libertador, cujo avanço nada deterá.

O instrumento para assegurar êsse êxito é o Partido Comunista do Brasil, que se reforça dia a dia. Erros foram cometidos, particularmente os erros esquerdistas e sectários, mas o combate a tais erros é persistente. O Partido trava uma séria luta pelo seu fortalecimento. A realização com sucesso do IV Congresso, que aprovou o Programa do Partido e seus novos Estatutos, constitui acontecimento de excepcional importância, assinala o amadurecimento do Partido

e a consolidação de sua unidade. O Partido Comunista do Brasil tem como imagem e modelo o Partido Comunista da União Soviética e é apoiado nas suas lições e experiências que conduz para adiante a luta dos operários e camponeses e de todo o povo do Brasil.

Com o crescente fortalecimento do Partido Comunista, a luta do povo brasileiro prosseguirá cada vez mais firme e avançará no sentido da construção da frente democrática de libertação nacional e pela conquista de um novo govêrno. Amadurecem rapidamente as condições que tornam necessária e indispensável a revolução democrático-popular e a transformação em realidade viva do Programa do Partido Comunista do Brasil.



# AS IDÉIAS DE LÊNIN NO BRASIL

LUIZ CARLOS PRESTES

Os comunistas e todos os homens progressistas do Brasil comemoram festivamente o aniversário de nascimento de Vladimir Ilitch Lênin, data memorável na história da humanidade. Lênin foi o fundador do Partido Comunista da União Soviética, organizador e dirigente da Grande Revolução Socialista de Outubro, criador do primeiro Estado Socialista, chefe e guia do movimento revolucionário de todo o mundo. As idéias de Lênin, pensador eminente e continuador genial da obra de Marx e Engels, alcançaram vastos círculos e ganham dia a dia, novos milhões de pessoas. Suas idéias iluminam o caminho da luta pela emancipação dos trabalhadores do jugo opressor dos capitalistas e latifundiários, o caminho da constituição de uma nova vida livre e feliz.

Foi ao clarão provocado pela Grande Revolução Socialista de Outubro que as idéias de Lênin penetraram no Brasil. A classe operária brasileira recebeu com intenso júbilo as idéias leninistas vitoriosas na Rússia. Em 1922 fundava-se o Partido Comunista do Brasil, filiado, desde o início de sua existência, à Internacional Comunista, construído de acordo com os princípios de Lênin e que sempre aceitou expressamente a doutrina marxista-leninista para guiá-lo em toda a sua atividade. O Partido Comunista do Brasil não é apenas uma expressão das necessidades da classe operária, mas também a suprema cristalização dos anseios mais nobres de todas as camadas sociais que em nosso país sofrem com a opressão do imperialismo norte-americano e almejam a libertação da pátria.

Com a fundação do Partido Comunista do Brasil estava fincada no Brasil para sempre a gloriosa e invencível bandeira do marxismo-leninismo. Em torno dela reuniram-se os operários de vanguarda, os camponeses e intelectuais mais avançados. Em torno dela agruparam-se em 1935 os patriotas que organizaram a Aliança Nacional Libertadora e que chegaram a empunhar armas contra a fascisti-

zação do Brasil e pela independência do jugo imperialista. Graças à bandeira do marxismo-leninismo, os patriotas foram vitoriosos na luta pela participação do Brasil ao lado da União Soviética na guerra contra a Alemanha hitlerista e, hoje, milhões de brasileiros lutam em defesa da paz, contra a entrega do Brasil aos monopólios norte-americanos, pelas liberdades e a independência nacional. A última e mais importante expressão do avanço vitorioso das idéias de Lênin no Brasil foi a realização com êxito do IV Congresso do Partido Comunista que aprovou o Programa do Partido fruto de acertada aplicação do marxismo-leninismo às condições brasileiras.

Lênin iluminou com a luz do marxismo o caminho dos povos dos países coloniais e dependentes. Desenvolvendo as idéias de Marx e Engels relativas aos movimentos de libertação nacional, Lênin elaborou um sistema harmonioso de opiniões sobre as revoluções nacionais e coloniais na época do imperialismo, ligou a questão nacional e colonial ao problema da derrocada do imperialismo, e declarou a questão nacional e colonial como parte integrante do problema geral da revolução proletária internacional. Ao mesmo tempo que chamava assim a atenção dos comunistas dos países coloniais e dependentes para a importância da educação internacionalista da classe operária, em seu informe sobre o problema nacional e colonial, no II Congresso da Internacional Comunista, ensinava Lênin:

«Qual é a idéia mais importante, a idéia fundamental de nossa tese? É a distinção entre povos oprimidos e povos opressores. Frisamos essa distinção, em oposição à II Internacional e à democracia burguesa.»

Este é o ponto de partida que permite uma justa análise do movimento revolucionário nos países coloniais e dependentes, porque leva em conta que nêles a opressão imperialista é um dos fatores da revolução, nêles essa opressão afeta também a burguesia nacional e esta pode durante determinado período apoiar a revolução, nêles o fator nacional é um fator da revolução.

Lênin referindo-se particularmente às nacionalidades do Oriente, mas dirigindo-se evidentemente aos comunistas de todos os países coloniais e dependentes, ensinava-lhes:

«Ali se apresenta diante de vós uma tarefa, que não se havia apresentado antes aos comunistas do mundo inteiro: apoiando-se

na teoria e na prática comunista, deveis saber aplicar, em condições peculiares que não existem nos países europeus, esta teoria e esta prática a uma situação em que a massa principal está formada por camponeses e na qual é preciso resolver a tarefa da luta não contra o capitalismo, mas contra os restos medievais.»

E mais adiante dizia:

«Ao mesmo tempo, deveis acercar-vos dos trabalhadores e das massas exploradas de cada país e explicar-lhes em uma linguagem compreensível que... o proletariado internacional é o único aliado de todos os trabalhadores e explorados dos países do Oriente, integrados por centenas de milhões de seres.»

Os comunistas do Brasil partiram destes e outros ensinamentos básicos do leninismo para definir o caráter da revolução brasileira em sua atual etapa e elaborar o Programa do Partido. Isto quer dizer que as idéias leninistas estão presentes em nosso Programa. Tendo em conta, por exemplo, o estado de espírito das grandes massas camponesas, que desejam a posse da terra e são favoráveis à distribuição da terra em propriedade privada, o Programa não levanta a nacionalização da terra, limita-se à confiscação das terras pertencentes aos latifundiários e sua distribuição gratuita entre os camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar. Considerando que a burguesia nacional pode manifestar seu apoio ao povo ou, pelo menos, colocar-se em posição de neutralidade favorável ao povo, o Programa não levanta a nacionalização dos bancos e das grandes empresas nacionais, limita-se a declarar que só serão tratados como inimigos do povo e terão seus bens confiscados aqueles grandes capitalistas que entrarem no caminho da traição à pátria ao lado do imperialismo norte-americano.

As idéias de Lênin podem alcançar cada vez maior difusão no Brasil. As condições de vida de nosso povo jamais foram tão dolorosas. Milhões de brasileiros, das mais diversas camadas sociais, gemem sob o jugo dos imperialistas norte-americanos e do regime de latifundiários e grandes capitalistas. É cada dia maior o número daqueles que procuram uma saída para a situação e lutam contra a miséria, o atraso e a ignorância, por uma pátria livre e progressista. Uma grande parte do povo, porém, não distingue ainda com a necessária clareza onde estão as causas de seus sofrimentos. Só o marxismo-leninismo pode indicar o justo caminho. É tarefa

dos comunistas brasileiros, utilizando com acerto essa arma invencível, apresentar a justa solução para os problemas que afligem o povo e ganhar, assim, milhões de brasileiros para as grandes idéias do leninismo.

Sabemos que para levar o povo brasileiro à vitória precisamos, antes e acima de tudo, aprender a aplicar nosso Programa em cada momento e em cada lugar de acôrdo com as condições concretas do movimento revolucionário. Para isto, inspirados nas indicações de Lênin, travamos uma luta enérgica contra os oportunistas que pretendem rebaixar o nível de consciência do Partido ao dos simples operários que somente participam da luta econômica e ao dos intelectuais que simpatizam com a revolução. Lutamos também com decisão contra outro tipo de oportunismo, o dos «esquerdistas» que separam o Partido das massas. A vanguarda jamais deve perder o contato com as grandes massas, mas uni-las e educá-las e avançar junto com elas. Lutando intransigentemente contra as tendências sectárias nas fileiras de nosso Partido, acentuamos que o critério fundamental de organização e de trabalho reside em estar entre as grandes massas do povo. Lênin exigia que o Partido proletário tivesse a «capacidade de vincular-se, aproximar-se e até certo ponto, se quiserdes, fundir-se com as mais amplas massas trabalhadoras, em primeiro lugar com a massa proletária, mas também com a massa trabalhadora não proletária.»

Fiéis a estes ensinamentos do grande Lênin, os comunistas do Brasil lutam por ganhar as grandes forças antiimperialistas e antifeudais da sociedade brasileira, especialmente a classe operária e as massas camponesas, mas também as camadas médias urbanas e a burguesia nacional, para as posições do Programa do Partido e organizá-las em ampla frente democrática de libertação nacional. Lançam-se com ardor à campanha por dez milhões de assinaturas ao pé do Apêlo do Conselho Mundial da Paz contra as armas atômicas; preparam-se para participar ativamente da campanha pela sucessão presidencial, certos de que na luta pela eleição de um candidato popular à presidência da República será possível criar uma poderosa coalizão de forças patrióticas e democráticas; dirigem a campanha por uma Reforma Agrária que ganha diariamente novas e importantes camadas do campesinato; lutam abnegadamente pela unificação da classe operária; contribuem para intensificar e ampliar a ação patriótica da Liga da Emancipação



Nacional, que luta contra a crescente colonização do Brasil pelo imperialismo norte-americano, em defesa das riquezas naturais do país, pelo estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com a U.R.S.S. e a China Popular, contra o Acórdo Militar Brasil-Estados Unidos e demais tratados lesivos aos interesses nacionais, assinados com o governo de Washington.

A vitória do povo brasileiro em sua luta histórica pela libertação do Brasil do jugo imperialista e pela criação do regime democrático popular exige um esforço vigoroso e permanente pelo fortalecimento do Partido Comunista. Lênin nos ensina que o Partido deve preocupar-se constantemente com a unidade e coesão de suas fileiras, baseadas fundamentalmente na unidade ideológica marxista e no desenvolvimento da atividade dos comunistas. Fazemos esforços para reforçar as fileiras do Partido e lutamos pela formação e educação marxista de nossos quadros. Cada dia nosso Partido cresce com mais rapidez e ganha maior prestígio. Tendo iniciado um trabalho sistemático de educação no Partido há quatro anos, hoje, apesar de uma série de dificuldades, são muitas as escolas do Partido que funcionam regularmente no país e inúmeros são os quadros do Partido que passaram por cursos teóricos e políticos. O IV Congresso de nosso Partido, que fez o balanço da atividade do Partido nos últimos 25 anos, contribuiu para tornar ainda mais coesas as nossas fileiras e elevou a combatividade dos comunistas.

Estamos convencidos da necessidade de fazer esforços ainda maiores para difundir e popularizar, entre as grandes massas trabalhadoras do Brasil e entre outras camadas da população, as idéias geniais do grande e imortal Lênin. Nosso Partido luta por assimilar de modo criador essas idéias e sabe que assim fazendo aproxima o dia da vitória de nosso povo sobre o imperialismo norte-americano e seus lacaios brasileiros.

O Partido Comunista do Brasil, à passagem do 35º aniversário de nascimento de Lênin, tudo faz para educar seus membros no espírito do internacionalismo proletário e para aplicar o marxismo-leninismo às condições históricas específicas de nosso país. Nossa causa será invencível se formos fiéis à doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stálin.

Lutamos infatigavelmente pela paz e participamos com todas as nossas forças para a vitória da grande campanha contra a cres-

cente ameaça da guerra atômica. Tudo fazemos para ajudar a reforçar o campo da paz, da democracia e do socialismo, dirigido pela União Soviética, que tem à sua frente o glorioso e invencível Partido de Lênin e Stálin, mestre e guia dos trabalhadores do mundo inteiro.

Sob a bandeira invencível do leninismo, e unicamente sob essa bandeira, a humanidade se libertará definitivamente da escravidão capitalista e das guerras imperialistas de agressão e construirá uma vida nova, livre e feliz.



# SÔBRE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM SÃO PAULO

DIÓGENES ARRUDA, Secretário do Comitê Central do P.C.B. concedeu a seguinte entrevista aos órgãos de Imprensa Popular.

**Pergunta** — Diante do grande interesse que desperta no país inteiro o pleito de 22 de maio na capital paulista, desejaríamos transmitir aos leitores de IMPRENSA POPULAR e «Notícias de Hoje» sua opinião a respeito.

**Resposta** — Por diversos motivos, o pleito da capital de São Paulo transformou-se em acontecimento político da maior importância e de repercussão nacional. Os trabalhadores do maior centro industrial do país conseguiram unir suas forças em poderosa coalizão democrática e patriótica. Por isto, estão em condições de derrotar seus inimigos e colocar na Prefeitura de São Paulo homens honestos que merecem sua confiança e que se comprometem a realizar um programa concreto capaz de atender aos interesses mais imediatos das amplas massas da população. Os srs. Lino de Matos e Wladimir Piza são os candidatos da poderosa coalizão de trabalhistas, comunistas, pessepistas, pessedistas e elementos democráticos de outras correntes, de homens e mulheres das mais diversas opiniões, unidos em torno de uma plataforma patriótica, porque democrática e progressista. Este é um exemplo para o país inteiro. A vitória dos candidatos populares em 22 de maio constituirá uma brilhante confirmação da justeza da política unitária defendida pelos comunistas e tão vigorosamente expostas pelo camarada Prestes em seus últimos documentos, particularmente em sua conhecida carta à Convenção Nacional do PTB. Será uma vitória da frente única das forças democráticas e constituirá contribuição poderosa para a ampliação da frente única em escala nacional.

**Pergunta** — Em relação com a ampliação em escala nacional da coalizão alcançada em São Paulo, a imprensa reacionária tem insinuado que por trás da atual coalizão democrática em torno do nome de Lino de Matos existe o compromisso de apoio à candidatura do sr. Ademar de Barros à Presidência da República. Que nos pode dizer a este respeito?

**Resposta** — Nós, comunistas, não fazemos cambalachos nem barganhas secretas ou às costas do povo. Lutamos abertamente pela unificação de tôdas as forças democráticas e patrióticas em torno de uma plataforma comum. Estamos dispostos a apoiar, no caso da sucessão presidencial, o nome de qualquer patriota digno e honrado que mereça a confiança do povo. Nestas condições, comunistas e pessepistas podem marchar juntos sem que isto signifique qualquer compromisso de nossa parte de apoiar o sr. Ademar de Barros caso pretenda candidatar-se à Presidência da República. Na campanha municipal de São Paulo também marcham conosco, lado a lado, os petebistas e os pessedistas. No entanto, somos radicalmente contrários à candidatura do sr. Kubitschek à Presidência da República. Somos campeões da unidade, lutamos infatigavelmente pela unificação das mais amplas forças democráticas e patrióticas. Este é o único caminho da vitória do povo e da salvação nacional. Mas a unidade por que lutamos deve ser alcançada na base de princípios, de uma plataforma popular, e ser realizada à luz do dia, com o conhecimento e o apoio das grandes massas trabalhadoras.

**Pergunta** — Voltando ao pleito de 22 de maio, que mais nos poderia dizer?

**Resposta** — A vitória da chapa Lino de Matos-Wladimir Piza no pleito municipal de 22 de maio em São Paulo será uma grande vitória da democracia e dos trabalhadores em São Paulo e no Brasil inteiro. Na capital paulista é, dia a dia, maior o número de pessoas, especialmente de operários, que compreende a importância política de tal eleição e que tudo faz no sentido da vitória de seus candidatos nas urnas. Essa vitória traduzirá, antes e acima de tudo, o repúdio dos trabalhadores de São Paulo à política de fome e reação dos srs. Jânio Quadros e Café Filho, será o protesto veemente do operariado paulista contra a brutalidade com que o Ministério do Trabalho intervém nos sindicatos e na vida sindical. Estão completamente equivocados os que falam em desinteresse do povo pelas eleições. Graças principalmente à atividade abnegada dos comunistas, o povo já compreende que através do voto poderá também exprimir seu protesto, derrotar seus inimigos, unir e consolidar suas forças e colocar nos postos eletivos homens de sua confiança que o ajudem a lutar pelas suas reivindicações mais imediatas, pela solução dos problemas cruciantes da cidade. Os comunistas, que participam com entusiasmo da grande coalizão democrática de São Paulo, não pouparão esforços para assegurar aos candidatos que apóiam uma vitória esmagadora e de repercussão nacional.

## MENSAGEM

# **DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DO VIET-NAM AO IV CONGRESSO DO P. C. B.**

Camarada Luiz Carlos Prestes  
Secretário Geral do P. C. B.

É com grande alegria que tomamos conhecimento de que o C.C. do P.C.B., vencendo tôda classe de dificuldades, convocou o IV Congresso do Partido para aprovar o novo Programa, os novos Estatutos e traçar os caminhos da luta pela paz, a democracia e a independência nacional. A convocação do IV Congresso na situação atual significa importante acontecimento histórico na vida do Partido, significa novos êxitos do Partido.

Enviamos nossa calorosa saudação fraternal ao Congresso e lhes desejamos êxitos. Desejamos também que a classe operária e o povo do Brasil, dirigidos pelo P.C.B., com Prestes à frente, lutando contra os imperialistas americanos e os grandes latifundiários, forças reacionárias internas, alcancem grandes vitórias na luta pela paz, a democracia e a independência nacional.

Em nome do C.C. do Partido dos trabalhadores do Viet-Nam.

**Tjong Tzin,**  
**Secretário Geral**

## DO PARTIDO COMUNISTA DA BOLÍVIA AO IV CONGRESSO DO P. C. B.

AO CAMARADA

Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do P.C.B. Rio de Janeiro — Brasil.

Caro camarada Prestes:

O Comitê Central do Partido Comunista da Bolívia faz chegar às vossas mãos, aos camaradas do Comitê Central e a todos os militantes do Partido Comunista do Brasil a sua saudação fraternal e revolucionária, com os melhores votos de êxito no trabalho de libertação de vosso povo que será, também, a libertação de todos os nossos povos do continente.

A gloriosa trajetória do Partido Comunista do Brasil, trajetória de triunfos e vitórias na ampla luta do povo brasileiro pela sua independência nacional, pela paz, pelo respeito às liberdades democráticas e por uma vida melhor, teve seu justo corolário na realização vitoriosa de vosso IV Congresso, Congresso que marca uma etapa histórica no desenvolvimento das lutas dos povos latino-americanos, indicando-lhes com sabedoria e precisão o verdadeiro caminho da sua independência.

Sob a sábia direção e a experiência do Partido Comunista da União Soviética e de seu Comitê Central, armados com a ideologia invencível do marxismo-leninismo-stalinismo, e com vosso esclarecido exemplo, estamos seguros da vitória. Por isso, camarada, de pé vos saudamos.

Fraternalmente

Pelo Comitê Central do P. C. da Bolívia

O SECRETARIADO  
NACIONAL

# PELO GLORIOSO CAMINHO DO SOCIALISMO

K. E. Vorochílov

Rápidamente avança a locomotiva da História. A humanidade ingressa em um novo ano — o ano de 1955. Ao iniciar-se um novo ano é costume fazer-se um balanço do caminho percorrido e do que se realizou no ano findo. Não é uma má tradição: permite-nos contemplar e compreender melhor o caminho percorrido e ter maior clareza quanto às perspectivas no futuro.

Os povos da União Soviética, da China e de todos os países de democracia popular podem com justa razão orgulhar-se daquilo que foi criado pelo seu tenaz trabalho e pelos seus heróicos esforços. Jamais foi tão coeso e poderoso o grande campo da paz, da democracia e do socialismo, que hoje une mais de 900 milhões de pessoas. Os êxitos alcançados por êsse campo comprovam de maneira convincente que ninguém conseguirá obrigar os povos livres a abandonar o caminho que escolheram, o glorioso caminho do socialismo!

Passaram-se mais de trinta e sete anos. Os povos da União Soviética foram os primeiros a enveredar por êsse caminho, até então desconhecido na História. Atrasado e fraco era então nosso país. A política anti-popular do governo tsarista, dos latifundiários e da burguesia, levava-o à beira da catástrofe nacional. Econômicamente, e em relação aos países avançados estávamos atrasados por uma boa centena de anos. Todos os principais setores da economia estavam em poder do capital estrangeiro — alemão, inglês e francês. A Rússia, arruinada e extenuada pela guerra imperialista, estava ameaçada de perder totalmente a soberania e a independência nacional e de ser transformada em apêndice semi-colonial do capitalismo da Europa Ocidental.

A Grande Revolução Socialista de Outubro salvou nossa Pátria dessa catástrofe. Vladimir Ilitch Lênin escreveu às vésperas da Revolução de Outubro: «... Ou perecer ou alcançar os países avançados e ultrapassá-los também economicamente. — ... Perecer ou avançar a todo vapor. Assim o problema é apresentado pela História».

E os povos de nosso país, dirigidos pelo Partido Comunista, avançaram a todo vapor. Tiveram que suportar muitas dificuldades e privações, mas nada quebrantou sua vontade de vencer, de construir uma nova vida, a vida socialista. A jovem república soviética fortaleceu-se e temperou-se no fogo da guerra civil, na luta heróica contra as tentativas feitas pela burguesia internacional no sentido de sufocar, pelas armas, o primeiro Estado de operários e de camponeses que surgia no mundo. Quando essas tentativas foram esmagadas e a república soviética saiu da guerra civil como vencedora, porém com a economia nacional inteiramente destruída, a burguesia internacional abrigou novas esperanças. A nossos inimigos pareceu que não teríamos forças para vencer as dificuldades provocadas pela ruína econômica e que essas dificuldades nos enterrariam sob seus escombros. Todavia, também aqui o inimigo de classe errou em seus cálculos. Graças às vantagens do sistema socialista de economia não só restauramos a indústria como também em curto prazo a reequipamos e a reorganizamos sobre nova base técnica, tomando firmemente em nossas mãos a chave para a reconstrução radical de toda a economia nacional.

O Partido Comunista compreendia perfeitamente bem que sem a industrialização não poderíamos suportar a pressão da reação internacional. E o Partido, considerando as dificuldades e a complexidade dessa tarefa, colocou o país de maneira segura, mas prudente, no caminho da industrialização. Em curto prazo histórico criou-se uma indústria pesada poderosa e organizada segundo a última palavra da ciência e da técnica modernas, inclusive setores inteiramente desconhecidos pela Rússia pré-revolucionária — a indústria de automóveis e de tratores, a fabricação de tornos e de aviões, a produção de segadeiras-debulhadoras, de poderosas turbinas e geradores, de aços de qualidade, etc. Já em 1937 mais de 80 por cento de toda a produção industrial da U.R.S.S. eram fornecidos pelas empresas construídas ou reconstruídas durante os planos quinquenais. De 1913 a 1940 a produção da grande indústria na U.R.S.S. aumentou quase 12 vezes, passando a ocupar, pelo seu volume, o primeiro lugar na Europa e o segundo no mundo.

Torna-se agora perfeitamente claro que sem uma poderosa indústria pesada nosso país não poderia ser vitorioso na Grande Guerra Patriótica, não poderia derrotar a Alemanha hitlerista, que dispunha de todo o poderio industrial da Europa Ocidental. Nos anos de após-guerra o Partido Comunista e o Governo Soviético continuam a dedicar permanente atenção ao desenvolvimento da indústria pesada, que foi e continua a ser a base das bases da economia socialista, da melhoria do bem-estar do povo e do reforço da capacidade de defesa de nosso país. Já em 1953 a produção total da grande indústria superava o nível de 1913 em 30 vezes



e o nível de 1940 em 2,5 vezes. Aumentou quase quatro vezes a produção da indústria mecânica que, como se sabe, é a modula da indústria.

Durante a construção do socialismo foi satisfatoriamente resolvido na U.R.S.S. um dos problemas mais complexos e difíceis que se apresentavam à classe operária após a derrubada do regime burguês: o problema de colocar no caminho do desenvolvimento socialista, no caminho do coletivismo, no caminho da grande agricultura mecanizada, a economia camponesa individual.

O Partido Comunista da União Soviética solucionou esse problema, orientando-se pelas indicações do grande Lênin quanto à inadmissibilidade do uso de métodos puramente administrativos e de qualquer violência em relação ao campesinato. Tratava-se de convencer os camponeses — à base de sua própria experiência — das vantagens e proveitos da agricultura coletiva, que permite empregar as máquinas mais aperfeiçoadas e utilizar as últimas conquistas da ciência agrotécnica. A força da unificação dos camponeses na agricultura coletiva reside em que essa unificação é voluntária, baseada na consciente convicção de milhões de camponeses de que somente nos colcozes está a salvação da miséria; de que somente nos colcozes é possível uma vida realmente culta e acomodada para toda a massa do campesinato.

A agricultura socialista demonstrou, evidentemente, sua superioridade durante os anos de guerra. Justamente graças aos colcozes em nosso país não aconteceu o que ocorrera na agricultura da Rússia durante a primeira guerra mundial, quando entrou em completa decadência. Nossos colcozes, que ininterruptamente abasteciam o exército e a população das cidades com víveres e a indústria com matérias primas, sofreram imensos danos em consequência da invasão das hordas fascistas. Se isso acontecesse com as velhas explorações camponesas individuais, estas durante longas décadas não poderiam manter-se de pé e milhões de camponeses estariam condenados à fome e à miséria. Em curto prazo as economias coletivas superaram as dificuldades provocadas pela guerra e com a ajuda do Estado Soviético — que copiosamente abastecia a agricultura de tratores e outras máquinas — avançam com segurança pelo caminho de um contínuo desenvolvimento.

Os êxitos alcançados pela agricultura nos anos de pós-guerra revelam sempre e cada vez mais, de maneira convincente, que o vigor de nossos colcozes e sovcozes está na poderosa indústria socialista e na imensa ajuda diária que lhes presta a indústria. A ampla rede de estações de máquinas e tratores criada pelo Estado Soviético tornou-se, para os colcozes, uma sólida base material e técnica para a grande produção mecanizada. Em 1954, na agricultura da U.R.S.S. contavam-se 1 milhão e 260 mil tratores (é oportuno lembrar que Lênin sonhava com a época em que possuiríamos cem mil tratores); 326 mil segadeiras-debulhadoras de

cereais; 370 mil caminhões e uma grande quantidade de outras máquinas de primeira classe.

Atualmente a União Soviética satisfaz integralmente suas necessidades de cereais e possui as necessárias reservas. Sabe-se, porém, que não só de pão vive o homem. As necessidades materiais dos homens aumentam continuamente e isso, naturalmente, aumenta a procura de mercadorias de elevada qualidade.

O Partido Comunista e o Governo Soviético põem em prática perseverantemente medidas que visam ampliar por todos os meios a produção de mercadorias de amplo consumo. Um sério aumento da produção de cereais é o elo principal na cadeia dessas medidas. E isso é evidente: quanto maior for a quantidade de cereais a nosso dispor, tanto mais haverá não só cereais como também carne, manteiga, azeite, óleos, lã, couros e peles e também de culturas técnicas: algodão, linho, beterraba-açucareira, etc. Em outros termos, os cereais são a base de todos os demais produtos de alimentação, a base da produção de muitas mercadorias de amplo consumo.

Para se conseguir mais cereais o povo soviético atualmente cultiva imensas extensões de terras virgens no Kazakstão e na Sibéria: amplas e férteis planícies, adequadas ao desenvolvimento de culturas cerealíferas. A princípio tencionávamos cultivar, em 1954, 13 milhões de hectares de terras virgens, mas o entusiasmo e a iniciativa criadora do povo deixaram muito atrás os limites estabelecidos pelo plano: já a 1º de novembro achavam-se lavrados mais de 17 milhões de hectares de terras virgens. Considerando essa experiência, o Partido Comunista e o Governo Soviético decidiram ampliar as sementeiras de cereais nas terras virgens para 28 a 30 milhões de hectares em 1956. Isso quer dizer que brevemente a União Soviética terá cereais em quantidade suficiente não só para atender a todas as necessidades da população — o que já foi alcançado — mas também para um rápido desenvolvimento da pecuária, e para um novo aumento das reservas estatais e da exportação de cereais.

A par da ampliação das áreas de sementeira à custa do aproveitamento das terras virgens, continuaremos, como antes, a aumentar o rendimento de toda a agricultura. O sistema socialista de agricultura dispõe de possibilidades e de vantagens que permitem realizar com êxito uma tarefa histórica, estabelecida pelo Partido Comunista e pelo Governo Soviético: criar no país abundância de viveres destinados à população e de matérias primas destinadas à indústria leve. Assim, será assegurada uma nova elevação do bem-estar do povo e a máxima satisfação de suas necessidades materiais, em constante crescimento.

Ao referirmo-nos aos sucessos alcançados pela União Soviética na construção do socialismo, temos constantemente em mente as duas fontes básicas desses êxitos.

A primeira fonte é a inquebrantável e eterna aliança entre a classe operária e o campesinato. Ombro a ombro com a classe operária e o campesinato colcoziano, trabalha a intelectualidade popular soviética. No país constituiu-se uma poderosa unidade moral e política de toda a sociedade soviética. O comunismo e o povo fundiram-se em nosso país em força una, monolítica. O apoio prestado por todo o povo à política interna e externa do Partido e do Governo demonstra a todo o mundo a grande união do Partido Comunista, e do Governo da U.R.S.S. e de todo o povo soviético.

A segunda fonte é a amizade fraternal e a cooperação mútua entre os povos da U.R.S.S., as quais se formaram em nosso país e se consolidam dia a dia. Como sabemos, a União Soviética é um Estado multi-nacional. Na Rússia anterior à Revolução, a burguesia e os latifundiários, agindo segundo o princípio: «Dividir para dominar», faziam todos os esforços no sentido de semear a discórdia e a inimizade entre os povos que povoam nossa Pátria. O regime soviético pôs fim para sempre a essa discórdia e inimizade, resolvendo um dos mais difíceis problemas enfrentados pela revolução socialista unindo pelos laços da amizade fraternal todas as nações e nacionalidades de nosso país. Deu assim um exemplo de solução radical e justa da questão nacional, a única solução acertada e possível somente nas condições da sociedade socialista.

Os povos da União Soviética penetram no ano de 1955 com suas forças criadoras em pleno florescimento. Contemplando o caminho percorrido, afirmam: atrás estão muitas dificuldades, sacrifícios e privações, mas por isso mesmo são mais alegres e grandiosos os frutos de nossas vitórias. O ano que se finda também não foi vivido em vão. Ficou assinalado por um novo e grande passo de nosso país no caminho da construção do comunismo.

Ainda estamos enfrentando muitas dificuldades. Há sérias falhas na construção econômica e cultural. O Partido Comunista União Soviética e o Governo da U.R.S.S. nunca ocultaram e não ocultam essas dificuldades e deficiências: mobilizam a iniciativa criadora das massas de milhões de trabalhadores para superá-las o mais rapidamente possível. Temos diante de nós um trabalho intenso a realizar, a plena alegria da atividade e da criação, e o entusiasmo que nos leva a novas vitórias, ainda mais gloriosas.

Fazendo um balanço dos êxitos alcançados durante o ano findo, os homens soviéticos com intensa alegria voltam seus pensamentos também para as grandes conquistas alcançadas pelo nosso vizinho e amigo — o grande povo chinês.

No destino de nossos povos muito há de comum. Da mesma forma que na Rússia anterior à revolução, a China padecia o cruel jugo dos imperialistas e da reação interna. Da mesma forma que os povos da Rússia, o povo chinês nunca se conformou com a privação de seus direitos e travou durante longos anos uma

luta tenaz e heróica contra os escravizadores estrangeiros e seus lacaios dentro do país. Essa luta revolucionária foi chefiada pelo destacamento de vanguarda da classe operária da China — o Partido Comunista da China — que conquistou o amor e o respeito profundos não só do povo chinês como também dos trabalhadores de todo o mundo.

Sempre e com sincera e profunda simpatia, nosso povo acompanhou a luta revolucionária do povo chinês, desejando-lhe com toda a alma vitórias e acreditou inabalavelmente em sua vitória. Há mais de um quarto de século, Ióssif Vissarionóvitch Stálin, grande continuador da obra de Lênin, afirmou que a revolução chinesa despertou de um sono secular e colocou em movimento centenas de milhões de explorados e oprimidos; desmascarou finalmente o caráter contra-revolucionário das camarilhas de generais; arrancou a máscara dos membros do Kuomintang, lacaios da contra-revolução; fortaleceu a autoridade do Partido Comunista entre as massas populares; ergueu o movimento em seu conjunto a uma fase superior, despertando novas esperanças entre milhões de indivíduos. Stálin afirmou então: «Sómente os cegos e os pusilânimes podem duvidar de que os operários e os camponeses da China estejam marchando para um novo ascenso revolucionário». O camarada Stálin frisou que toda verdade e justiça estavam ao lado da revolução chinesa. «Sem dúvida perderá todo aquele que não leva e não levar em conta essa força».

Essas palavras foram proféticas. De maneira idêntica à que, em Outubro de 1917, sob a direção do Partido Comunista chefiado pelo grande Lênin, os operários e os camponeses de nosso país, após haverem derrubado o poder dos capitalistas e dos latifundiários, salvaram sua Pátria da catástrofe que a ameaçava, às massas populares da China, dirigidas pelos comunistas chineses, salvaram em Outubro de 1949 seu país da completa escravização, deitando por terra o domínio da camarilha do Kuomintang e dos imperialistas americanos e outros, que a apoiavam. A vitória da revolução chinesa assinalou um novo triunfo — de importância histórica e mundial — das idéias do marxismo-leninismo.

Tomando o poder em suas mãos, o povo chinês em curto prazo histórico realizou obras para as quais anteriormente seriam necessárias décadas e até mesmo séculos.

A todos nós, os cidadãos soviéticos, é consolador ver o muito que avançou, desde então, o povo chinês pelo caminho da construção da nova sociedade. É profunda e intensa a alegria com que os homens soviéticos encaram as vitórias alcançadas, na nova China, pelo trabalho dos operários, cujos valorosos esforços puderam, em prazo extremamente curto, erguer das ruínas fábricas e usinas, minas e jazidas destruídas pelos bandos do Kuomintang. Orientada pela mão firme e hábil dos comunistas chineses, a indústria da China

adquire hoje uma importância cada vez maior na economia nacional do país. Ao lado do desenvolvimento da indústria aumenta também o bem-estar das massas trabalhadoras. O povo soviético sabe, pela sua própria experiência, que somente a industrialização garante a independência do país. A inabalável decisão com que os trabalhadores da China realizam a industrialização de seu país é digna do respeito de todos.

A construção da grande indústria criará uma base sólida e segura para o florescimento econômico do país, tornando a República Popular da China ainda mais forte e poderosa.

O povo soviético deseja de todo o coração à classe operária da China e à grande massa trabalhadora da China os maiores êxitos na grande obra de transformar sua Pátria em poderosa potência industrial socialista.

Não podem deixar de alegrar-nos, a todos nós, cidadãos soviéticos, as vitórias que o povo chinês conquista no desenvolvimento da agricultura. Sob a direção do Partido Comunista, o campesinato da China acabou para sempre com a escravização exercida pelos latifundiários, base social do domínio mantido pelos imperialistas sobre o país. Somente os insensatos podem acalentar hoje sonhos delirantes de que ainda seja possível novamente colocar o povo chinês sob a canga da escravidão latifundiária. A luz da liberdade ilumina com seus brilhantes raios as casas dos trabalhadores, onde, após a libertação, penetraram a felicidade e a suficiência de meios. Agora se acham criadas tôdas as condições e está livre o caminho para o desenvolvimento acelerado das forças produtivas na agricultura da China.

É extremamente significativo o fato de que no campo chinês estejam surgindo as formas socialistas de economia representadas pelas cooperativas agrícolas. O povo soviético deseja ao povo chinês êxitos no trabalho de desenvolvimento das forças produtivas da agricultura e na criação das necessárias condições à gradual reorganização socialista do campo.

A principal conquista da China popular reside em que juntamente com a economia do país desenvolvem-se os próprios homens. Libertam-se da velha psicologia, dos hábitos e costumes antigos, eleva-se o nível de sua consciência. Os trabalhadores da China adquiriram asas de condor, ergueram-se espiritualmente, respiram a plenos pulmões, sentindo-se pela primeira vez donos de sua terra, de tôdas suas riquezas, heróis e criadores da nova vida. E nisso está a garantia de todos os êxitos da construção do socialismo na China, porque, não há e nem pode haver dificuldades insuperáveis para os povos que chegam à consciência de que não trabalham para o enriquecimento dos exploradores, mas para si próprios, para bem do povo, em prol do progresso de sua querida Pátria. Disso é prova convincente a experiência de luta e de

vitórias do povo soviético, disso é prova a própria experiência adquirida pelos nossos amigos chineses.

As numerosas nacionalidades do Estado chinês vivem hoje como família fraternal. A inimizade e a discórdia entre os povos, cultivadas pelas forças da reação, cederam lugar à amizade e à cooperação. Todas as nacionalidades da China estão unidas pela aspiração de ver sua Pátria rica, feliz e florescente. Os homens soviéticos, conhecedores, pela própria experiência, da grande significação que tem a amizade entre os povos para a construção do Estado socialista, desejam que todas as nacionalidades da China fortaleçam sua coesão e unidade — garantia segura para a sua felicidade e progresso.

O povo soviético — o primeiro na História a construir uma sociedade socialista — compreende a complexidade e a grandeza dos empreendimentos a cuja realização o povo chinês procede. Todavia, conhecemos bem o vigor e o saber do povo trabalhador da China e por isso estamos certos de que está à altura dessas gigantescas realizações. É o que diz o provérbio russo: «A uma grande nau, uma grande viagem!»

O povo chinês não está só. Conta para sempre com o apoio total e incondicional do povo soviético, pronto de todo coração a transmitir-lhe sua experiência a fim de acelerar a construção da China socialista. Igualmente o apoio de todo o poderoso campo da paz e da democracia lhe está garantido. Toda a humanidade trabalhadora está a seu lado.

A frente do Estado chinês está o Partido Comunista, temperado nas batalhas e chefiado pelo camarada Mao Tzé-Tung. O marxismo-leninismo é a bússola fiel e segura que o Partido Comunista da China utiliza habilmente, levando em conta as particularidades nacionais e a situação concreta de seu país.

Possuindo um timoneiro tão hábil como o Partido Comunista e armado com uma bússola da qualidade do marxismo-leninismo, o povo chinês alcançará com êxito o objetivo a que se traçou, construindo a sociedade socialista. Disso, é garantia a sólida aliança entre a classe operária e o campesinato, para cujo fortalecimento o Partido Comunista da China trabalha incansavelmente.

No mundo não há forças que possam obrigar o povo chinês a abandonar o caminho escolhido. E é em vão que os imperialistas americanos fazem todos os esforços no sentido de retardar e frear o grande movimento do povo chinês para o socialismo. Esses desesperados esforços estão condenados ao fracasso.

Recentemente os círculos governantes dos Estados Unidos celebraram com a camarilha de Chiang Kai Chek, entrincheirada na ilha Taivan, um pretense «acórdo de segurança mútua». Os agressores americanos constroem, sobre areia movediça, planos de res-

tauração do domínio, por eles perdido, sobre a China. Não compreendem que o governo da camarilha de Chiang Kai Chek sobre a China pertence ao passado e nunca voltará. O povo chinês está firmemente decidido a libertar Taiwan e assim concluir a luta pela unificação de todas as terras da China. Essa tarefa corresponde integralmente aos interesses da manutenção da paz e da segurança no Extremo Oriente.

Brandindo armas e valendo-se da chantagem, das provocações e das ameaças desenfreadas, os fomentadores de guerra tentam atemorizar os povos livres. Vã tentativa! Os povos que se tornaram senhores de seus destinos têm nervos fortes, vontade inflexível, poderosa força de gigante e, — e o que é o principal — grande espírito humano.

Recentemente o povo chinês festejou solenemente o quinto aniversário de sua República. Os povos da União Soviética e de todos os países de democracia popular também comemoraram amplamente essa data histórica. Visitou a China uma delegação governamental soviética chefiada pelo camarada N. S. Khruchtchiov, tendo entre seus componentes os camaradas N. A. Bulgânin e A. I. Mikóian, membros do Presidium do C.C. do P.C.U.S. As conversações soviético-chinêsas, realizadas nesses dias em Pequim, processaram-se numa atmosfera de sincera amizade e total compreensão mútua. Os resultados das conversações constituíram uma eloqüente demonstração da amizade inquebrantável e da estreita cooperação fraternal entre os povos chinês e soviético. Essa amizade e cooperação visam ao nobre objetivo de manter e consolidar a paz em todo o mundo. É por isso que não só os povos soviético e chinês mas também todos os povos que amam a paz encaram os entendimentos realizados em Pequim como importante contribuição à causa da paz e da amizade entre os povos.

Nossos povos não ameaçam ninguém e, a ninguém tencionam atacar. Seu objetivo é por todos os meios defender e consolidar a paz. Entretanto não se esqueçam os inimigos da paz de que os povos livres estão preparados para enfrentar com todas as armas quaisquer maquinações dos fomentadores de guerra! Essa disposição de defender a paz teve seu reflexo na Conferência de Moscou, entre os países europeus para salvaguardar a paz e a segurança na Europa. Com satisfação e alegria os povos da União Soviética e dos países europeus de democracia popular acolheram a declaração do representante da grande China no sentido de que o povo chinês apóia com todas suas forças a luta que aqueles travam pela manutenção da paz na Europa.

A certeza de que o povo chinês não ficará como mero observador dos acontecimentos europeus dá aos povos livres uma segurança ainda maior na vitória de nossa justa causa. A Declaração assinada na Conferência adverte aos agressores, de maneira franca e aberta, sem subterfúgios, de que quaisquer tentativas de perturbar a vida

pacífica de nossos povos terão uma repulsa esmagadora. A guerra — se os agressores tiverem a ousadia de desencadeá-la — só poderá levar à derrota dos imperialistas, ao colapso e à total liquidação do sistema de opressão dos povos.

Quanto a nós, os homens soviéticos, os povos da grande China poderão, sem reservas, contar conosco. Nossa amizade, nossos corações, nossa ajuda fraternal e desinteressada estarão sempre convosco, caros camaradas.

Ao ingressarem no Ano Novo os homens soviéticos enviam suas calorosas e fraternais saudações ao grande povo chinês, desejando-lhe, de toda sua franca e grande alma, os maiores êxitos no fortalecimento de seu Estado e na construção da sociedade socialista.





# NOVA ETAPA NA ELABORAÇÃO DO PROBLEMA DA TRANSIÇÃO DO MUNDO ANTIGO PARA IDADE MÉDIA

Por M. ALPÁTOV

**A**S INDICAÇÕES DE J. V. STALIN sôbre a revolução dos escravos marcam uma nova etapa no desenvolvimento da ciência marxista-leninista da sociedade. Pela primeira vez na história da ciência, o problema da transição revolucionária da antiga formação escravista para o feudalismo, na Europa-Occidental, foi cabalmente solucionado.

Ficou demonstrado que a substituição da formação da Antigüidade pelo feudalismo foi resultado do movimento das amplas massas populares, o resultado de uma luta sustentada pela primeira classe revolucionária a surgir no palco da História.

Duas afirmações de J. V. Stálin abrangem inteiramente essa questão. A primeira delas ocorre no discurso no I Congresso dos Kolkhosianos de Choque da U.R.S.S.: *"A revolução dos escravos eliminou os senhores de escravos e aboliu a forma escravista de exploração dos trabalhadores. Em seu lugar, porém, estabeleceu os senhores feudais e a forma feudal de exploração dos trabalhadores. Um grupo de exploradores foi substituído por outro grupo de exploradores"*. (1)

A segunda afirmação encontra-se em seu informe ao XVII Congresso do P.C. (b) da U.R.S.S.: *"Os não-romanos — isto é: todos os "bárbaros" —, unindo-se contra o inimigo comum, lançaram-se contra Roma, e puseram-na abaixo fragorosamente"*. (2)

Essas afirmações de Stálin revelam a estreita ligação entre a revolução dos escravos e as invasões bárbaras no processo de transição da formação escravista para o feudalismo. Indiscutivelmente,

(1) J. V. STALIN — «Problemas do Leninismo», pág. 412, 11ª ed. russa.

(2) J. V. STALIN — «Problemas do Leninismo», pág. 432, 11ª ed. russa.

o elemento principal, decisivo, e essencialmente novo na ciência marxista é a indicação de que, por seu conteúdo social e político, êsse processo duplo nada mais representava do que uma revolução de escravos.

Consideremos várias questões teóricas que esclarecem a significação metodológica das afirmações de Stálin.

Ao considerarmos o problema da revolução dos escravos, devemos estabelecer distinção entre duas teses essenciais contidas nas afirmações de Stálin. Primeiro: Seria a classe dos escravos capaz de abolir o estado escravista? de derrubar a classe dos senhores de escravos e a forma escravista de exploração? Segundo: Seria a classe dos escravos capaz de substituir por um novo Estado — mais progressista — o Estado escravista derrubado? Estaria ela habilitada a substituir a velha formação por uma formação nova, mais progressista?

Que resposta deram a essas questões Karl Marx e Friedrich Engels? Os fundadores do marxismo fizeram numerosas observações sobre as lutas dos escravos da Antigüidade, sobre a transição do mundo antigo para a Idade-Média. Suas opiniões sobre a questão são apresentadas da maneira mais completa em um dos últimos trabalhos de Engels — a bem conhecida obra "*Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*". Sabemos que Engels considerava a crise no modo escravista de produção como a causa básica da queda da formação escravista e do nascimento do feudalismo. Dado que um afluxo contínuo, e em massa, da fôrça de trabalho escravo era condição indispensável à existência da economia escravista, com a cessação das guerras de conquista e a redução do fornecimento de mão-de-obra escrava começou a crise econômica geral. "*A escravidão antiga tornou-se obsoleta. Nem na grande agricultura nem nas manufaturas da cidade ela proporcionava renda que justificasse o trabalho despendido*". (3) Os latifúndios dos magnatas romanos — latifúndios baseados no trabalho escravo — começaram a entrar em decadência; isso significava que começava a caducar a única forma de grande economia possível naquelas condições — "*a pequena economia novamente se tornava a única forma rendosa de agricultura*" (4) —, e, além disso, já não se baseava no trabalho escravo, que se tornava

(3) KARL MARX e F. ENGELS — «Obras», tomo 16, Parte I, pág. 126, ed. russa.

(4) KARL MARX e F. ENGELS — «Obras», tomo 16, Parte I, pág. 126, ed. russa.

não rendoso. "Vilas após vilas eram divididas em pequenas parcelas, cedidas por arrendamento hereditário (...). Predominava, porém, a cessão dessas pequenas parcelas de terra a colonos, que pagavam anualmente determinada quantia, ficavam adstritos à terra, e podiam ser vendidos juntamente com sua parcela (...). Foram eles os predecessores dos servos medievais". (5)

Essa transição para o colonato não oferecia, no entanto, solução para a crise econômica dentro dos limites da própria formação escravista. Se o comércio tinha caráter limitado mesmo no período florescente da economia escravista, já agora os laços econômicos entre os latifúndios, as cidades e cada uma das províncias rompiam-se cada vez mais. Durante essa profunda crise, aumentou desmedidamente a exploração das classes produtoras; o próprio Estado Romano "transformara-se em gigantesca e complexa máquina exclusivamente destinada a sugar o sangue dos súditos. Impostos, tributos estatais e taxas de toda espécie cobradas aos servos da gleba levaram as massas a uma miséria cada vez mais profunda: as extorsões por parte dos governadores, dos coletores de impostos e dos soldados intensificavam esse jugo e o tornavam intolerável. (§) Isso foi o que o Estado Romano conseguiu com seu domínio do mundo. (§) O Estado Romano apresentava como justificativa de sua existência o argumento de que mantinha a ordem do Império e o protegia contra a invasão dos bárbaros. Sua ordem era pior do que a mais feroz desordem, e os cidadãos que Roma dizia proteger contra os bárbaros ansiavam por que os bárbaros viessem libertá-los". (6)

O exemplo da Gália dá idéia da situação que reinava nas províncias. "Já nos últimos anos da República o domínio de Roma baseava-se na implacável exploração das províncias conquistadas; longe de abolir essa exploração, o Império a sistematizou (...). Empobrecimento geral; declínio do comércio, do artesanato e da arte; diminuição da população; decadência das cidades; retrocesso da agricultura para um nível inferior. — êsse o resultado final do domínio de Roma sobre o mundo". (7) F. Engels cita a afirmação do bispo Salviano, de Marselha, de que o jugo dos proprietários de terra

(5) KARL MARX e F. ENGELS — «Obras», tomo 16, Parte I, pág. 126, ed. russa.

(6) KARL MARX e F. ENGELS — «Obras», tomo 16, Parte I, pág. 125, ed. russa.

(7) KARL MARX e F. ENGELS — «Obras», tomo 16, Parte I, pág. 125, ed. russa.

e dos funcionários romanos na Gália era tão grande que muitos galo-romanos "fogem para as localidades já ocupadas pelos bárbaros, enquanto que aquilo que mais temem os cidadãos romanos que ali se instalaram é ter de voltar novamente ao domínio de Roma". (8) Para as massas populares do Império, Roma era "o mais feroz inimigo e opressor" (9) e "a cidadania romana nada oferecia em troca". (10)

Engels analisa a crise do seguinte modo: "Era um beco-sem-saída no qual se metera o mundo romano: a escravatura era economicamente impossível, — o trabalho dos homens livres estava moralmente condenado. A primeira não mais podia ser a forma básica da produção social; o segundo ainda não podia sê-lo. Só uma revolução radical poderia ser a saída". (11)

Tudo isso nos leva à indiscutível conclusão de que os fundadores do marxismo consideravam a transição da Antiguidade para a Idade-Média como uma revolução, como uma transição revolucionária de uma formação econômico-social para outra. A conquista realizada pelos bárbaros foi preparada por uma profunda crise no modo escravista de produção; ela ocorreu durante essa crise, e foi um fator que apressou a queda da antiga formação e a constituição do feudalismo. Refutando Eugen Dühring, que via na conquista um fenômeno independente, apenas superficial, Engels sublinhou, justamente, o conteúdo social da conquista realizada pelos bárbaros, seu papel revolucionário no estabelecimento de relações feudais em lugar das relações escravistas. "A conquista pela violência realizada pelos germanos e o estabelecimento de Estados nos territórios conquistados — nos quais dominava a aldeia e não a cidade (como no mundo antigo) — eram acompanhados (justamente por isso) pela transformação da escravidão em uma servidão mais branda e em outras formas de dependência dos camponeses". (12)

Em sua obra "Dialética da Natureza", ressalta Engels essa mesma idéia do conteúdo intrínseco, revolucionário, da conquista do Império

(8) KARL MARX e F. ENGELS — «Obras», tomo 16, Parte I, pág. 127, ed. russa.

(9) KARL MARX e F. ENGELS — «Obras», tomo 16, Parte I, pág. 125, ed. russa.

(10) KARL MARX e F. ENGELS — «Obras», tomo 16, Parte I, pág. 124, ed. russa.

(11) KARL MARX e F. ENGELS — «Obras», tomo 16, Parte I, pág. 127, ed. russa.

(12) KARL MARX e F. ENGELS — «Obras», tomo 14, pág. 370,

Romano pelos bárbaros: "Onde quer que a escravatura seja a forma dominante de produção o trabalho se torna uma atividade degradante — isto é: algo indigno de homens livres. Em razão disso, a saída para tal modo de produção é impedida, enquanto, de outro lado, sua abolição é exigida, pois para o desenvolvimento da produção a escravidão é um obstáculo. Tõda produção baseada na escravidão e tõda sociedade que nela se baseia perecem em virtude dessa contradição. Na maioria dos casos a contradição é solucionada através da submissão violenta da sociedade em declínio por outras sociedades mais fortes (a Grécia foi subjugada pe'a Macedônia, e mais tarde por Roma). Enquanto essas últimas, por sua vez, se apoiavam no trabalho escravo, verificou-se apenas uma mudança de centro, e todo o processo se repetiu em um estágio mais alto, até que, finalmente, (Roma) foi subjugada por um povo que substituiu a escravidão por um novo modo de produção." (13)

Assim, Marx e Engels elaboraram totalmente o problema do papel e do caráter da conquista dos bárbaros no processo de transição do mundo antigo para a Idade-Média. Por um lado, eles refutaram as teorias "romanísticas" dos reacionários burgueses — como Fustel de Coulanges —, que criaram a continuidade do processo histórico — no qual a Europa medieval era a continuação direta do Império Romano —; que não deixava lugar para a revolução, e que afirmavam o domínio eterno e inabalável da grande propriedade, a exploração, e a ausência de direitos para as massas populares. Por outro lado, a tese dos fundadores do marxismo sobre a transição revolucionária do mundo antigo para a Idade-Média, pôs fim às teorias nacionalistas de historiadores germânicos do gênero de Waitz, Zem Brunner e outros, que viam na queda do Império Romano a vitória do "espírito nacional" dos germanos sobre o mundo romano, em declínio.

Lutando contra a chovinista interpretação alemã sobre a queda do Império Romano, Engels escreveu: "Qual foi a misteriosa mágica que permitiu aos germanos inocular vida nova na moribunda Europa? Terá sido algum poder milagroso inato à raça germânica? — tal como foi romanceado por nossos historiadores chovinistas!? De modo algum. (...) Não foram suas particularidades nacionais específicas

(13) KARL MARX e F. ENGELS — «Obras», tomo 14, pág. 450, ed. russa.

*que rejuvenesceram a Europa, mas simplesmente sua barbárie, seu regime de clã.*" (14)

Justamente à luz dessas teses é que nossa ciência soviética examina a questão da conquista do Império Romano pelos bárbaros.

Entretanto, das observações de Stálin desprende-se que há outro e mais importante aspecto do problema da transição da sociedade escravista para a sociedade feudal: a questão do papel das próprias massas oprimidas do Império Romano, o papel da principal classe explorada da Antiguidade — os escravos — nessa revolução que separa da formação escravista a formação feudal. Bem sabido é que a questão do papel das massas populares como força decisiva no desenvolvimento progressivo da História é um dos princípios básicos do marxismo.

A questão do papel do proletariado e do campesinato ocupava importante lugar tanto nas teorias científicas de Marx e Engels como em sua atividade revolucionária prática (a Revolução de 1848 e a Comuna de Paris). Essa questão é mais desenvolvida e aplicada à era do imperialismo nos trabalhos de Lênin e Stálin como parte essencial dos ensinamentos marxistas-leninistas sobre a revolução burguesa e a revolução socialista.

Quanto ao papel que os escravos — como a classe revolucionária da Antiguidade — desempenharam na abolição do modo escravista de produção, esse problema não foi elaborado pelos fundadores do marxismo em virtude do próprio nível de conhecimentos, à época, sobre a Antiguidade.

Documentos históricos sobre a luta dos escravos eram muito escassos e fragmentados ao tempo de Marx e Engels.

Isso permitiu que historiadores burgueses, desejosos de depreciar o papel desempenhado pelas massas populares na História, criassem a bem conhecida lenda de que os escravos eram incapazes de realizar uma revolução e de pôr abaixo o poder dos senhores de escravos.

Essa lenda tem sobrevivido de maneira extraordinária, dominando com segurança não só a mente de doutos burgueses, mas também a de outros eruditos. A ciência marxista não dispunha então da necessária documentação que lhe permitisse reconstruir o verdadeiro quadro da luta de classe dos oprimidos no mundo antigo, e, em particular, resolver o problema do papel desempenhado pelos

(14) KARL MARX e F. ENGELS — «Obras», tomo 16, Parte I, pág. 132, ed. russa.

escravos na destruição da formação da Antigüidade. Esse material histórico só poderia ser obtido por novo reexame geral e uma nova apreciação crítica, do ponto-de-vista marxista, de tôda a herança documental da Antigüidade, principalmente do último período do Império Romano e dos princípios da Idade-Média. Isso não fôra ainda realizado nos dias de Marx e Engels. Os fundadores do marxismo realizaram — como sabemos — imenso e profundo reexame crítico do material então existente sôbre a História da Antigüidade mas é óbvio que não poderiam enfrentar uma tarefa particular para cuja solução ainda não havia sido acumulada a necessária documentação histórica.

Só em nossos tempos se tornou possível a elaboração do problema da revolução dos escravos. A ciência histórica soviética — com seus quadros marxistas especializados em História da Antigüidade — muito tem realizado no reexame crítico da herança da Antigüidade, principalmente da documentação que foi preservada sôbre o fim do Império Romano e dos começos da Idade-Média. Os fatos históricos que nos relatam Herodiano, Eumenes, Salviano, Mamortinus, Libânio, Ambrósio de Milão, Eunápio, Amiano Marcelino, Eutrópio, Próspero, Zózimo; outras diferentes fontes de caráter narrativo, epigráfico e jurídico; a numismática; todos os tipos de "profecias" em que foi rica aquela época tempestuosa, — todo êsse valioso acêrvo de documentação histórica é silenciado ou deturpado pela ciência burguesa, só vindo a ser valorizado pelos especialistas soviéticos, o que permitiu aos historiadores marxistas-leninistas reconstruir — pelo menos em linhas gerais — o quadro da luta revolucionária das massas oprimidas no período da queda do Império Romano. Pela primeira vez, vemos a sangrenta guerra de classe que se alastrou por todo o Império "mundial", alcançando o mais alto grau de encarniçamento e abarcando todo um período histórico. De maneira nova foram apresentados o caráter e a amplitude do movimento dos bagaudes (Gália e Espanha), dos donatistas, dos agonistas (África Setentrional), dos escamares (Panônia e Ilíria) e de todos os inúmeros e poderosos movimentos populares que abrangeram a Dácia, a Mésia, a Fráquia, tôda a Península Balcânica, a Ásia Menor, a Síria, e todos os outros territórios pelos quais se estendia o poder de Roma. Não pode haver dúvida de que os historiadores soviéticos ainda muito têm que trabalhar até que possam demonstrar com caráter concreto e em todos seus detalhes históricos a luta de classe

que pôs por terra o Império escravista de Roma. Apesar de tudo, os documentos originais à nossa disposição já permitem que formulemos a conclusão metodológica básica acerca do caráter da transição da formação escravista para a formação feudal.

Essa conclusão metodológica está formulada na precisa tese de J. V. Stálin sobre a revolução dos escravos, constituindo importante contribuição para o tesouro do marxismo. Com uma tese nova e extremamente importante, essa conclusão aprofunda e desenvolve mais ainda o ponto-de-vista de Marx e Engels a respeito da transição da formação escravista para o feudalismo: "*A revolução dos escravos eliminou os senhores de escravos e aboliu a forma escravista de exploração dos trabalhadores*". Essa tese se apóia inteiramente na interpretação que Marx, Engels, Lênin e Stálin deram, em seus trabalhos, sobre o papel histórico das massas oprimidas na História, constituindo continuação e desenvolvimento dessa interpretação. Esse ponto-de-vista, que a ciência marxista-leninista até hoje aplica à revolução burguesa e à revolução socialista, foi estendido por J. V. Stálin também à revolução havida na transição da formação escravista para o feudalismo. O acerto dessa tese é comprovado por todo o desenrolar da História, que ensina que a principal força motriz de qualquer revolução que põe termo a um velho modo de produção baseado na exploração e estabelece novo modo de produção são as massas populares e, principalmente, a classe oprimida da formação em declínio-classe cujo trabalho produtivo constituía o alicerce vital dessa formação e cuja luta com caráter de classe determinava, em última instância, o destino desse modo de produção.

A classe em cujo trabalho se apoiava o regime escravista e de cuja luta dependia o destino histórico desse regime era a classe dos escravos. No feudalismo essa classe era o campesinato. Não é casual, portanto, o fato de Stálin, ao definir a transição da Antigüidade para o feudalismo como uma revolução de escravos, haver caracterizado assim a principal força-motriz da revolução burguesa subsequente: "*A revolução dos camponeses servos acabou com os senhores feudais e aboliu a forma feudal de exploração.*"<sup>(15)</sup> No capitalismo — como sabemos — essa classe é o proletariado. Por conseguinte, são precisamente essas classes oprimidas das formações opressoras caducas — e não quaisquer outros grupos sociais — que constituem a principal força de choque das revoluções que têm lugar na tran-

(15) J. V. STALIN — «Questões do Leninismo», pág. 412, ed. russa.



sição de uma formação para outra, porque são elas — essas classes — as únicas classes inteiramente interessadas na destruição dos velhos modos de produção.

Todo o desenrolar da História tem provado que a revolução dos escravos poderia haver triunfado sob determinadas condições históricas — isto é: no momento histórico em que as relações de produção do obsoleto modo de produção escravista não mais podiam ser a forma do progresso da produção social, quando nas entranhas da velha formação se constituíam novas classes — portadoras do nascente modo de produção —, quando, finalmente, nas entranhas dessa velha formação se constituíam forças sociais capazes de se apresentar em uma frente comum com a classe revolucionária básica, de se tornar seu aliado na luta pela derribada da classe dominante da velha formação.

Os escravos não poderiam haver triunfado como força à parte, isolada. Enquanto o regime escravista de Roma foi estável, os escravos, agindo sós, só puderam abalar o Estado romano. Isso ficou claramente demonstrado com o levante de Espártaco. Tudo que lemos em Apiano, Salusta, Plutarco, e outros autores da Antigüidade, sobre os sentimentos de simpatia manifestados pelo campesinato romano e pelo exército romano, e mesmo sobre a participação do campesinato no movimento de Espártaco revela apenas casos isolados de vacilação entre a população trabalhadora livre, não demonstrando de forma alguma o apoio em massa e decisivo prestado pelo campesinato e soldados romanos ao levante dos escravos. Tal coisa não aconteceu, apesar de nos últimos tempos da República haver entre o campesinato muitos camponeses pobres, e apesar de muitos os elementos democráticos incorporados ao exército depois das reformas de Mário. A tragédia histórica do levante de Espártaco reside, precisamente, no fato de que, apesar da grandiosa envergadura, permaneceu, no todo, um levante apenas de escravos. Em última análise, a classe dominante conseguiu manter seu poder sobre o campesinato e conservar de seu lado o exército. Os escravos agiram então sem aliados poderosos, e isso tornou impossível sua vitória.

Outra era a situação nos fins do Império: a situação era de crise geral do sistema escravista, determinando as particularidades principais da luta revolucionária das massas oprimidas: Ao contrário das vagas de revoltas de escravos no período republicano, a característica básica dessa etapa da revolução residia em que agora agiam

não apenas os escravos, mas também um poderoso bloco de forças anti-escravistas. Como aliados dos escravos manifestaram-se em primeiro lugar numerosas massas de colonos; o colonato foi o instituto econômico-social que tornou semelhante a situação dos escravos e a dos camponeses no processo de produção, assim criando uma firme base para sua aliança político-militar. Os mais poderosos movimentos das massas revolucionárias nos últimos séculos do Império — o movimento dos bagaudes e o dos agonistas — foram lutas de escravos e de colonos que agiam em frente única. Particularmente a Gália — cuja população, segundo todos os dados, fôra hostil ao levante de Espártaco — tornava-se então o centro da revolta dos bagaudes. Esse movimento teve significação especial por haver ocorrido em uma província que servia de tampão entre o Império Romano e o mundo bárbaro de além Reno, que representava uma permanente ameaça de invasão.

No exemplo dos bagaudes está claramente manifesta a segunda característica da vaga revolucionária desse período — a fusão do movimento dos escravos e colonos com o movimento dos soldados. O exército romano — já agora constituído, em grande parte, por êsses mesmos escravos e colonos — não mais poderia servir de seguro baluarte do poder imperial. Na Gália proliferavam desertores, que serviam de reserva constante aos destacamentos dos bagaudes. Soldados constituíam, muita vez, o núcleo principal das forças militares rebeldes. Os líderes dos maiores levantes dos bagaudes — Maternus, no fim do século II; Eliandus e Amandus, no fim do século III — eram antigos soldados romanos. Graças à participação de elementos do exército, os bagaudes conseguiram organizar forças militares segundo o modelo romano. Muita vez suas tropas dispunham de armamento equivalente ao das legiões romanas. Não eram raros os casos de tropas imperiais se bandearem para os bagaudes ou se recusarem a lutar contra êles; Diocleciano, por exemplo, foi obrigado a executar quase tôda a famosa Legião Fivianus — uma das melhores do exército romano — por sua recusa em combater. Expurgos do exército — com execução, em massa, de soldados — tornaram-se comuns.

A fusão das lutas dos escravos, dos colonos e dos soldados imprimiu ao movimento dos bagaudes caráter de determinação, grande força, e amplitude. Se o levante de Espártaco foi, em certo sentido, um só acontecimento, o movimento dos bagaudes desferiu na domi-

nação romana na Gália sucessivos e poderosos golpes, dos quais o domínio romano jamais se recuperaria. Surgindo nos fins do século II e sendo sufocado, êsse movimento ressurgiu com novo vigor um século após. Depois de decrescer de certo modo na primeira metade do século IV, ascendeu-se novamente no fim dêsse mesmo século e não mais cessou até a queda do poder romano na Gália. Foi uma guerra de grande envergadura contra o regime escravista. Os bagaudes expropriaram as propriedades e terras dos senhores de escravos em tôda a extensão do vasto território da Gália e em parte da Espanha. Suas forças foram suficientes para sitiarem e tomar cidades — inclusive cidades tão grandes como Augustodum (Autun). Libertaram os prisioneiros, e liquidaram o poder romano nos territórios libertados. Cumpre ressaltar que em sua luta os rebeldes usualmente não estabeleciam distinção entre os magnatas romanos e a aristocracia gaulesa, que também estava lutando por se separar de Roma. O objetivo final do movimento era a abolição do sistema social e político dos senhores de escravos; não foi por acaso que surgiu a lenda de o líder dos bagaudes — Maternus — haver tentado penetrar em Roma a fim de derrubar o imperador Cômodo e tomar o poder. Outros líderes dos bagaudes — Elianus e Amandus — proclamaram-se imperadores, organizaram govêrno próprio e cunharam sua própria moeda. É necessário rejeitar enèrgicamente a versão — muitas vêzes encontrada até mesmo em documentos e ressaltada por historiadores burgueses — de que todo o movimento não passava de movimento de "bandidos". O movimento dos bagaudes foi parte essencial da última etapa vitoriosa da revolução dos escravos.

Esse bloco anti-escravista tinha, porém, ainda outro aliado — os bárbaros. Os bárbaros não podem ser considerados exclusivamente como força estrangeira. É geralmente sabido que grande parte dèles vivia dentro do próprio Império como escravos, colonos, tropas mercenárias, voluntários, etc. A origem estrangeira dèsses elementos não os tornava, de modo algum, estranhos à sociedade romana e ao Estado romano. Como potência "mundial", o Império Romano foi sempre uma mistura de todos os povos da época: os bárbaros que viviam no Império eram parte integrante do organismo político e social de Roma, mas — como tem sido demonstrado pela História — constituíam uma força destrutiva que atuava internamente contra o poder escravista. A maior parte dos bárbaros, entretanto, penetrou no Império como conquistadores.

Stálin refere-se à conquista realizada pelos bárbaros como sendo um segundo aspecto do processo de transição da formação escravista para a feudal. Não pode haver dúvida de que essa conquista só se tornou possível em conexão com a revolução dos escravos. Isso se depreende do próprio curso dos acontecimentos. Sabemos que os bárbaros lutaram contra Roma durante cinco séculos, mas tal guerra foi infrutífera enquanto o Estado romano dispôs de forças internas suficientes para enfrentar o assalto vindo de fora. Somente quando essas forças internas do Império escravista — que constituíram a resistência contra os bárbaros — estavam fundamentalmente minadas pela revolução dos escravos é que a invasão dos bárbaros, renovada no século III, lhes deu a vitória sobre Roma. Os bárbaros invadiram o território romano e, coordenando seus golpes com os golpes da revolução dos escravos, foram finalmente capazes de derrubar Roma. A conquista realizada pelos bárbaros foi, no fundo, um segundo aspecto da revolução dos escravos, uma decorrência sua.

Digno de atenção é o fato de a última e decisiva vaga da revolução dos escravos e o último assalto dos bárbaros contra o Império haverem começado ao mesmo tempo. Engels dedicou particular atenção a um aspecto desse processo. Investigando a razão por que justamente no século III teve início a ofensiva geral dos bárbaros contra as fronteiras de Roma, Engels escreveu: "*Não podemos encontrar a razão desse fato nas condições da vida interna de Roma; pelo contrário: o império ainda oferecia por toda parte resistência vitoriosa, e, nos intervalos entre determinados períodos de extrema anarquia, ainda era capaz de produzir — exatamente nessa época — poderosos imperadores. Conseqüentemente, os ataques dos germanos eram provocados por transformações que ocorriam entre eles próprios.*" (16)

E a principal dessas transformações que permitiram aos bárbaros passar a um assalto geral e decisivo contra as fronteiras romanas foi — segundo Engels — o desenvolvimento da cultura material das tribos bárbaras. É necessário assinalar aqui que devemos a Engels o primeiro estudo realmente científico da questão do desenvolvimento das forças produtivas do mundo bárbaro no século III, o que serviu de sério motivo para que os bárbaros empreendessem sua ofensiva contra

(16) KARL MARX e F. ENGELS — «Obras», tomo 16. Parte I, págs. 371-372, ed. russa.

o Império. Entretanto, do ponto-de-vista da ciência marxista de hoje, isso é apenas um lado da questão. Orientando-se pelas observações de Stálin, nossa ciência soviética deve desenvolver a tese de Engels sobre as razões da ofensiva dos bárbaros contra o Império Romano e completá-la com a indicação de que foi a segunda e principal causa de os bárbaros haverem empreendido a ofensiva. O começo da fase final e decisiva da revolução dos escravos dentro do próprio Império. O século III caracteriza-se pelo início da crise política geral do modo de produção escravista, pelo início daquela "*extrema anarquia*" de que fala Engels. A principal expressão dessa crise política foi a revolução dos escravos iniciada no século III, particularmente a intensificação do movimento dos bagaudes. Dessa época em diante, justamente, os períodos de estabilização política do Império — quando era ele capaz de repelir as invasões dos bárbaros — tornam-se mais e mais curtos. Sob os golpes da revolução dos escravos, Roma caminhava para sua destruição. Naquele quadro geral de decadência, os êxitos de imperadores pessoalmente afortunados já não poderiam trazer qualquer modificação essencial. Não foi acaso, portanto, o começo da nova fase da revolução dos escravos haver sido ao mesmo tempo o início da nova ofensiva dos bárbaros contra o Império.

Esses golpes internos e externos desferidos conjugadamente contra o Império escravista foram, no que diz respeito ao conteúdo social e político, nada mais que uma revolução de escravos, pois a tarefa principal da revolução era a abolição do sistema escravista e a liquidação dos senhores de escravos e de seu poder. A luta dos escravos, como classe totalmente interessada na liquidação do Império escravista, constituiu o elo central dessa luta geral. Os aliados dos escravos — os colonos — nada mais eram, em sua maioria, que antigos escravos. Além disso, sua luta contra a pressão a que estavam submetidos pelos senhores de escravos significava uma luta pela abolição da escravatura, pela derrubada do estado escravista como baluarte da escravidão.

Por sua vez, os grandes conquistadores — os bárbaros — eram, no fundo, sob as condições do sistema escravista, escravos em potencial — os escravos de amanhã. Dêsse ponto-de-vista, a luta dos bárbaros pela derrubada do Império era uma luta pela eliminação da ameaça direta de serem convertidos em escravos, em súditos do Estado Romano, explorados e privados de quaisquer direitos. Finalmente,

não deve ser esquecido que tanto entre os escravos como entre os colonos figuravam, em grande número, os próprios bárbaros. Justamente a circunstância de os escravos não mais se encontrarem sós na luta contra o Estado escravista — de seus golpes serem apoiados pelos golpes dos colonos e dos bárbaros — deu à luta dos escravos força destruidora jamais possuída por qualquer das revoltas anteriormente empreendidas pelos escravos. Dessa vez a revolução dos escravos, em conjunto com o levante dos colonos e a guerra dos bárbaros, foi capaz de destruir o Estado escravista de Roma, eliminar os senhores de escravos, e liquidar a exploração dos escravos.

Por conseguinte, à questão de se saber se a classe dos escravos é capaz de abolir a formação escravista dá Stálin uma resposta afirmativa, indicando que nas condições históricas concretas da queda do Império Romano a vitória dos escravos se tornou um fato. Reside nisso o elemento novo que as indicações de Stálin trouxeram à formulação de Marx e Engels sobre o assunto.

Quanto à segunda questão — a de se saber se a classe dos escravos é capaz de substituir a velha formação por uma formação nova, mais progressista, e de se tornar a classe dominante —, Stálin dá uma resposta negativa. Ao desenvolver as teses de Marx, Engels e Lênin, Stálin sublinha que no lugar dos senhores de escravos derrotados e da forma escravista de exploração, a revolução dos escravos *"estabeleceu os senhores feudais e a forma feudal de exploração dos trabalhadores. Um grupo de exploradores foi substituído por outro grupo de exploradores"*.

A verdade é que os escravos — assim como o campesinato — representando o papel de ariete na destruição das velhas formações, não puderam — como demonstra a História — ganhar ao mesmo tempo a hegemonia nas revoluções que realizaram, não tiveram condições de tomar o poder e de se valer dos principais resultados dessas revoluções. Limitaram-se a preparar o caminho para a tomada do poder por novos exploradores. Marx e Engels repetidamente chamaram a atenção para a incapacidade dos escravos em se libertarem por meio da tomada do poder. Principalmente em seu trabalho *"Uma Bateria e o Cristianismo Primitivo"* Engels assinalou que a classe oprimida da sociedade romana foram "os escravos, que não

---

(17) KARL MARX e F. ENGELS — «Obras», tomo 15, pág. 607, ed. russa.

tinham direitos nem vontade, e que — como a derrota de Espártaco já demonstrara — eram incapazes de se emancipar". (17)

Tôda a História da Antigüidade — desde a formação dos primeiros estados escravistas nos vales do Nilo, do Tigre e do Eufrates até aos últimos séculos do Império Romano — é a história da espontânea e malograda luta dos escravos. Em consequência disso, a consciência dos escravos — como demonsttra Engels — era dominada pela convicção de que sua luta era sem esperanças, e que, em última análise, constituiu campo para o surgimento do cristianismo. Em sua conferência "O Estado", Lênin também se referiu ao caráter espontâneo dos levantes dos escravos: "*Os escravos — como sabemos — revoltaram-se, realizaram motins, empreenderam guerras civis, mas jamais puderam criar uma maioria consciente e partidos que dirigissem a luta; não tinham visão clara do objetivo a ser atingido, e mesmo nos momentos mais revolucionários da História foram sempre joguêtes nas mãos das classes dominantes.*" (18)

Na mesma tese baseia-se Stálin ao analisar os resultados das revoluções dos escravos. A experiência histórica demonstrou que, como resultado da revolução dos escravos, assim como da revolução dos servos, o poder passou às mãos de novos exploradores, que, aproveitando-se do fato de as massas oprimidas haverem liquidado decisivamente o velho regime, tomaram o poder e o utilizaram tanto contra o regime derrubado, como contra o povo.

Nas revoluções burguesas do Ocidente — como sabemos — a burguesia foi levada ao poder pelas mãos das massas populares. Sobre o assunto escreveu Marx: "*A burguesia — é para dizer o mínimo — uma classe destituída de heroísmo. Nem mesmo seus feitos mais brilhantes — na Inglaterra do século XVII e na França do século XVIII — foram por ela própria praticados; realizaram-nos para ela as massas plebéias do povo, os operários e camponeses.*" (19)

A marcha da revolução era tal, então, que, em sua luta, as massas populares sempre foram além do que desejava a burguesia, que, após a tomada do poder, dava início ao esmagamento da revolução que a havia levado ao poder e ao esmagamento das massas

(18) V. I. LÊNIN — «Obras», tomo 24, pág. 375, ed. russa.

(19) KARL MARX E F. ENGELS — «Obras», tomo 15, pág. 99, ed. russa.

populares graças a cujos esforços lhes havia chegado às mãos o poder.

A revolução dos escravos — que destruiu um regime de exploração e serviu de transição para outro regime de exploração — só poderia levar à instauração do poder de uma aristocracia recém-formada, representante da nascente forma de exploração feudal. Essa classe poderia haver sido recrutada entre as mais variadas camadas das classes proprietárias interessadas — por uma ou outra razão — na derrubada do sistema escravista. Entretanto, quase todos os testemunhos históricos chegados até nós — quer os dos contemporâneos da revolução; quer os referentes aos primeiros séculos da Idade-Média — assinalam, principalmente, o fato de que foi a aristocracia dos bárbaros a força social que empolgou o poder que pertencera ao Império Romano.

Paralelamente à contínua guerra civil havida no último período de existência do Império Romano travava-se entre vários grupos da aristocracia uma luta pelo poder. Nessa luta, a aristocracia dos bárbaros tinha posição de relêvo. Outros grupos hostís representavam diferentes setores da classe de senhores de escravos. A história do Império registra mais de uma mudança dos grupos escravistas no poder, o que se refletiu na freqüente mudança de imperadores; essa luta sempre constituiu, entretanto, uma luta interna existente na própria classe dos senhores de escravos. Havendo surgido, porém, das relações existentes na comunidade de clã, a aristocracia dos bárbaros foi a portadora da recém-nascida exploração feudal, que se desenvolvia cada vez mais nas condições de decomposição da ordem escravista. Essa a razão por que quanto aos resultados objetivos, não poderia sua vitória deixar de diferir fundamentalmente da vitória de qualquer outro grupo social que aspirasse ao poder.

Ao mesmo tempo, essa nova classe tinha as maiores vantagens na luta pela tomada do poder. Era ela constituída, principalmente, pela aristocracia militar que se achava à frente das forças dos conquistadores bárbaros. Por duas vezes suas forças militares haviam tomado Roma (a invasão de Alarico, em 410, e a invasão dos Vândalos, em 455). Mais tarde, a nobreza dessas tribos nômades dos bárbaros tomaram províncias romanas (Gália, Espanha; África-do-Norte). Outra parte da aristocracia dos bárbaros continuou mantendo relações com o poder central. Nos últimos séculos de exis-



tência do Império muitos aristocratas de origem bárbara faziam parte das classes proprietárias; haviam penetrado no aparelho do Estado e passado a constituir parte considerável do corpo de oficiais do exército romano. Tinham eles sob seu comando as tropas bárbaras que serviram no exército romano. Em uma situação de constantes motins militares, os últimos imperadores romanos não podiam contar com a lealdade das legiões; por essa razão, cercavam-se de destacamentos de bárbaros, mercenários, que tinham nas mãos, de fato, a capital. Isso criou para os chefes militares dos bárbaros a mais favorável oportunidade de organizarem um golpe-de-Estado na própria Roma. Essa a razão por que tal golpe-de-Estado foi dado pelo comandante das forças bárbaras que guardavam a capital e a pessoa do último Imperador romano, Odoacro (ano de 476).

Quais os resultados da queda do Império? Não há dúvida de que os escravos e os colonos obtiveram importantes resultados sociais. Engels assinalou que com a queda do Império Romano, *"a escravidão antiga desapareceu, desaparecendo com ela os homens livres reduzidos à mendigos, que desprezavam o trabalho por considerá-lo ocupação desprezível. Entre o colono romano e o novo servo estava o livre camponês franco."* (20) Essa observação de Engels foi desenvolvida ainda mais na formulação clássica de Stálin: *"A revolução dos escravos acabou com os senhores de escravos e aboliu a forma escravista de exploração dos trabalhadores."* Entretanto, nem os resultados políticos nem os principais frutos econômicos e sociais dessa revolução foram usufruídos pelos escravos e colonos ou por seus aliados — as massas dos bárbaros. Como Engels assinalou, *"só abolindo a escravidão, de entre os institutos da propriedade privada, podem os escravos libertar-se."* (21) Os resultados principais da revolução foram usufruídos pelos novos exploradores, que se haviam transformado em nova classe dominante e que haviam organizado seus próprios Estados sobre as ruínas do Império escravista.

É bem sabido que o feudalismo era a única forma progressista capaz de ser estabelecida após a destruição da formação escravista. É também sabido que o feudalismo na Europa-Occidental se desen-

---

(20) KARL MARX e F. ENGELS — «Obras», tomo 16, parte I, pág. 131, ed. russa.

(21) KARL MARX e F. ENGELS — «Obras», tomo 5, pág. 468, ed. russa.

volveu como síntese histórica de duas fontes: de um lado, os elementos feudais amadurecidos dentro da própria formação escravista; de outro, os elementos feudais surgidos como resultado da decomposição do regime existente na comunidade dos clãs bárbaros. Deve ser assinalado que a força determinante nesse processo de formação de um novo modo de produção foram, principalmente, as massas bárbaras, tendo à frente sua própria aristocracia, em processo de enfeudação. Precisamente a aristocracia dos bárbaros, nas condições de desmoronamento do Império Romano, foi a única classe capaz de tomar o poder e de, absorvendo os restos da velha aristocracia romana, organizar seu próprio domínio. Engels assinalou que *"era necessário substituir o Estado romano por outro poder, e que este poder só poderia ser um novo Estado. Os órgãos do regime de clã, deviam, por isso, ser transformados em órgãos do Estado, e isso de maneira muito rápida, por assim exigir a situação. Entretanto, o representante imediato do povo conquistador era seu chefe militar. Para garantir contra ataques internos e externos o território conquistado; era necessário reforçar seu poder. Chegara o momento de transformar o poder do chefe militar em poder real: a transformação foi feita"*. (22)

Esse não era mais o Estado de senhores de escravos, mas o de uma nova classe de futuros senhores feudais. O principal alicerce desse novo regime político era a nova economia. Para que os elementos bárbaros e romanos que constituíam essa classe se fundissem organicamente, era necessário um certo período de tempo que, em seu conteúdo econômico e social representava um período pré-feudal peculiar; ao regime econômico dos primeiros séculos da Idade-Média eram estranhos, *"por um lado, a economia dos latifundiários romanos utilizando trabalho escravo e, por outro lado, a nova grande economia com o sistema de còrvéia"*. (23) A base social do novo Estado eram as novas relações de exploração que haviam substituído a forma escravista de exploração dos trabalhadores. Sob as novas condições, as relações *"entre os poderosos proprietários de terras e os camponeses a eles submetidos — relações que em Roma levaram o mundo antigo ao colapso final — tornavam-se agora o ponto de*

(22) KARL MARX e F. ENGELS — «Obras», tomo 16, Parte I, págs. 128-129, ed. russa.

(23) KARL MARX e F. ENGELS — «Obras», tomo 16, Parte I, pag. 181.

*partida de um novo desenvolvimento.*" (24) Assim foi constituída a nova formação exploradora — o feudalismo.

Com isso tem relação um elemento essencial indicado por Stálin quando assinala a significação da revolução dos escravos como um salto social que levou a uma nova formação. Esse elemento é a inevitável limitação dessa revolução.

Falando da transição revolucionária do Império Romano para a Idade-Média, Engels julgou de seu dever ressaltar, acima de tudo, a profundeza do colapso da velha sociedade da Antigüidade e assinalar o elemento novo trazido pelos bárbaros — elemento novo em comparação com a civilização romana, em declínio. Esse pensamento domina tôda obra sua "*Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*", e é também encontrada em "*A Guerra Camponesa na Alemanha*", na qual êle escreve que a Idade-Média "*varreu da face da terra a velha civilização*" (...). "*e recomeçou tudo de novo. A única coisa que a Idade-Média conservou do velho e destroçado mundo foi o cristianismo e algumas cidades semi-arruinadas, que haviam perdido tôda sua civilização anterior.*" (25) Ao observar que a revolução dos escravos "*acabou com os senhores de escravos e aboliu a forma escravista de exploração dos trabalhadores*", J. V. Stálin não deixou de notar outro lado da questão — o de que "*em seu lugar ela colocou os senhores feudais e a forma feudal de exploração dos trabalhadores. Um grupo de exploradores foi substituído por outro grupo de exploradores.*"

Stálin também acentuou o caráter limitado da revolução dos servos. Para nós — contemporâneos da Grande Revolução Socialista de Outubro — a amplitude e a profundeza das revoluções passadas são menos consideráveis do que antes poderiam parecer. Para nós, sua fôrça não consegue esconder-lhes a fraqueza e o caráter limitado. Por essa razão é que J. V. Stálin precede com as seguintes palavras sua caracterização das revoluções do passado: "*A história dos povos conhece muitas revoluções. Estas revoluções diferem da Revolução de Outubro pelo fato de terem sido revoluções unilaterais. Uma forma de exploração do povo trabalhador era substituída por outra forma de exploração; mas a própria exploração permanecia. Um grupo de exploradores e opressores era substituído por outro grupo*

(24) J. V. STALIN — «Questões do Leninismo», pág. 412, ed. russa.

(25) K. MARX e F. ENGELS — «Obras», t. 8, pág. 128, ed. russa.

*de exploradores e opressores. Só a Revolução de Outubro teve como objetivo abolir TODA exploração e acabar com TODOS E QUAIS-QUER exploradores e opressores."* (26)

Assim, a nosso ver, deve ser pôsto o problema da revolução dos escravos e da conquista empreendida pelos bárbaros à luz das indicações de Stálin.

Esse o rumo que deve seguir nossa ciência histórica nos posteriores estudos da questão.

---

(26) J. V. Stálin — «Questões do Leninismo», pág. 412, ed. russa.

# O QUE NOS ENSINA A ECONOMIA POLÍTICA

K. Ostrovitianov

A ECONOMIA POLÍTICA constitui importantíssima parte da teoria marxista-leninista. É uma poderosa arma ideológica nas mãos da classe operária e de toda a humanidade trabalhadora em sua luta por se libertar da escravidão imperialista. A teoria econômica marxista-leninista arma o Partido e nossos quadros com o conhecimento das leis do desenvolvimento da sociedade, e nos permite dirigir com acerto a economia nacional e resolver com êxito as questões fundamentais da construção do comunismo. Para os trabalhadores dos países de democracia-popular ela ilumina os caminhos da criação de uma nova sociedade — a sociedade socialista.

## I

A ECONOMIA POLÍTICA é a ciência das leis da produção social e da repartição dos bens materiais nas diferentes fases de desenvolvimento da sociedade humana. As relações de produção na sociedade, ou as relações econômicas entre os homens, são o objeto de seu estudo. V. I. Lênin escreveu: "*A economia política ocupa-se (...) das relações sociais estabelecidas entre os homens na produção, do regime social de produção*".

O caráter das relações de produção de determinado regime depende, sobretudo, da forma dominante de propriedade dos meios de produção. A propriedade privada capitalista dos meios de produção dá origem, inevitavelmente, a relações de exploração dos operários pelos capitalistas, e a uma violenta luta de concorrência entre os capitalistas pela obtenção de lucro mais alto. A propriedade social dos meios de produção é a base das relações de produção socialistas, que não conhecem a exploração do homem pelo homem e que se caracterizam pela cooperação e ajuda mútua fraternais.

Estudando as relações entre os homens no processo da produção, a economia política diz respeito aos mais importantes e fundamentais

interesses econômicos e políticos dos homens, das diferentes classes, da sociedade; ela própria — a economia política — é arena de uma aguda luta de classes. Por força disso não há, nem pode haver, uma única economia política. Existem várias economias políticas: a economia política burguesa, a economia política proletária e a economia política das classes intermediárias — a economia política da pequena-burguesia.

A economia política estuda as relações de produção em sua ação recíproca com as forças produtivas. Determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas condiciona o tipo de relações de produção que lhe corresponde. Por sua vez, as novas relações de produção exercem influência ativa sobre as forças produtivas e são o principal motor de seu desenvolvimento.

Karl Marx afirmou: "*O conjunto das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade — a infra-estrutura real, sobre a qual se eleva a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social.*" A superestrutura, originada por determinada infra-estrutura, exerce sobre essa influência ativa, concorre para que ela se fortaleça e contribui para seu posterior desenvolvimento. Por isso a economia política estuda as relações de produção — a infra-estrutura econômica da sociedade — também em sua ação recíproca com a superestrutura.

Na época em que a burguesia era classe ascendente — quando lutava contra o feudalismo e seus interesses de classes coincidiam com a necessidade, já madura, do desenvolvimento econômico da sociedade — surgiu a economia política clássica burguesa, progressista para sua época.

Entretanto, à medida que o capitalismo se desenvolvia e se aguçava a luta de classes entre a burguesia e o proletariado, cada vez mais a economia política burguesa perdia seu caráter científico e enveredava pelo caminho da franca apologia do regime capitalista.

A moderna política burguesa transformou-se em serva do capital monopolista e da oligarquia financeira. É ativamente utilizada pelo capital monopolista americano — o mais reacionário e agressivo — na qualidade de arma ideológica para a justificação de uma desenfreada exploração capitalista, da agressão imperialista, e da preparação de uma nova guerra mundial.

Realmente científica só pode ser a economia política da classe cujos interesses coincidem com a marcha objetiva do desenvolvimento

social, e se fundem aos interesses da sociedade em se libertar da escravidão capitalista e aos interesses do desenvolvimento progressivo da humanidade. A classe operária é essa classe. Por isso a economia política proletária combina o caráter científico elevado e rigoroso com o espírito revolucionário conseqüente.

A economia política realmente científica foi criada pelos geniais chefes e teóricos da classe operária — Marx, Engels e Lênin. Baseando-se nos trabalhos de Marx, Engels e Lênin, o grande Stálin formulou e desenvolveu várias novas teses da economia política.

A poderosa força organizadora e mobilizadora da economia política marxista-leninista reside no fato de essa haver descoberto as leis econômicas do desenvolvimento da sociedade e demonstrado a inevitabilidade da transformação revolucionária da sociedade capitalista em socialista. A economia política marxista-leninista arma ideologicamente o movimento operário internacional e sua vanguarda — os Partidos Comunistas e Operários — em sua luta de libertação: dá às massas trabalhadoras uma perspectiva clara e a certeza na vitória definitiva do comunismo.

A teoria econômica do marxismo-leninismo é uma ciência criadora. O dogmatismo e a escolástica lhe são estranhos. Essa teoria econômica é desenvolvida nas históricas decisões do Partido Comunista da União Soviética e dos Partidos Comunistas irmãos, e nos trabalhos dos dirigentes desses Partidos — trabalhos que a enriquecem com novas conclusões e teses baseadas na generalização da experiência histórica da luta revolucionária e da construção do socialismo.

Uma exposição popular das questões básicas da teoria econômica marxista-leninista é feita no compêndio de economia política recentemente publicado pelo Instituto de Economia da Academia de Ciências da U.R.S.S.

## II

**A** ECONOMIA POLÍTICA marxista-leninista ensina que a história da sociedade humana é o processo, regido por leis, do desenvolvimento da sociedade, das formas inferiores para as superiores. Na base desse desenvolvimento estão as leis objetivas, que existem independentemente da vontade dos homens. Cada formação social é uma determinada etapa no progresso da humanidade. A ciência registra cinco formações econômico-sociais: a comunal-primitiva, a escravista, a feudal, a capitalista, e a comunista.

A experiência do desenvolvimento histórico revela que as formações sociais baseadas na propriedade privada dos meios de produção representam papel progressista apenas nos primeiros tempos de seu desenvolvimento. As relações de produção das formações escravista, feudal e capitalista contribuíram durante certo tempo para o desenvolvimento das forças produtivas, posteriormente se transformando em seus grilhões. Àquela época — por força da lei da correspondência obrigatória entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas — tornava-se inevitável a substituição da velha formação social por uma nova. Antes da revolução socialista, a substituição das velhas relações econômico-sociais por novas significava a substituição, no poder, de uns exploradores por outros — significava a mudança das formas de exploração. Generalizando toda a marcha do desenvolvimento social, a economia política proletária demonstra cientificamente que o capitalismo é o último regime social baseado na exploração do homem pelo homem.

A economia política revela as chagas e os vícios incuráveis do regime capitalista, e demonstra que as insolúveis contradições que lhe são peculiares decorrem da essência do capitalismo, das leis de seu desenvolvimento econômico.

Formulando cientificamente a lei econômica fundamental do capitalismo, a economia política afirma que o objetivo da produção capitalista é conseguir a mais-valia, o lucro mais alto. Os criadores das riquezas são as massas trabalhadoras, mas os frutos de seu trabalho são usurpados pelos exploradores. Visando a conseguir os lucros máximos, os capitalistas intensificam, cada vez mais, a exploração da classe operária, arruinam o campesinato, e escravizam e pilham os povos coloniais e dependentes. Nos países do mundo capitalista aumenta continuamente a miséria das massas populares.

A anarquia da produção e as crises econômicas são inerentes ao capitalismo. Periódicamente as crises econômicas abalam a economia dos países capitalistas; provocam imensa destruição das forças produtivas; causam inúmeras calamidades aos trabalhadores, e são a mais evidente prova de que o capitalismo está condenado pela História.

Nas condições do imperialismo — particularmente no período da crise geral do capitalismo — todas as contradições internas do sistema capitalista atingem a extrema agudeza; intensificam-se o parasitismo e a decomposição da economia; aumenta irrefreavelmente a



militarização da economia, e começa a desagregação gradual do sistema capitalista no mundo.

Na época do imperialismo a contradição básica do capitalismo — a contradição entre o caráter social da produção e a forma privada de apropriação — atinge ao auge. As relações de produção capitalistas freiam, em grau cada vez maior, o progresso das forças produtivas. Toda a marcha do desenvolvimento econômico do capitalismo faz com que a classe operária se aproxime cada vez mais da revolução socialista. A época do imperialismo — da crise geral do capitalismo — é a época de revoluções socialistas e de um poderoso movimento de libertação nacional nos países coloniais e dependentes.

Com a experiência da União Soviética e dos países de democracia-popular, a economia política revela o caminho pelo qual os trabalhadores do mundo capitalista podem libertar-se do jugo dos exploradores e conseguir uma vida livre e feliz.

Revelando as profundas raízes econômicas das revoluções socialistas e da crescente luta de libertação nacional dos povos oprimidos, a teoria econômica marxista demonstra, de maneira indiscutível, que esses grandes movimentos da atualidade se verificam não como resultado das ações "insidiosas" de agitadores comunistas — não são exportados pelos países do campo do socialismo; surgem, sim, por força das necessidades internas, já maduras, do desenvolvimento econômico e político dos países do campo capitalista.

A economia política marxista ensina que o capitalismo monopolista da atualidade historicamente se esgotou, transformou-se em força reacionária que entrava o desenvolvimento progressivo da sociedade. O processo, regido por leis, do desenvolvimento social, leva à substituição do capitalismo pelo socialismo, com a mesma inevitabilidade com que o dia segue a noite.

Entretanto, a vitória do socialismo não se verifica espontaneamente. Só pode ser conquistada como resultado da luta revolucionária das massas trabalhadoras, dirigidas pelo proletariado tendo à frente sua vanguarda — os Partidos Comunistas.

### III

**A** ECONOMIA POLÍTICA ensina como transformar, segundo os princípios socialistas, a economia recebida, como herança do passado, pela classe operária. Ela fornece a fundamentação científica dos meios e métodos de criação do novo regime social. A economia

política do socialismo estuda as leis que governam as relações de produção da sociedade socialista em sua origem, desenvolvimento e marcha para a fase comunista.

Generalizando a experiência da criação da sociedade socialista na U.R.S.S. e a prática da construção do socialismo nos países de democracia-popular, a economia política revela o conteúdo do período de transição do capitalismo ao socialismo. Revela como nesse período se verifica a substituição revolucionária das relações de produção capitalistas pelas relações de produção socialistas. Com o surgimento e desenvolvimento do regime socialista e a abolição das relações capitalistas, deixam de vigorar e abandonam a cena as leis econômicas do capitalismo, surgindo e se desenvolvendo as leis econômicas do socialismo.

O marxismo-leninismo fundamenta a necessidade da ditadura do proletariado; a necessidade do papel dirigente da classe operária na construção do socialismo, e a necessidade da sólida aliança entre a classe operária e o campesinato. Com base na lei da correspondência obrigatória entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas, e levando em conta as exigências da lei econômica fundamental do socialismo, a economia política dá fundamento a política de industrialização do país e da coletivização de milhões de explorações camponesas. Revela as leis da luta de classes no período de transição.

Pela teoria econômica marxista-leninista, pela experiência soviética — cientificamente generalizada — os países de democracia-popular tomam conhecimento das leis da luta de classes no período de transição; tomam conhecimento de como a classe operária consegue uma amizade inabalável e uma sólida aliança com o campesinato, de como fortalecer a aliança econômica entre a cidade e o campo, de como conseguir a vitória sobre as classes exploradoras, e de como construir a sociedade socialista.

Ao mesmo tempo a teoria econômica marxista ensina que a experiência da União Soviética não pode ser transplantada mecânicamente para os países de democracia-popular. Em cada país que constrói o socialismo, a economia política é elaborada pela classe operária e seu Partido de acordo com as particularidades do desenvolvimento histórico do referido país, o nível das forças produtivas e a peculiaridade das relações existentes entre as classes.

A radical modificação na correlação de forças na esfera internacional como consequência da formação do poderoso campo do socia-

lismo — que se fortalece continuamente — cria condições mais favoráveis para a construção do socialismo nos países de democracia-popular do que as condições existentes quando se travou a luta pela vitória do socialismo na União Soviética. Sabe-se que a U.R.S.S. foi, durante muito tempo, a única República socialista no mundo. A União Soviética teve que criar, a ritmos acelerados, todos os setores da indústria pesada. Os países de democracia-popular têm a possibilidade de nêles desenvolver os setores da indústria para os quais há condições econômicas e naturais mais favoráveis — à base de uma ampla divisão do trabalho e da ajuda mútua econômica entre os países de todo o campo do socialismo.

A economia política ensina que os países coloniais, os semi-coloniais e os pouco desenvolvidos que se livraram do jugo do imperialismo podem, com a ajuda dos países adiantados do campo socialista, passar gradualmente para o caminho da construção do socialismo, saltando a penosa etapa do desenvolvimento capitalista. Essa tese é confirmada pela experiência da União Soviética, onde, com a ajuda do povo russo e de outros povos da U.R.S.S., os povos atrasados das periferias nacionais deram um salto das formas patriarcais e feudais de economia para o socialismo, saltando o capitalismo.

Nas condições atuais, a República Popular da China, partindo das formas semi-feudais e semi-coloniais de economia, marcha para o socialismo por um caminho não-capitalista de desenvolvimento. A experiência da revolução chinesa tem importância histórica e mundial.

A teoria econômica do marxismo-leninismo ensina que uma condição decisiva da vitória do socialismo e do comunismo em todos os países que abandonaram o sistema capitalista é um maior fortalecimento do poderio do campo do socialismo; a ampliação da cooperação econômica, política e cultural entre os países que constituem esse campo.

Revelando as causas internas da inevitabilidade histórica do colapso do capitalismo e da vitória do socialismo, a economia política dá os fundamentos científicos da questão do caráter das relações recíprocas entre o campo do capitalismo, de um lado, e o campo do socialismo, de outro. A economia política demonstra que é não só possível mas também necessária a coexistência pacífica dos países que constituem um e outro campo, e a cooperação comercial entre eles com base em vantagens recíprocas e na não intervenção nas questões internas de outros países.

## IV

**A** ECONOMIA POLÍTICA do socialismo tem imensa significação na direção da construção do comunismo.

Assim como as leis de qualquer outra formação social, as leis econômicas do socialismo têm um caráter objetivo. A ignorância das exigências dessas leis não passa impunemente, levam inevitavelmente à desorganização da vida econômica e dá origem a dificuldades e contradições. A negação do caráter objetivo das leis econômicas significa a liquidação da ciência econômica, e leva ao caminho do aventurismo na política.

Admitir a impotência dos homens ante as leis econômicas não causa menor mal à prática da construção do comunismo. Essa fetichização das leis é a fundamentação teórica do espontaneísmo na construção do comunismo.

O conhecimento das leis econômicas do socialismo nos permite penetrar a própria essência dos processos que se verificam na economia socialista; descobrir, quando ainda em embrião, as tendências novas, progressistas, do desenvolvimento; prever cientificamente a marcha do desenvolvimento econômico, e realizar a direção planificada da economia nacional orientando-a para o comunismo.

Apoiando-se no conhecimento das leis econômicas objetivas, o Partido Comunista e o Estado Soviético elaboram e realizam uma política cientificamente fundamentada, que reflete as necessidades do desenvolvimento da vida material da sociedade, os interesses fundamentais do povo e que é realizada pela atividade dinâmica e criadora das massas trabalhadoras.

Ao determinar a sua política, o Partido Comunista e o Governo Soviético baseam-se nas exigências da lei econômica fundamental do socialismo. De acordo com essa lei, o Partido e o Governo realizam uma política de elevação sistemática do bem-estar material e do nível cultural de todos os homens soviéticos à base do ininterrupto aumento da produção socialista. O zelo pelo bem do povo é dever supremo do Partido Comunista e do Governo Soviético.

A base do regime socialista, a fonte da riqueza e do poderio da Pátria, a fonte da vida confortável e culta dos trabalhadores é a propriedade social dos meios de produção.

A sociedade soviética conseguiu êxitos colossais no desenvolvimento da economia socialista. Na U.R.S.S., o volume da produção total da grande indústria em 1953 aumentou — em comparação

com 1913 (preços comparativos) — em 30 vêzes. De ano para ano aumenta a renda nacional de nosso país. As rendas-reais dos trabalhadores da U.R.S.S. aumentaram, por trabalhador, na seguinte proporção: em 1940, as rendas reais dos operários, em comparação com 1913 e levando-se em conta a abolição do desemprego — mais de três vêzes; dos camponeses, aproximadamente três vêzes e meia. Em 1952 as rendas dos operários e dos empregados aumentaram, em comparação com 1940, em 68%; as rendas dos camponeses, aproximadamente 72%. Simultaneamente, elevou-se em grau considerável o nível cultural dos trabalhadores da cidade e do campo. Com a finalidade de aumentar, ainda mais, o bem-estar material das massas populares, o Partido e o Governo realizam conseqüentemente uma política de ampliação, por todos os meios, da produção de objetos de consumo.

O conhecimento e a hábil utilização da lei econômica do desenvolvimento planejado (proporcional) da economia nacional tem importante significação para a justa direção da economia nacional. Com base nas exigências dessa lei são estabelecidas as necessárias proporções na economia nacional — sobretudo entre a produção de meios de produção e a produção de objetos de consumo — com o objetivo de fortalecer continuamente o poderio econômico do país e de satisfazer ao máximo tendo em vista o nível da produção, às crescentes necessidades das massas populares.

É de suma importância o estabelecimento de proporções justas entre a indústria e a agricultura e também entre diferentes setores dentro da indústria e dentro da agricultura. Ultimamente se tem manifestado, de maneira particular, um considerável atraso nos ritmos de desenvolvimento da agricultura socialista em relação aos ritmos de desenvolvimento da indústria. Evidente falta de correspondência surgiu entre as necessidades, rapidamente crescentes, de cereais, carne, produtos do leite, legumes e frutas, por um lado, e o nível da produção agrícola, por outro.

Para pôr termo a essa falta de correspondência, o Partido e o Governo realizam um amplo programa de rápido desenvolvimento da produção agrícola.

Uma planificação acertada, que corresponda às tarefas do amplo desenvolvimento da economia, pressupõe uma rigorosa combinação dos princípios da direção planejada centralizada quanto aos itens básicos com a concessão da necessária independência e iniciativa aos órgãos locais, às empresas industriais, aos colcôses e aos sovcôses.

A ciência econômica revela as particularidades qualitativas do trabalho social no socialismo; esclarece a necessidade econômica da repartição pelo trabalho; demonstra a significação vital da nova disciplina no trabalho — a disciplina socialista —, e fundamenta de modo científico a necessidade de uma justa distribuição dos recursos de trabalho entre a produção material e a esfera não produtiva.

A grande força da lei econômica da repartição segundo o trabalho reside em que essa lei assegura o interesse material pessoal de cada trabalhador pelos resultados de seu trabalho; em que associa os interesses pessoais do operário com os interesses gerais do Estado; em que é um poderoso motor do desenvolvimento da produção, e contribui para a elevação do bem-estar dos trabalhadores.

A lei econômica da repartição pelo trabalho é a base da realização conseqüente — tanto no setor do salário como no domínio da repartição das rendas nos colcôsees — do princípio do pagamento diferenciado do trabalho, — segundo sua quantidade, qualidade e os resultados conseguidos — e orienta os quadros na luta intransigente contra o igualitarismo. Sabemos que em alguns setores da economia nacional, particularmente na agricultura, houve transgressões dessa lei, o que causou sérios prejuízos à economia socialista.

Com o objetivo de acabar com essas violações e de ampliar a produção de produtos agrícolas, o Partido e o Governo põem em prática todo um sistema de medidas a fim de estimular materialmente os colcôses e os colcosianos, os trabalhadores das E.M.T. e dos sovcôses.

A economia política ensina que a sistemática elevação da produtividade do trabalho na indústria, na construção, nos transportes e na agricultura é condição decisiva para o desenvolvimento da produção socialista, para a criação da abundância de objetos de amplo consumo e para a eficiente competição econômica com os países capitalistas mais adiantados. Nos últimos 25 anos (1928-1953) a produtividade do trabalho na indústria da U.R.S.S. aumentou aproximadamente em 6 vezes; na construção e nos transportes ferroviários — em 3,5 vezes. A produtividade do trabalho nos colcôses e sovcôses supera a produtividade do trabalho na agricultura anterior à revolução em cerca de 3 vezes.

Os algarismos citados mostram os rápidos ritmos de aumento da produtividade do trabalho na U.R.S.S. Entretanto, do ponto-de-

-vista das tarefas da construção do comunismo, o nível alcançado na produtividade do trabalho ainda é insuficiente. A luta por uma elevação maior da produtividade do trabalho é importante tarefa da construção do comunismo.

A economia política ensina que nas condições do socialismo a lei do valor continua a atuar. A economia política revela o importante significado da utilização dessa lei e dos instrumentos econômicos a ela ligados para a aplicação e o reforço do princípio da autonomia financeira, para a elevação da produtividade do trabalho, para a baixa do preço de custo da produção e elevação da rentabilidade das empresas. Fundamenta o importante papel, na economia socialista, do comércio soviético — forma básica da distribuição dos produtos no socialismo — e mostra a grande significação da circulação monetária e do crédito.

A ciência econômica revela as leis da reprodução socialista e demonstra que a realização sistemática das acumulações, e a justa distribuição da renda nacional no interesse do ininterrupto aumento da produção social e do consumo são importante condição do desenvolvimento progressivo da sociedade socialista.

A economia política fundamenta a lei histórica da vitória da sociedade comunista e revela os caminhos concretos da passagem do socialismo ao comunismo. O comunismo surge como resultado da consciente atividade criadora das massas de milhões de trabalhadores, sob a direção do Partido Comunista. A atividade produtiva e a iniciativa criadora das massas encontram sua expressão mais brilhante na emulação socialista, força-motriz do desenvolvimento da sociedade socialista.

A economia política arma com o conhecimento das leis econômicas os quadros do Partido, dos Soviéticos e da economia, os vanguardeiros da indústria e da agricultura, e nossa intelectualidade popular. Ajuda-os a descobrir e a empregar as imensas reservas que se ocultam nas entranhas de nossa economia nacional; a superar as dificuldades que surgem, e a resolver com êxito as tarefas básicas da construção do comunismo.

\* \* \*

DESCOBRINDO AS LEIS ECONÔMICAS DO CAPITALISMO E DO SOCIALISMO, a economia política marxista-leninista chega à conclusão, cientificamente fundamentada, de que o sistema

socialista de economia é o sistema mais progressista, possuindo vantagens decisivas em relação ao capitalista, e que toda a marcha do desenvolvimento histórico prepara a vitória do comunismo. Da oposição entre os dois sistemas — o socialismo e o capitalismo — e das leis econômicas que lhes são inerentes decorrem duas tendências diferentes do desenvolvimento econômico e político.

O campo capitalista — chefiado pelos Estados Unidos — na irrefreável caça ao lucro máximo trazem ao mundo uma intensificação cada vez maior da exploração dos trabalhadores; uma escravização maior dos povos dependentes e coloniais; a militarização da economia; a crescente pauperização dos trabalhadores, e a ameaça de novas guerras.

O campo socialista — chefiado pela União Soviética — subordina toda sua atividade econômica e política a um objetivo único — a máxima satisfação das crescentes necessidades das massas populares. Com esse objetivo a União Soviética e os países de democracia-popular desenvolvem, a ritmos sem precedentes na História, as forças produtivas à base de uma técnica superior, asseguram a sistemática elevação do bem-estar material e do nível cultural dos trabalhadores, lutam incansavelmente pelo fortalecimento e desenvolvimento da cooperação econômica de paz entre todos os povos. O exemplo mais claro e convincente disso é a cooperação econômica entre os países do campo socialista, cooperação que se apóia nos princípios da completa igualdade de direitos e ajuda mútua e representa um novo tipo de relações internacionais que a história ainda não conheceu.

O crescente progresso do campo do socialismo e a crescente decadência do sistema capitalista de economia mundial, sistema dilacerado por contradições antagônicas insolúveis dentro dos seus limites, demonstram, de maneira irrefutável, que o futuro pertence ao comunismo.





# A AÇÃO DA LEI DO VALOR NA ECONOMIA NACIONAL DA CHINA

Siue-Mukiao

A OBRA DE J. V. STALIN "*Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.*" desempenha papel considerável na construção econômica planificada de nosso Estado. A Obra de J. V. Stálin nos dá a possibilidade de elevar a um novo nível a generalização teórica da preciosa experiência acumulada durante os anos da restauração econômica, de compreender de que maneira utilizamos no passado as diversas leis econômicas, e de como terminar mais rapidamente a reconstrução da economia nacional da China. Essa obra nos permite aplicar as leis econômicas, de agora em diante, de maneira ainda mais consciente, na direção da construção econômica planificada de nosso Estado, sem infringir as leis econômicas objetivas e sem cometer erros sérios.

A situação econômica da Nova China, que se encontra no período de transição, é extremamente complexa e não pode comparar-se ao estado atualmente atingido pela União Soviética. Ao lado do setor da economia estatal, de caráter socialista, existe o setor capitalista privado, assim como o vastíssimo setor das economias individuais dos camponeses e dos artesãos. As leis econômicas que correspondem a essas formas de economia desempenham um determinado papel na economia nacional de nosso país.

O setor estatal já atingiu posição dirigente na economia nacional. Por essa razão, as leis econômicas do socialismo atuam não apenas no setor estatal de nosso país, mas, constituem também, a força dirigente do conjunto da economia nacional. De outro lado, as economias individuais dos camponeses e dos artesãos continuam a predominar na economia da China e o capitalismo privado ocupa ainda posições importantes. A pequena produção mercantil e a pro-

dução mercantil capitalista, baseadas na propriedade privada dos meios de produção, não podem deixar de estar submetidas à ação reguladora da lei do valor. Somente utilizando corretamente a lei do valor e através desta é que o setor estatal pode dirigir a produção mercantil dos setores em questão.

A produção mercantil encontra-se amplamente difundida na China Popular. A produção agrícola, cuja parte constitui ainda 60% do valor da produção bruta da indústria e da agricultura, é representada essencialmente pelo setor das explorações individuais. A produção dessas últimas é uma pequena produção mercantil e natural, a parte relativa à produção natural com a tendência a baixar e a da produção mercantil a elevar-se. A produção dos artesãos individuais, assim como a produção manufatureira cuja parte no valor da produção industrial e agrícola bruta representa 10%, é quase inteiramente uma produção mercantil. Mesmo na indústria moderna, cujo peso específico é fraco, a produção mercantil capitalista ocupa importante lugar. A indústria estatal constitui quase 60% da indústria atual; entretanto seu peso específico no valor da produção industrial e agrícola bruta não é ainda muito importante. Por outro lado, quase a metade de toda a produção industrial estatal consiste em objetos de consumo e é vendida no mercado, assim como uma certa parte — ainda que insignificante — dos meios de produção.

A parte da produção industrial estatal que não é mais englobada na esfera da circulação mercantil é pouco importante em relação ao valor global da produção industrial e agrícola bruta. Entretanto, tendo em conta que ela representa os meios de produção hoje existentes possui decisiva importância para a economia nacional e para o desenvolvimento futuro da economia do país. Se os objetos de consumo fabricados pela indústria estatal são encaninhados para o mercado, sua produção, em compensação, não é mais regida pela lei do valor. Nos últimos três ou quatro anos, tendo em conta o desenvolvimento da indústria estatal, o peso específico de sua produção elevou-se sem cessar. A produção da indústria privada e da agricultura no tocante a certos artigos particularmente importantes passa ao controle estatal graças à aplicação do sistema de contratos para a transformação das matérias-primas; do sistema de encomendas, e da organização de grandes compras de produtos. O comércio estatal e das cooperativas — que atualmente representa mais da metade de toda a circulação mercantil da China — já domina a parte essencial

do comércio exterior e do comércio interno atacadista. Graças a isso, a produção mercantil e a lei do valor já estão, em certo grau, limitadas, particularmente no que se refere ao caráter anárquico e ao papel destruidor da lei do valor.

A consolidação cada vez mais das posições dirigentes do setor estatal e a correlativa limitação da ação da lei do valor estão entre as mais importantes vitórias conquistadas na frente econômica no decorrer dos últimos três ou quatro anos. Antes da formação do Governo Central Popular, e no primeiro período que se seguiu à sua constituição, — quando nossa indústria estatal, nossos transportes e nossas comunicações se encontravam em fase de organização, quando o Banco do Estado e os organismos comerciais estatais apenas acabavam de ser criados — não estávamos ainda em condições de estabelecer um controle sobre o mercado e de vencer suas manifestações desordenadas decorrentes da inflação posta em prática durante os últimos dez anos do regime reacionário do Kuomintang. Naquele momento a lei do valor não era suficientemente contida e desempenhava um grande papel destruidor. A especulação reinante no mercado trazia sérios prejuízos ao restabelecimento da produção e à elevação do nível de vida do povo. Logo após sua constituição, o Governo Central Popular tratou de realizar diversas medidas visando a restauração acelerada da indústria estatal, dos transportes e das comunicações, a criação do Banco do Estado e dos organismos comerciais do Estado; tomou, também, medidas decisivas para lutar contra a especulação. Muito rapidamente foi liquidada a inflação, e foram estabilizados a circulação monetária e os preços das mercadorias. A posição dirigente do setor estatal em toda a economia nacional do país se consolidou.

Adquirindo uma posição dirigente na economia do país, o setor estatal limitou de maneira considerável o papel destruidor da lei do valor. Mas, significa isto que afastamos todas as manifestações da lei do valor? Evidentemente não. Utilizamos a lei do valor a fim de obter a direção do setor econômico privado. Por exemplo, no que se refere à indústria privada efetuamos a política de realização de contratos para a transformação de matérias primas e a política de repartição das encomendas de mercadorias, permitindo que os capitalistas realizasse um lucro normal; no que se refere ao campesinato aplicamos a política de grandes compras dos mais importantes

produtos agrícolas a preços racionais, etc... Estas justas medidas aplicadas de acôrdo com a lei do valor, não sòmente aceleraram a restauração e o desenvolvimento da indústria e da produção agrícola, como também permitiram ao Estado concentrar em suas mãos recursos materiais muito importantes, essenciais para o povo e o país, como por exemplo o estabelecimento do contròle sôbre os preços do mercado. Desta maneira tivemos a possibilidade de utilizar, de acôrdo com as necessidades do Estado e da população, a justa política de preços a fim de regularizar a atividade comercial e industrial privada e o desenvolvimento da produção agrícola, para que se vencesse, pouco a pouco, a anarquia na produção privada e, ligado a isto, se preparassem as condições indispensáveis à construção econômica planificada.

A produção industrial da China se encontra ainda num nível pouco elevado. Eis porque devemos utilizar todos os elementos capitalistas que possam ser úteis ao Estado e ao povo para acelerar a restauração e o desenvolvimento da economia nacional. Paralelamente ao desenvolvimento rápido do setor estatal é indispensável tomarmos medidas eficazes visando utilizar, limitar e reconstruir a atividade comercial e industrial privada. Para atingir êsse fim é necessário, apoiando-se na lei do valor, dominar sòlidamente o mercado, ter uma justa política de preços e ampliar progressivamente o sistema de encomendas e de contratos por parte do Estado. Sòmente por êsse meio se conseguirá reforçar o papel dirigente do setor estatal em relação à indústria e ao comércio privados, orientar pouco a pouco o capitalismo privado para o capitalismo de Estado e englobá-lo progressivamente no plano Estatal. Além do mais, sòmente utilizando a lei do valor de maneira correta é que se pode, salvaguardando os interesses vitais do campesinato, consolidar a aliança dos operários e camponeses e fortalecer a direção da produção agrícola pelo setor estatal. Os êxitos obtidos em 3-4 anos, na restauração e no desenvolvimento da economia nacional do país, e, especialmente, os êxitos conquistados na utilização da lei do valor para regularizar a indústria e o comércio privados, desenvolver a produção agrícola e consolidar a situação dirigente do setor estatal, confirmaram inteira e plenamente a justeza das teses elaboradas de maneira científica por J. V. Stálin.

Ao mesmo tempo, êstes êxitos comprovam a justa direção realizada pelo Partido Comunista Chinês e pelo Governo Central Popular, tendô à frente o camarada Mao-Tsé-Tung. O estudo da obra "*Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.*" ajudar-nos-á a utilizar com êxito a arma teórica fornecida por J. V. Stálin para dirigir a construção econômica e conquistar no futuro êxitos ainda maiores.



A restauração da economia de nosso país terminou vitoriosamente em 1952. Com o ano de 1953, vem o período da edificação econômica planificada. Graças à justa direção do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, levada a efeito durante o período da restauração, conquistamos grandes vitórias na frente econômica; entretanto, devido a não estarem terminados todos os trabalhos preparatórios, não nos era ainda possível ter um plano econômico geral do Estado. Por conseguinte, o desenvolvimento de nossa economia nacional não pode deixar de ter, em certa medida, caráter anárquico. Com o início da edificação econômica devemos elaborar um plano econômico geral do Estado e aperfeiçoá-lo pouco a pouco a fim de atelerar a construção da indústria socialista e assegurar o desenvolvimento harmonioso de nossa economia nacional. Êste plano econômico dirigirá, de maneira precisa, não somente nossa indústria estatal, mas também, em certos limites e até um ponto determinado, a produção da indústria privada e da agricultura. Tudo faremos a fim de vencer a anarquia, reforçar a planificação, englobar pouco a pouco no plano tóda a economia nacional e a fim de que as leis econômicas do socialismo possam exercer mais amplamente seu papel dirigente.

A planificação da economia nacional não nega, de forma alguma, o papel importante da lei do valor na economia nacional do país. O camarada Stálin\* indica:

"Ali onde há mercadorias e produção mercantil, a lei do valor existe necessariamente."

Na economia nacional da China onde se encontram amplamente difundidas a pequena produção mercantil e a produção mercantil capitalista, baseadas na propriedade privada dos meios de produção,

a lei do valor desempenha, naturalmente, um papel consideravelmente maior do que na União Soviética, onde o sistema da propriedade privada já foi suprimido. A lei do valor continuará ainda a exercer uma forte ação reguladora em nossa indústria privada e na produção agrícola. Entretanto, por outro lado, seu papel regulador já é mais ou menos limitado na produção pelas leis econômicas do socialismo e pelo plano Estatal que as reflete.

Nosso Estado já está em condições de utilizar a lei do valor e em certos limites e em certa medida, já controla a indústria privada e a produção agrícola, a fim de que, no essencial, estas se ajustem ao plano econômico do Estado.

As economias camponesas individuais e dispersas não podem ser diretamente submetidas ao plano Estatal; a parte que se destina à produção mercantil é regida principalmente pela lei do valor e a produção que tem por objetivo a satisfação das necessidades pessoais se efetua de acordo com as necessidades dos próprios camponeses. Entretanto, pela criação de organismos comerciais do Estado e das cooperativas de abastecimento e venda em toda a China, o Estado controla em maior ou menor medida, a circulação de certas mercadorias agrícolas entre as mais importantes. No momento atual o Estado detém cerca de 60% do comércio do trigo e cerca de 90% do comércio do algodão e determina, também, os preços do trigo, do algodão e de outras matérias primas industriais mais importantes. Em ligação com isto já se torna possível aproveitar a política de preços para agir sobre o volume da produção destes artigos agrícolas. Durante os três anos decorridos conseguimos, elevando os preços do algodão, aumentar sua produção. Isto demonstra que, utilizando a lei do valor e aplicando diversas medidas políticas e econômicas, podemos exercer, dentro de determinados limites, um controle sobre o volume da produção de alguns artigos agrícolas mais importantes. O desenvolvimento ulterior das equipes de ajuda mútua e das cooperativas de abastecimento e venda, na esfera da produção agrícola, possibilitará ao Estado dirigir de maneira ainda mais eficaz, através destes organismos e utilizando a lei do valor, a produção agrícola e englobá-la progressivamente no plano Estatal.

Na indústria privada, a produção é ainda regida, em geral, pela lei do valor. Entretanto, em certos ramos importantes, as empresas capitalistas privadas se transformam atualmente, em empresas capitalistas do Estado, por meio da aplicação do sistema que abrange os contratos para a transformação das matérias primas, as encomendas de mercadorias e a organização da atividade das empresas mistas. Mas a economia do capitalismo do Estado será regida, ainda que em grau diferente, pelo plano Estatal. Este, já está em condições de fazê-lo de maneira indireta. Atualmente 6% do valor da produção bruta da grande indústria do país provém de empresas industriais de capital misto.

Os ramos importantes da indústria privada já estão, em grande parte, englobados no sistema estatal que abrange os contratos para a transformação de matérias primas e as encomendas de mercadorias. O Estado e as cooperativas já abarcam, pelo sistema de contratos para a elaboração de matérias primas, encomendas de mercadorias, venda por atacado e compras, 60 a 70% do valor da produção bruta destes ramos importantes.

Concluindo contratos para a transformação das matérias primas e fazendo encomendas, o Estado dispõe dos meios para fixar, de maneira conveniente e de acordo com o plano Estatal, a quantidade, o sortimento e a produção destes ramos industriais importantes. É claro, esta direção se realiza de acordo com a lei do valor. Se não assegurássemos à indústria privada um lucro normal, ela poderia recusar os contratos e as encomendas do Estado e voltar-se para o mercado livre, ou ainda restringir a produção e então o Estado não poderia atingir seu objetivo que é o de dirigir a produção.

A produção agrícola, exceto os cereais e as matérias primas essenciais, assim como uma enorme parte da pequena indústria e do artesanato, escapam ainda, em grau considerável, ao controle do plano Estatal. O Estado não está em condições de englobá-los no sistema de contratos e de encomendas, nem pode ainda tomar em suas mãos o estabelecimento dos preços de sua produção. Eis porque são regidas quase inteiramente pela lei do valor. Mas, com o fortalecimento do papel dirigente do setor estatal e a melhoria da planificação da

economia nacional, a influência do plano Estatal, neste domínio, aumentará também progressivamente.

A produção industrial do setor estatal é regida, numa parte essencial, pela lei econômica fundamental do socialismo, pela lei do desenvolvimento planificado e proporcional da economia nacional, assim como pelo plano Estatal que reflete estas leis. Entretanto, a lei do valor exerce uma certa influência, igualmente, sobre a produção industrial do setor estatal. Nós não podemos e mesmo não devemos deixar de levar em conta a lei do valor ao estabelecer o custo e os preços, quando da aplicação do princípio da autonomia financeira. Isto decorre, não somente do fato de que os objetos de consumo necessários à substituição da força de trabalho dispendida no processo de produção, são fabricados e realizados como mercadorias submetidas à ação da lei do valor, mas também do fato de que em nosso país, ao lado da indústria Estatal, existe ainda, igualmente, a indústria privada. Os produtos da mesma natureza são vendidos no mesmo mercado e aos mesmos preços, quer venham da indústria estatal quer venham da indústria privada. Eis porque os preços das mercadorias que provêm da indústria estatal não podem deixar de estar submetidos, em certa medida, à ação da lei do valor. No processo da circulação, os objetos de consumo produzidos pela indústria estatal, assim como uma pequena parte dos meios de produção vendidos no mercado, podem naturalmente sofrer a influência da lei do valor em medida relativamente maior.

O que foi dito demonstra que num país de democracia popular onde estão amplamente difundidas a pequena produção mercantil e a produção mercantil capitalista, baseadas na propriedade privada dos meios de produção, o papel da lei do valor é evidentemente muito mais considerável do que na União Soviética.

J. V. Stálin criticava certos economistas e planificadores porque "conheciam mal a ação da lei do valor, não a estudavam e não sabiam levá-la em conta em seus cálculos". Esta crítica tem um significado ainda maior para os economistas e planificadores chineses. Se negássemos o papel regulador da lei do valor na produção da indústria privada, do artesanato e da agricultura; se, baseando-nos no fato de que sob a ditadura da democracia popular na qual a



classe operária desempenha o papel dirigente, o setor estatal socialista tem a posição dominante e existe um plano estatal, fôssemos levados a crer que se pode negar a existência objetiva da lei do valor e, partindo de desejos subjetivos, dirigir a produção da indústria privada, do artesanato e da agricultura, sem levá-la em conta; se considerássemos que nosso plano Estatal poderia ser aplicado sem limites, no conjunto da economia nacional; se não compreendêssemos que êste plano Estatal não pode, no momento, desempenhar seu papel regulador senão num certo limite e num grau determinado, — então nos encontraríamos na situação daqueles que caminham para o fracasso e cometeríamos sérios erros na fixação de nossa política e na elaboração de nossos planos. Tais erros nos levariam a nos separar da realidade, das massas; teriam como resultado a ruptura da aliança dos operários e dos camponeses, a ruptura da frente única democrática e, enfim, o fracasso de tôda nessa obra de construção.

Mas, por outro lado, na medida em que já existe na China a ditadura da democracia popular, sob a direção da classe operária, na medida em que o setor socialista do Estado atingiu uma posição dirigente e em que abordamos a edificação econômica planificada, nesta mesma medida a esfera da ação da lei do valor é, sem nenhuma dúvida, limitada até um certo ponto. No momento atual nosso Estado já tem em suas mãos as alavancas de comando da economia, já está em condições de servir-se de maneira consciente da lei do valor, de limitar seu caráter anárquico e seu papel destruidor e, por conseguinte, de poupar das crises econômicas do capitalismo o país. Se tomássemos somente em consideração o fato da existência de uma produção mercantil amplamente difundida no país; se víssemos apenas o papel regulador da lei do valor e considerássemos que esta pode exercer em nosso país uma ação tão livre e ilimitada quanto nos países capitalistas, ou ainda se considerássemos que as leis econômicas do socialismo podem ser uma força dirigente somente na economia estatal enquanto a economia privada deve continuar a ser inteiramente regida pela lei do valor; se negássemos o papel dirigente das leis econômicas do socialismo no conjunto da economia nacional do país, — isto poderia nos levar, então, a cometer outros erros graves. Tais erros nos fariam aceitar a anarquia da produção, nos levariam a negar a possibilidade e a grande importância da plani-

ficação de toda a economia nacional; conseqüentemente, não poderíamos evitar as crises capitalistas e passar para o socialismo.

Ambos os erros indicados, prejudiciais à construção econômica de nosso país, devem ser vencidos e prevenidos. O estudo aprofundado da obra genial de J. V. Stálin "*Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.*", o justo conhecimento do papel que desempenham em nossa economia nacional diferentes leis econômicas, a definição da política nesta base e o estabelecimento dos planos, a extirpação contínua do aventurismo e da passividade no trabalho econômico, — tudo isto constitui a mais importante garantia da realização vitoriosa da construção econômica planificada em nosso país.



# BIOGRAFIA DO CAMARADA ÁLVARO CUNHAL

## A SUA LUTA COMO ESTUDANTE

ÁLVARO CUNHAL nasceu em Coimbra, em 10 de novembro de 1913. Seu pai, Dr. Avelino Cunhal, é advogado, pintor e escritor.

Foi no liceu, a partir do 5º ano, que começou a manifestar idéias democráticas e simpatia pelo comunismo. Em 1931, tinha então 18 anos, entrou para a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pela primeira vez toma contacto com o movimento revolucionário clandestino. Álvaro Cunhal torna-se na sua escola o responsável da «Liga dos amigos da U.R.S.S.», primeira organização clandestina a que pertenceu. Começa então a distribuir imprensa clandestina do Partido Comunista Português, chegando a vender individualmente, só na sua escola, mais de 100 exemplares do «Avante!», órgão central do Partido Comunista Português. Seguidamente, faz parte do Socorro Vermelho Internacional, da Liga contra a guerra e contra o Fascismo e dos Grupos de Defesa Académica, a cujo Comitê Central pertenceu. Além do trabalho de organização, participa na recolha de fundos, colagens noturnas de manifestos, impressão de materiais clandestinos e em manifestações de rua de estudantes, numa das quais é ferido.

A par da atividade ilegal, Álvaro Cunhal desenvolve atividade legal e semi-legal. Em 1932-33, nas eleições para a Direção da Associação Académica dos estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa, triunfou pela primeira vez uma lista de unidade anti-fascista (comunistas, republicanos e socialistas), em luta contra uma lista fascista e outra divisionista, esta capitaneada pelo Dr. Nuno Rodrigues dos Santos, um dos candidatos colaboracionistas às «eleições» para deputados em 1953. Álvaro Cunhal, pelo prestígio que grangeou devido à sua ação em defesa dos interesses estudantis, foi eleito nesse ano e nos anos seguintes para a Direção daquela Associação Académica.

Em 1934 teve lugar a eleição do representante dos estudantes no Senado Universitário, que deu origem a uma intensa luta política e a uma larga mobilização das massas estudantis. Álvaro Cunhal foi eleito representante da Faculdade de Direito e, na reunião dos representantes das várias Faculdades, foi escolhido como representante dos Estudantes da Universidade de Lisboa no Senado Universitário. Aí propôs a intervenção do Senado junto do governo no sentido da dissolução da Ação Escolar Vanguarda, milícia fascista dos estudantes, demonstrando a ilegalidade da tal associação,

mas só o falecido professor democrata Rocha Saraiva, representante dos professores catedráticos da Faculdade de Direito, apoiou a proposta de Alvaro Cunhal. Entretanto, o Senado foi incapaz de abafar o protesto dos estudantes e viu-se obrigado a comunicá-lo ao governo e o prosseguimento da luta da juventude obrigou o fascismo a dissolver a A.E.V.

Outro aspecto importante da atividade legal de Alvaro Cunhal nesta mesma época verificava-se nas próprias aulas e na matéria de estudo. Na Faculdade de Direito, não obstante o perigo da repressão fascista, defendeu abertamente as idéias marxistas-leninistas, nas aulas, nos exercícios e nos exames. Assim, por exemplo, o seu exame de Direito Constitucional versou sobre a noção de Estado. Alvaro Cunhal defendeu abertamente a noção leninista de Estado, na base da obra clássica de Lênin «O Estado e a Revolução». Nos anos seguintes, continuou a transformar as aulas práticas e os exames em debates entre as idéias conservadoras e reacionárias dos professores e as idéias do marxismo-leninismo. As aulas práticas transformaram-se em verdadeiras sessões de propaganda, a que acorriam numerosos estudantes de outros cursos e que os professores, apesar dos seus esforços, eram impotentes para impedir. Até à interrupção dos seus estudos escolares em 1935, Alvaro Cunhal conservou sempre a posição de aluno mais classificado do seu curso (17 valores).

Ao estudo do marxismo-leninismo e ao auxílio do Partido Comunista Português deve Alvaro Cunhal os seus méritos e êxitos na vida escolar. Desde 1931 que toda a sua atividade era controlada e dirigida pelo Partido Comunista Português. Em 1934 passou a ter encontros regulares com o Secretário-Geral do Partido Comunista Português, Bento Gonçalves, o qual, muito o auxiliou no seu trabalho prático e no seu desenvolvimento político.

### ALVARO CUNHAL DIRIGENTE DA JUVENTUDE

Em 1934, num momento em que a organização da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas tinha sofrido graves golpes, Alvaro Cunhal foi indicado pelo Partido Comunista para o Comité Regional de Lisboa da Federação. Pela atividade de Alvaro Cunhal e de outros militantes jovens, entre os quais Francisco Ferreira, a organização regional, praticamente destruída, foi reconstituída e toda a Federação entrou num novo período de intensa atividade. Além do trabalho na organização de Lisboa, Alvaro Cunhal controlou então o Comité Regional do Sado da Federação, e designadamente a organização do Barreiro. Em princípios de 1935, tinha então 21 anos, na recomposição da Direção da Federação, Alvaro Cunhal foi chamado ao Comité Central e designado Secretário-Geral da Federação. Nesta qualidade, participou no VI Congresso da Internacional Juvenil Comunista, realizado em Moscou em 1935.

Regressando a Portugal e passando a viver clandestinamente, ao mesmo tempo que continuava o seu trabalho na Federação, na

tarefa de transformar a organização sectária num amplo movimento da juventude democrática portuguesa, Alvaro Cunhal foi cooptado para o Comitê Central do Partido Comunista Português de que faz parte desde então. O Partido tinha sofrido um grave golpe, com a prisão em 1935, dos membros do Secretariado, designadamente Bento Gonçalves e Júlio Fogaça. Alvaro Cunhal, ao lado de Pires Jorge, Manuel Rodrigues da Silva e outros militantes destacados, participou ativamente na luta contra a passividade, falta de honestidade e de firmeza nos escalões responsáveis, no sentido de assegurar ao Partido a linha de combatividade e honestidade revolucionária que tinham sido imprimidas por Bento Gonçalves.

Enviado clandestinamente à Espanha em missão do Partido, está em Madri quando da rebelião fascista em julho de 1936. Aí passa os primeiros meses de guerra, cumprindo a tarefa de que fôra incumbido pelo Partido, conseguindo realizar a unidade dos emigrados anti-fascistas portugueses em Espanha com a criação da organização União Anti-fascista dos Portugueses Residentes em Espanha (U.A.P.R.E.) e fazendo ainda, em tôdas as horas disponíveis, incluindo tôdas as da noite, serviço como soldado das Milícias Populares (patrulhas noturnas de ruas, investigação de atividades fascistas, proteção ao serviço de macas e socorro de feridos na frente, etc.) De Madri fez, pela rádio, um apêlo à juventude portuguesa, expondo as circunstâncias da rebelião fascista e o caráter nacional e patriótico da luta do povo espanhol.

Reentrando clandestinamente em Portugal, continua a sua atividade na Federação das Juventudes Comunistas e no Partido Comunista Português até a sua prisão em julho de 1937. Na P.V.D.E. passou-se o seguinte episódio: Como se recusasse a dizer onde era a sua residência e os agentes insistissem, atirou um mólho de chaves para cima da secretária dos investigadores, dizendo: «Procurem pelas fechaduras de Lisboa que talvez encontrem». Por ordem direta do então comandante da policia de informação, capitão Maia Mendes, Alvaro Cunhal foi imediatamente algemado e brutalmente espancado por uma roda de agentes durante várias horas, sendo de quando em quando deitado no chão e flagelado violentamente com grossas tábuas das plantas dos pés descalços. Como se negasse a falar, foi assim torturado até perder a consciência, sendo transportado sem sentidos para o segredo do Aljube onde esteve vários dias não dando acôrdo de si. Nos interrogatórios a que posteriormente foi sujeito, durante os 2 meses e meio em que esteve incomunicável, Alvaro Cunhal (a quem a P.V.D.E. não apanhou quaisquer materiais clandestinos) negou tôdas as acusações. No Forte de Peniche fez parte da direção da Caixa de Solidariedade e teve participação destacada na luta contra os provocadores e informadores do Comando. Julgado no Tribunal Militar Especial e condenado em 3 meses de prisão, foi libertado em junho de 1938.

ALVARO CUNHAL NA LUTA CONTRA OS OPORTUNISTAS  
E INIMIGOS DO PARTIDO

Libertado, voltou imediatamente à luta revolucionária na Federação e no Partido. Atravessava-se então um período particularmente difícil na vida do Partido, em cujos organismos de direção se haviam anichado elementos sem combatividade nem espírito de sacrifício e até provocadores. Em 1939, Francisco Miguel, que então fugira da prisão, e Alvaro Cunhal, designados numa reunião ampliada para o Secretariado do Partido iniciam a luta contra os oportunistas, os covardes e os provocadores dentro do Partido e da sua Direção. Mas só uma reorganização total poderia alcançar tal objetivo. Os militantes honestos foram então vencidos. Francisco Miguel foi novamente prêsno em fins de 1939, e Alvaro Cunhal que então se encontrava com Alfredo Diniz (Alex) cumprindo o serviço militar na Companhia Disciplinar de Penamacó e que, fazendo a greve da fome, consegue ser enviado para um hospital militar e ser livre à Junta, regressa a Lisboa e é novamente prêsno em maio de 1940.

Nos anos 1939-40, num momento em que a imprensa clandestina do Partido estava praticamente paralisada, adquiria importância particular a imprensa legal pela ação de esclarecimento que podia ainda ter. Alvaro Cunhal publicou alguns artigos em «O Diabo», «Scara Nova» e «Sol Nascente», alguns dos quais (apesar das limitações opórtas pela censura) contribuíram para o esclarecimento acérca do caráter imperialista da guerra e para o desmascaramento do podre oportunismo dos «democratas anglófilos» que então aplaudiram a capitulação de Munique e conduziam uma propaganda anti-oviética. Nesta mesma época revelou-se também um desenhista de grande talento e foi êle quem ilustrou o romance «Erreiros» de Soeíros Pereira Gomes, membro do C.C. do P.C.P.

Prêsno em maio de 1940. Alvaro Cunhal (a quem a P.V.D.E. também dessa vez não encontrou quaisquer materiais clandestinos) novamente negou tôdas as acusações, desmentiu denunciante e provocadores em acareações e a P.V.D.E. não pôde provar as acusações. Da prisão, Alvaro Cunhal foi à Faculdade de Direito fazer a prova final do seu curso. Condenado em 3 meses de prisão, foi libertado em fins de 1940.

No período de 1939-40, o Partido atravessou a maior crise da sua história pois «a Direção do Partido tinha perdido a confiança do Partido e o Partido começava a perder a confiança da classe operária e das massas» (1). Alvaro Cunhal, juntamente com camaradas que também tinham sido libertados (designadamente Júlio Fogaça, Militão Ribeiro, João Gregório, Sérgio Vilarigues, Pires Jorge, Pedro Soares, Manuel Guedes e com a participação ativa de outros camaradas (designadamente Alfredo Diniz, António Dias Lourenço, Joaquim Campino, José Maria do Rosário, Ferreira Marques) iniciaram a reorganização total do Partido. O Partido foi então purificado, expulsando das suas fileiras os provocadores, os

desagregadores, os caluniadores e traidores de todos os matizes, o que permitiu reforçar a sua ligação com as massas e reganhar a confiança da classe operária.

### O PAPEL DIRIGENTE DE ALVARO CUNHAL NA REORGANIZAÇÃO DE 1940-1941

Bento Gonçalves — que se encontrava deportado no Tarrafal — foi o grande inspirador da Reorganização de 1940-41 e Alvaro Cunhal foi um dos grandes obreiros que conduziu o Partido à viragem histórica a que essa Reorganização deu origem. Alvaro Cunhal exerceu então um papel de grande relevo no desmascaramento e isolamento do Grupo ProvoCATório.

Em princípios de 1942, Alvaro Cunhal passou novamente à clandestinidade, sendo enviado, como funcionário do Partido, para organizar o norte do país. Aí teve uma participação destacada na luta contra os provocadores e na constituição da organização partidária, particularmente nas regiões do Póvo, Aveiro Linha do Vale do Vouga e Trás-os-Montes. Em agosto de 1942 foram presos em Lisboa vários membros do Comité Central e do Secretariado, o que representou um novo e duro golpe para o Partido. Nessa altura, Alvaro Cunhal, que então contava 29 anos, foi promovido ao Secretariado, onde trabalhou ininterruptamente, com o pseudónimo de «Duarte», até a sua prisão em março de 1949.

O nome e a atividade de Alvaro Cunhal no período de 1942-49 estão indissolúvelmente ligados aos progressos e êxitos do Partido, da mesma forma que o estão as lutas da classe operária, das massas camponesas e de todas as camadas laboriosas em defesa do Pão, da Paz, da Democracia e da Independência Nacional. Nesse período, os êxitos mais salientes da atividade do Partido e da sua Direção foram os seguintes:

1 — O Partido pôs termo à grande instabilidade da sua Direção, que tinha como origem fundamental o mau trabalho conspirativo e a falta de um trabalho coletivo de Direção. Houve uma modificação radical nos métodos de trabalho conspirativo, e a disciplina partidária foi largamente reforçada, o que permitiu defender o Partido da repressão fascista, diminuir radicalmente os golpes policiais e passar mesmo anos inteiros sem uma única baixa na sua Direção.

2 — Constituição de uma organização nacional do Partido, alargamento da organização aos pontos fundamentais do país, sua consolidação e trabalho regular.

3 — Regularidade, enriquecimento e melhoramento técnico e ideológico da imprensa do Partido, com a saída regular do «Avante!» e do «Militante», a criação de novos jornais clandestinos (designadamente, «O Camponês») e a publicação de numerosos folhetos, panfletos, manifestos e circulares.

4 — Ampla mobilização de massas, especialmente operários e camponeses, em milhares de lutas parciais, culminando com as grandes greves, manifestações e demonstrações operárias e camponesas. Em especial as greves de Outubro-Novembro de 1942 das construções navais e outras classes de Lisboa; greves de julho-agosto de 1943 na região de Lisboa e Margem Sul do Tejo, tendo estas últimas mobilizado mais de 50.000 trabalhadores; greves de 8 e 9 de maio de 1944 no Baixo Ribatejo, unificando operários e camponeses; greves camponesas de Montemor e Vendas Novas, em 1945; greves dos operários têxteis da Covilhã em 1942 e 1946; greves das construções navais em abril de 1947 e dos camponeses alentejanos no verão de 1947.

5 — Unidade de tôdas as forças políticas anti-fascistas, alcançada tanto na organização clandestina (MUNAF) como na organização legal (MUD), a qual assentou na Unidade da classe operária alcançada em lutas parciais e Comissões de Unidade, Unidade essa que permitiu desencadear grandes jornadas de luta política do povo português, particularmente as manifestações da Vitória sobre a Alemanha nazista em 1945, os períodos eleitorais de 1945 e 1949 (destacando-se o grande comício do Campo Hípico, no Porto, com mais de 100.000 pessoas), as grandes manifestações do 31 de janeiro e 5 de outubro em 1945, 1946, etc.

6 — Criação e desenvolvimento de um amplo movimento nacional legal e independente da juventude progressista portuguesa — o M.U.D. Juvenil.

7 — Ligação correta do trabalho legal e ilegal, particularmente em movimentos reivindicativos, traduzida na criação de novos organismos de Unidade (como as mais variadas comissões operárias e camponesas), nas vitórias nas eleições nos Sindicatos Nacionais, etc.

8 — Criação de um sólido e vasto corpo de quadros do Partido, designadamente de funcionários, e de um tipo superior de trabalho de Direção Central, de uma direção coletiva, evidenciado na realização dos dois primeiros Congressos ilegais, em diversas reuniões ampliadas e de direção e na continuidade do trabalho partidário. A continuidade do trabalho coletivo de direção foi um dos principais fundamentos que asseguraram os progressos e sucessos da atividade do Partido.

9 — Uma política financeira baseada na seriedade e correção de administração dos fundos do Partido e no espírito de sacrifício dos seus militantes responsáveis, assegurando, por um apoio financeiro de massas, a possibilidade de o Partido executar as suas tarefas.

10 — Restabelecimento das relações normais com os Partidos Comunistas irmãos e com o movimento operário internacional em geral.



Sob a ação dirigente do Comitê Central do Partido, no período que decorreu entre 1942 e 1949 «a classe operária mostrou definitivamente caminhar na vanguarda do movimento nacional anti-fascista e o Partido Comunista mostrou definitivamente ser o destacamento avançado, o dirigente e guia do proletariado (2). O Partido tornou-se a principal força política nacional anti-fascista, e força decisiva que impulsiona e conduz a luta da nação contra a camarilha governante. Alvaro Cunhal, ao lado de José Gregório, como membros do Secretariado, e de outros membros do Comitê Central e quadros destacados, participou diretamente em todos estes êxitos do Partido e a sua ação encontra-se evidenciada nos seus informes ao 1º e 2º Congressos ilegais do Partido e a diversas reuniões de Direção, além dos folhetos que escreveu: «A célula de empresa», «Se fores prêso, camarada...», «O Partido, os católicos e a Igreja», «O Partido e as «eleições presidenciais» (1949); e na larga participação no «Avante!» e no «Militante».

Alvaro Cunhal lutou sempre com a máxima energia contra todos os provocadores, desagregadores e traidores, salientando continuamente que na «defesa da unidade do Partido devemos concentrar as nossas atenções e energias, a nossa firmeza e a nossa severidade» (3), pois que «a unidade de vontade e de ação é uma condição indispensável para o engrandecimento do nosso Partido e para a vitória da causa que defendemos» (4). Uma particularidade que distingue Alvaro Cunhal consiste no vigor com que defende a orientação e decisões do Comitê Central, particularmente no que respeita à disciplina e ao espírito de trabalho coletivo que deve presidir a todos os aspectos da atividade partidária, repetindo frequentemente, ao referir-se à Direção do Partido, que todos juntos valem muito, somos uma grande força, mas cada um de nós, isoladamente, pouco vale.

Combatendo a indisciplina e todos os conceitos individualistas que se opõem aos princípios do Partido, Alvaro Cunhal frisa que «em geral são os intelectuais e intelectualizantes semi-anarquistas que se horrorizam com a organização, a disciplina, a responsabilidade — não os trabalhadores de vanguarda» (5). Sublinhando que «para a criação de uma unidade de vontade tem uma importância decisiva a crítica e a autocrítica» que «é a verificação e o reconhecimento dos erros e deficiências na atuação partidária de cada organismo e de cada militante», Alvaro Cunhal indica a necessidade de ao mesmo tempo que «devemos vigiar estreitamente os membros do Partido que exigem democracia a mais, devemos vigiar com não menor atenção os que gostam de trabalhar com democracia a menos». (6)

#### EDUCADOR DE QUADROS

A modéstia é uma das características de Alvaro Cunhal, que soube sempre aliar à crítica firme um conteúdo construtivo e um trato fraternal, mantendo a máxima estima por todos os cama-

radas por mais modestos que sejam. Referindo-se ao papel e à dedicação ilimitada dos funcionários do Partido aponta a necessidade de «habituar todos os militantes do Partido a estimar e respeitar os funcionários do Partido e devemos levar essa estima e êsse respeito até à classe operária, até às massas populares» (7). As qualidades fundamentais de um militante comunista foram brilhantemente sintetizadas e definidas por Alvaro Cunhal da seguinte forma: «Abnegação na defesa dos interesses do proletariado e das classes exploradas e oprimidas em geral, abnegação na defesa dos interesses do seu país, dedicação ao Partido, firmeza perante o inimigo, modéstia». Imprimindo a todo o Partido uma justa política de quadros e demonstrando «que resoluções justas sem quadros que as levem à prática são papéis sem vida» (7), Alvaro Cunhal salienta a imperiosa necessidade de transformar os quadros do Partido em «militantes ativos e ligados indissolúvelmente aos interesses das massas, de olhos abertos para a realidade nacional, de ouvidos atentos às aspirações e disposições das massas» (7). Os princípios que norteiam toda a política de quadros do Partido encontram-se consubstanciados nos ensinamentos e escritos de Alvaro Cunhal e em particular quando êle afirma que «O Partido Comunista não é apenas uma escola de formação política, como também uma escola de formação de caráter». (8).

Os companheiros de Alvaro Cunhal, «os comunistas portugueses, heróis anônimos do povo, os invencíveis» — segundo a feliz expressão do grande escritor brasileiro Jorge Amado — empunham o facho que se encontrava em suas mãos. A confiança de Alvaro Cunhal no Partido e na sua Direção é ilimitada. No tribunal fascista que o condenou, êle salientou que «os comunistas ficaram tranqüilos porque sabem que a Direção do Partido Comunista continua no seu posto, porque sabem que o Partido Comunista conta com dirigentes capazes, experimentados e com essa suprema virtude que é a dedicação ilimitada ao nosso povo e à nossa pátria», os quais «são o orgulho do Partido e do povo e para quem vai neste momento a minha muito e muito grande estima, confiança e admiração» (8).

Que os quadros do Partido se inspirem nos imensos ensinamentos de Alvaro Cunhal, nas características que o distinguem e nestas suas palavras: «O caminho que nos espera é um duro caminho que exigirá dos comunistas uma abnegação sem limites, assim como uma visão justa e uma orientação acertada. É isto que o povo espera de nós. Sintamos a responsabilidade que temos perante o nosso povo e saibamos ser dignos da sua confiança. Somos filhos do Partido de Bento Gonçalves, educados na escola da luta sem tréguas contra a tirania, na defesa dos interesses dos explorados e oprimidos, na escola da resistência à exploração e terror fascistas, na escola das dificuldades e dos perigos. Entreguemos ao Partido as nossas energias e aptidões, sejamos dignos, na nossa ação, de todos os heróis sobre cujas vidas e sacrifícios se criou, progrediu, se construiu o nosso heróico Partido». (9)

Alvaro Cunhal é um fiel discípulo de Lênin e Stálin e à sua fidelidade absoluta aos princípios do marxismo-leninismo-stalinismo se deve a ação de relêvo que desempenhou, à frente do Comité Central, no combate e na descoberta das raízes oportunistas perfi-lhadas por um núcleo de camaradas na chamada «política de transi-ção». Analisando a origem desse desvio, Alvaro Cunhal realça «a importância de nos mantermos fiéis aos ensinamentos dos nossos mestres, de nos mantermos contra qualquer espécie de «revisio-nismo» e para tal de elevarmos o nível político do Partido, de fazermos um esforço decididamente maior que o que temos feito para a elevação do nível ideológico do nosso Partido, da nossa Direção, dos nossos quadros, dos membros do Partido (10).

A ilimitada fidelidade de Alvaro Cunhal aos sólidos princípios do internacionalismo proletário, ao seu amor, respeito e amizade pela gloriosa União Soviética está fundido o mais ardente patrio-tismo. Conforme êle afirmou, «o nacionalismo conduz as nações à vassalagem e só o internacionalismo pode conduzi-las à inde-pendência», acentuando que «a fidelidade aos princípios do inter-nacionalismo proletário é indispensável não só para a defesa concre-ta dos interesses do proletariado como para a defesa da Paz e da Independência Nacional» (11). Estes princípios que norteiam tôda a atividade do Partido são evidenciados por Alvaro Cunhal ao demonstrar que «os inimigos do nosso povo e da nossa inde-pendência são os mesmos inimigos da U.R.S.S. e das Democracias Populares. Temos amigos comuns. Temos inimigos comuns. Por isso diz-mos que o povo português tem na U.R.S.S. e nas Demo-cracias Populares os seus melhores aliados» e que em caso de guerra «o povo português não marchará contra os seus melhores amigos e aliados» (12). Denunciando a submissão crescente dos governantes fascistas da Península Ibérica ao imperialismo ameri-cano, Alvaro Cunhal sublinha que «frente ao «bloco» fascista ibérico às ordens da Wall Street, impõe-se a união fraternal dos povos de Espanha e Portugal na sua luta pela democracia e pela independência nacional» (13).

Alvaro Cunhal é o mais destacado combatente da causa da Paz em Portugal. Ainda estudante universitário, era já militante destacado da «Liga contra a Guerra e contra o fascismo». Em 1946, no Informe ao II Congresso Ilegal do Partido Comunista, Alvaro Cunhal desmascarava os preparativos para o desencadea-mento de uma nova guerra mundial e alertava o povo para os perigos que isso representava. Salientando que «o perigo de guerra existe enquanto o imperialismo não for varrido da face do mundo», Alvaro Cunhal demonstrou que «são os homens dos trustes e mono-pólios, são os fascistas e reacionários de todos os matizes que desejam, propagam e preparam a guerra. E são as classes labo-riosas, os intelectuais progressistas, os comunistas e todos os demo-cratas sinceros que des- jam, propagam e defendem a Paz. São os imperialistas que querem a guerra. São os antiimperialistas que querem a Paz. E isto não sucede por acaso. É que o imperia-

lismo não pode viver sem a guerra. É que a Paz é mortal para o imperialismo. Mas o verdadeiramente desesperante para os imperialistas é que se a Paz lhes é mortal, a guerra, caso a consigam desencadear, sé-lo-á igualmente». (14)

Intérprete fiel dos princípios do marxismo-leninismo que presidem à orientação do Partido, Alvaro Cunhal, ao lado de todo o Comitê Central, foi um destacado obreiro da unidade da classe operária e forjador da aliança entre a classe operária e os camponeses, ao mesmo tempo que um vigoroso lutador contra os inimigos dessa unidade. Sublinhando que «nas lutas de massas, nas Comissões de Unidade, no trabalho no seio dos Sindicatos Nacionais, foi estabelecida a unidade da classe operária, base fundamental de um largo movimento de unidade nacional» (16), Alvaro Cunhal acentua que «a realização da unidade da classe operária e a unidade, na luta contra o fascismo, da classe operária e dos camponeses é a mais sólida base do movimento de Unidade Nacional, além de que a comprovação mais clara de que a unidade se forja na luta». (16)

Alvaro Cunhal salientava que na etapa atual da revolução no nosso país, os aliados da classe operária são, além dos camponeses, a pequena burguesia e os povos coloniais. No seu Informe ao I Congresso Ilegal do Partido deu particular relevância a estes importantes problemas e chamou para eles a atenção de todo o Partido. Depois de tratar dos problemas referentes aos dois primeiros aliados da classe operária — o campesinato e a pequena-burguesia — Alvaro Cunhal frisava, que o nosso atraso no terreno da aliança com os povos coloniais devia ser vencido rapidamente. Nesse informe definiu a orientação do nosso Partido frente ao problema colonial, salientando que nós «os comunistas, lutamos contra o chauvinismo português em relação aos povos coloniais», que «não estabelecemos diferença de direitos entre «negros» e «brancos» e que «reconhecemos a igualdade de direitos das nações, a igualdade dos povos coloniais com o povo português». Ao mesmo tempo que apontava aos povos coloniais o caminho da luta, salientava a necessidade de uma «ajuda fraterna do povo português aos povos coloniais».

Juntamente com todo o Comitê Central do Partido, Alvaro Cunhal foi um dos mais destacados obreiros da unidade nacional anti-fascista, materializada na criação do M.U.N.A.F., do M.U.D., M.U.D. Juvenil e no Movimento da Candidatura de 1949, exercendo o Partido Comunista o papel de vanguarda e de força dirigente na luta contra a camarilha fascista. Indicando insistentemente que «a unidade é a garantia da vitória» (17) e que a divisão das forças democráticas só ao fascismo serve, Alvaro Cunhal aponta ao Partido a necessidade de «erguer o estandarte da reconciliação da família portuguesa, profundamente convencido e fazendo por convencer toda a nação de que aquilo que nos separa nada é comparado com o que nos une» (18). Perante todas as manobras do fascismo e do alto clero, tendentes a dividir as forças democráticas, Alvaro Cunhal salientava que «todos estamos interessados em que

Portugal não seja pasto do imperialismo estrangeiro nem instrumento dos fomentadores de guerra, mas que, pelo contrário, desenvolva todos os seus recursos através de uma política pacífica e de relações amigáveis com todas as nações do mundo» (19). Apelando para a unidade de ação com as massas católicas, Alvaro Cunhal afirmava que «a nossa política é uma política de unidade e concórdia. Os nossos propósitos são os de todos os portugueses e portugueses honrados. Nada nos move contra o catolicismo, como contra qualquer outra religião». (19).

Combatendo e desmascarando todos os conceitos oportunistas que defendem compromissos com o fascismo, Alvaro Cunhal aponta a orientação do Partido Comunista como o único caminho existente para o derrubamento do fascismo e a conquista da democracia: «só resta uma saída para o povo português: o levantamento em massa contra o domínio fascista, a insurreição nacional» (20). Realçando que os fatores novos que surgiram no plano nacional e internacional «tornam impossível um regresso à República de 1910», Alvaro Cunhal sublinha que «hoje nenhuma República Democrática é viável em Portugal sem a participação da classe operária no governo da Nação» (21).

Alvaro Cunhal fundiu sempre o pensamento com a ação revolucionária. Ele entregou toda a sua vida ao serviço da classe operária e do povo. A política fascista de traição nacional, ruína, guerra, miséria e terror. O assassinato de qualquer companheiro de luta obriga-o a cerrar os dentes, mas não abala o seu entusiasmo, o seu dinamismo, a sua inquebrantável confiança nos destinos do povo. A dura e difícil clandestinidade, uma clandestinidade de 10 anos, as prisões e os espancamentos selváticos, a deficiente alimentação, muitas vezes a fome, as longas caminhadas de bicicleta ou a pé, o frio, as chuvadas ou o sol tórrido que uma vez lhe provocou uma insolação, as noites sem dormir, nada disso conseguiu roubar-lhe a alegria, uma alegria comunicativa que rejubila com as lutas e as vitórias do nosso povo.

Alvaro Cunhal consubstancia as mais nobres aspirações das classes trabalhadoras e simboliza a luta do povo português por todos os seus mais queridos anseios. Ele encarna as melhores tradições históricas do nosso povo e tudo o que de melhor existe em Portugal. É o orgulho do Partido e da classe operária que o forjou como líder nacional. A sua vida confunde-se, está fundida com a trajetória revolucionária do povo português nas duas últimas décadas. Por isso, ele grangeou o amor, o carinho e o respeito de todas as pessoas simples de Portugal. Por isso a sua vida é um exemplo e um farol que ilumina o caminho a todos os comunistas, a todos os democratas, partidários da Paz e patriotas portugueses.

Em 25 de março de 1949, Alvaro Cunhal foi novamente preso. Interrogado pelo bando de assassinos da P.I.D.E., recusou-se a responder a qualquer pergunta e ditou para auto esta única afirmação: «Como membro do Partido Comunista Português não tenho qualquer declaração a fazer à polícia». Até ao seu julgamento,

que se realizou nos dias 2 e 9 de maio de 1950, isto é, durante 14 meses, esteve rigorosamente incomunicável, sofrendo constantes provocações e pressões morais dos agentes da P.I.D.E. O tribunal fascista condenou-o a 4 anos e 6 meses de prisão maior celular, na alternativa de 6 anos e 9 meses de degrêdo e na perda de direitos políticos por 15 anos. Mas o Supremo Tribunal de Justiça agravou a pena para 4 anos de prisão maior celular seguidos de 8 de degrêdo e mais um ano de medidas de segurança.

### ALVARO CUNHAL PERANTE O TRIBUNAL FASCISTA

Foi em pleno julgamento que Alvaro Cunhal teve conhecimento do assassinato pela P.I.D.E. de Militão Ribeiro, membro do Secretariado do Partido e que com êle tinha sido prêso.

Apesar dos esforços da P.I.D.E. para fazer o seu julgamento a ocultas, a sala encontrava-se cheia e centenas de pessoas ficaram impedidas de entrar. Alvaro Cunhal transformou o tribunal fascista numa tribuna em defesa da democracia, da paz e da independência nacional. Fêz a defesa da política do Partido Comunista Português e denunciou implacavelmente a política de traição nacional, de opressão, de exploração e de guerra do governo fascista de Salazar.

Perante a enorme emoção de todos os assistentes, Alvaro Cunhal afirmou: «Não somos os representantes de um Partido vencido ou de uma causa vencida. Somos os representantes de um grande Partido nacional, dos operários, camponeses, de todos os explorados e oprimidos do nosso país, somos os representantes da força de vanguarda na luta pela Democracia, a Independência e a Paz, somos os representantes de uma causa já hoje historicamente triunfante». (22) Salientando ser condição indispensável para um movimento democrático nacional vitorioso a existência de um forte Partido Comunista, e que essa é a razão por que o governo dirige os seus esforços mais desesperados para a destruição do Partido Comunista, Alvaro Cunhal declarou: «Mas o Partido Comunista é indestrutível. Não apenas pela barreira de dedicações que substituem os que caem na luta, mas porque é o produto do desenvolvimento político da classe operária portuguesa. O Partido Comunista é indestrutível pela simples razão de que a burguesia não pode viver sem o proletariado que explora». (23)

Desmascarando ante o tribunal o terrorismo, o assassinato de dezenas de patriotas, o caráter inconstitucional e de ilegalidade do regime fascista, Alvaro Cunhal afirmou: «nós dizemos: realização de eleições livres como meio constitucional e legal para a mudança de regime. Mas provado que dentro do atual regime não podem ter lugar eleições livres, então a questão terá de colocar-se inversamente: não já eleições livres para a mudança do regime mas mudança do regime para a realização de eleições livres», sublinhando a seguir «que ninguém duvide de que o dia virá em que o nosso povo se levantará em massa por um regime de liberdade e de legalidade e à força responderá com a força». (24)

Defendendo com desassombro e energia a consequente política do Partido Comunista, Alvaro Cunhal demonstrou que sem a classe operária e o seu Partido não é possível assegurar a Democracia, a Independência e a Paz e que «se as forças anti-fascistas se mantiverem unidas, se alargarem e reforçarem a sua unidade, se afastarem do seu seio todo o receio do povo e cimentarem a sua unidade na unidade das massas populares, se desenvolverem uma constante e persistente ação de massas, o movimento nacional democrático tornar-se-á irresistível». (25)

Ao terminar a primeira parte da sua defesa e enfrentando corajosamente o tribunal fascista, Alvaro Cunhal declarou com firmeza: «vamos ser julgados e certamente condenados. Para nossa alegria basta saber que o nosso povo pensa que se alguém deve ser julgado e condenado por agir contra os interesses do povo e do país, por querer arrastar Portugal a uma guerra criminosa, por utilizar meios inconstitucionais e ilegais, por empregar o terrorismo, esse alguém não somos nós, comunistas. O nosso povo sabe que se alguém deve ser julgado por tais crimes, então que se sentem os fascistas no banco dos réus, então que se sentem no banco dos réus os atuais governantes da nação e o seu chefe Salazar». (26)

Alvaro Cunhal não era o réu, foi o implacável acusador dos covéis da Nação e dos verdugos do povo português. O delegado do Ministério Público limitou-se a declarar que já em outros julgamentos tinha feito acusações semelhantes ante os mesmos juizes e que por isso não era necessário falar novamente. Os «juizes» limitaram-se a citar artigos das leis fascistas, numa tentativa vã de justificarem a condenação. O tribunal foi derrotado, ficou desarmado, a causa do povo esmagou-o e por essa razão foi impotente para rebater uma única das afirmações de Alvaro Cunhal e, conforme êle próprio declarou, «o julgamento foi uma demonstração de fraqueza do governo e da força do nosso povo. Seremos nós os condenados. Mas neste julgamento não fomos nós que fomos julgados. Quem foi julgado foi a política fascista contrária aos interesses do povo e da pátria». (27)

Desmascando a conivência do tribunal com os governantes fascistas, Alvaro Cunhal destacou alguns fatos que ficaram esmagadoramente provados: o assassinato de Militão Ribeiro e muitos e muitos outros crimes fascistas; o regime ilegal de isolamento a que esteve sujeito. Ficou também provado que o Partido Comunista Português é um grande Partido nacional que conta com o apoio das vastas massas populares, ao passo que a camarilha fascista se apóia apenas na força e no terror. Que os objetivos do Partido Comunista Português são a defesa dos interesses do nosso povo e do nosso país contra a política anti-popular e anti-nacional do governo salazarista. E Alvaro Cunhal acrescentou: «no que me diz pessoalmente respeito, também alguma coisa ficou provado: que como membro do Partido Comunista Português, como filho adotivo do proletariado, cumpro os meus deveres para com o meu

Partido e o meu povo. É isto que interessa fique provado, porque é só ante o meu Partido e o meu povo que respondo pelos meus atos». (28)

A defesa de Álvaro Cunhal constitui um guia para a ação e é um brilhante exemplo de capacitação e combatividade. Ela foi feita no tribunal depois de cerca de 14 meses de rigorosa incomunicabilidade, em que Álvaro Cunhal esteve privado da simples leitura do jornal diário, sem papel, sem pena e sem qualquer documento de estudo ou consulta. A revista teórica do glorioso Partido Comunista da União Soviética «Bolchevique» e a revista do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, «Problemas», publicaram a sua defesa o que bem evidencia o seu valor e exemplo para todos os comunistas. Referindo-se ao julgamento e à defesa de Álvaro Cunhal, Jorge Amado, Prêmio Stálin Internacional da Paz, grande escritor brasileiro, escreveu: «Ali se ergueu Álvaro Cunhal (Militão morreu de torturas) e não era o réu, era o acusador, a voz de fogo a queimar o vergonhoso rosto dos carrascos do seu povo, dos vendilhões de sua pátria. Sua voz de acusação e de esperança e de certeza no futuro repercutiu pelo mundo inteiro e o nome de Portugal se elevou e todos nós ficamos sabendo, pela boca desse prêso torturado, que o povo português não está vencido, sua vontade não foi domada, sua ansia de liberdade não foi quebrada, seu futuro não está para sempre comprometido...»

### LIBERTEMOS ALVARO CUNHAL

O fascismo tem a Álvaro Cunhal um ódio de morte e por isso utilizou com ele a forma mais sádica de o assassinar lentamente. Durante 4 anos e meio, Álvaro Cunhal foi mantido ilegalmente no mais rigoroso isolamento na Penitenciária de Lisboa. Com exceção de uma hora de visita semanal limitada aos familiares em 1º grau, durante todo esse tempo, Álvaro Cunhal esteve numa cela fechado dia e noite e não podendo falar com ninguém. De noite era ainda sujeito a rondas de hora a hora. Além disso a P.I.D.E. atribuiu-lhe uma «dieta» que consistia em dar-lhe todos os dias, sempre e sempre, comida igual. Em consequência deste regime de exceção, Álvaro Cunhal adoeceu gravemente. Desde 1952 que tem febre permanente, por vezes bastante alta, o que o força a passar largos períodos na cama. Não obstante o seu grave estado de saúde, a P.I.D.E. tem impedido que a Álvaro Cunhal seja prestada a necessária assistência médica.

Perante a ameaça que pesa sobre o mais bravo dos filhos do povo português, ao longo do país surgiram os mais variados protestos, milhares de assinaturas, cartas, telegramas e telefonemas foram enviados ao governo, à P.I.D.E. e às autoridades. Nas cidades, vilas e aldeias, nas fábricas, nos campos e nas escolas surgiram milhares de inscrições e foram distribuídas dezenas e dezenas de milhares de manifestos, tarjetas e cartazes. O povo português ergue-se para salvar Álvaro Cunhal e exige o seu internamento



imediatamente num hospital, que cesse o regime de exceção a que está sujeito, e a libertação de Alvaro Cunhal, por ocasião do seu 40º aniversário, 10 de novembro de 1953, Alvaro Cunhal foi alvo das maiores manifestações de carinho e simpatia. De muitos pontos do país, operários, camponeses, empregados, estudantes e intelectuais enviaram-lhe cartas e presentes, felicitando-o e desejando-lhe longos anos de vida. Muitas cartas foram também enviadas ao diretor da Penitenciária e às autoridades exigindo a sua libertação e assistência médica eficiente.

Os povos amigos da União Soviética, Brasil, França, Austrália e outros países dão a sua valiosa colaboração à luta para salvar Alvaro Cunhal. Num apêlo ao povo irmão do Brasil, Jorge Amado escreveu: «É uma vida preciosa para Portugal e para o mundo, ajudemos o povo português a salvá-la» — «Ajudemos a salvar a vida de um dos grandes homens do nosso tempo» (29).

Em consequência da luta do povo português e da luta dos outros povos amigos, o fascismo foi obrigado a recuar. Em fins de 1953, Alvaro Cunhal foi transferido para a enfermaria da Penitenciária e cessou o completo isolamento a que estava sujeito, o que significa uma importante vitória. A luta também forçou o fascismo a permitir que Alvaro Cunhal fosse observado por um professor de medicina, que indicou a necessidade de se proceder a diversas investigações para determinar a causa da febre. Porém estas indicações médicas não foram cumpridas e o diretor da Penitenciária, que é também o médico do presídio, continua a não lhe prestar a necessária assistência médica. Em virtude disto, o referido professor recomendou que Alvaro Cunhal fosse internado com urgência num estabelecimento hospitalar, pois só nessas condições seria possível determinar a causa do foco infeccioso que provoca febre permanente e alta e cuja origem continua a ser desconhecida.

Desta forma, a vida de Alvaro Cunhal continua cada vez mais seriamente ameaçada. Esta situação está dentro dos planos do fascismo e dos imperialistas americanos de assassinato dos principais dirigentes comunistas nacionais. Por isso o fascismo persiste em não proporcionar a Alvaro Cunhal tratamento conveniente e em não consentir o seu internamento num hospital. O fascismo pretende assassinar Alvaro Cunhal, tal como assassinou Bento Gonçalves, Secretário geral do Partido Comunista Português, Militão Ribeiro, membro do Secretariado, Alfredo Diniz e Caldeira, membros do Comitê Central e dezenas de outros destacados filhos do povo.

A luta e a vigilância das massas conseguiu impedir, até hoje, o assassinato de Alvaro Cunhal, pois o fascismo teme a reação que o crime provocaria no povo português e em outros povos amigos. Entretanto, enquanto Alvaro Cunhal for mantido na atual situação, a sua vida corre perigo permanente.

O nome de Alvaro Cunhal tornou-se a bandeira da luta pela libertação de todos os presos políticos de Portugal. Uma mulher exprimiou o sentimento de todo o povo português ao escrever-lhe

no dia do seu aniversário: «Garantimos-te que unidos como um só te havemos de arrancar das mãos dos carrascos do nosso povo». A valiosa solidariedade internacional estende-se a todo o mundo. Em nome do Comitê Central do Partido Comunista Francês, Jacques Duclos enviou a Álvaro Cunhal uma saudação onde assegura «em nome do povo da França» a sua «solidariedade fraternal total com a luta dos democratas e combatentes da Paz em Portugal consagrada a arrancar-vos, assim como aos outros lutadores da causa dos povos, das masmorras do ditador Salazar». O grande poeta chileno Pablo Neruda, prêmio Stálin da Paz, escreveu o maravilhoso poema «Lâmpada Marinha» dedicado à luta heróica do povo português e à defesa da vida de Alvaro Cunhal.

Somente a luta de massas poderá impedir o assassinato de Alvaro Cunhal. Foi pela luta que o nosso povo conseguiu importantes vitórias sobre a repressão fascista, nomeadamente a extinção do Tarrafal e a libertação dos presos que lá se encontravam. Será igualmente pela luta que conseguirá impedir o assassinato do seu melhor filho. O povo de Portugal, as forças progressistas de todo o mundo erguem-se para o salvar e libertar. A vida de Alvaro Cunhal é preciosa para a causa da Paz, da Democracia e da Independência Nacional. Álvaro Cunhal dedicou todas as suas energias, toda a sua inteligência, toda a sua vida à luta em defesa dos superiores interesses da Nação.

Que a Nação inteira se erga para salvar e libertar Alvaro Cunhal!

#### DOCUMENTOS CITADOS

- (1) — «A atividade do Grupelho Provocatório» — Informe ao 1º Congresso Ilegal do P.C.P.
- (2) — Informe político ao 1º Congresso Ilegal do P.C.P.
- (3) — Informe de Organização ao 2º Congresso ilegal do P.C.P.
- (4) — Idem
- (5) — Idem
- (6) — Idem
- (7) — Idem
- (8) — Defesa no Tribunal
- (9) — Informe de Organização ao 2º Congresso Ilegal do P.C.P.
- (10) — Informe ao Comitê Central — junho de 1947
- (11) — Defesa no Tribunal
- (12) — Idem
- (13) — Artigo publicado na revista de orientação do P.C. da Espanha. «Nuestra Bandera», nº 26 — abril de 1948
- (14) — Defesa no Tribunal
- (15) — Artigo publicado na revista do P.C. Francês, «Démocratie Nouvelle», de abril de 1948
- (16) — Informe Político ao 2º Congresso Ilegal do P.C.P.

- (17) — Informe ao Comitê Central — junho de 1947.
- (18) — Informe Político ao 2º Congresso Ilegal do P.C.P.
- (19) — «O Partido Comunista, os católicos e a Igreja».
- (20) — Informe Político ao 2º Congresso Ilegal do P.C.P.
- (21) — Defesa no Tribunal
- (22) — Idem
- (23) — Defesa no Tribunal (2ª parte)
- (24) — Defesa no Tribunal
- (25) — Idem, idem.
- (26) — Idem, idem
- (27) — Idem, idem
- (28) — Idem, idem
- (29) — Do jornal brasileiro «Imprensa Popular» de 25 de outubro de 1953

INSTITUTO MARX - ENGELS - LÊNIN - STÁLIN



LÊNIN

(biografia)

VITÓRIA

J. V. STÁLIN  
OBRAS



**VI VOLUME**

384 Páginas

Cr\$ 35,00

**EDITORIAL VITÓRIA LTDA.**

RUA DO CARMO 6, 13º ANDAR, SALA 1306 - RIO